

ISSN 0522-7291

Secretaria da Ciência e Tecnologia
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Série
ANTROPOLOGIA
Vol. 4 (2)

Belém-Pará
Dezembro de 1988



SCT/CNPq
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Secretaria da Ciência e Tecnologia.
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
Parque Zoobotânico – Av. Magalhães Barata, 376, São Braz
Campus de Pesquisa – Av. Perimetral, Guamá.
Caixa Postal: 399. Telex: (091) 1419. Telefones: Parque, (091) 224-9233.
Campus, (091) 228-2341 e 228-2162.
66.040. Belém, Pará, Brasil.

O Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia foi fundado em 1894 por Emílio Goeldi e o seu Tomo I surgiu em 1896. O atual Boletim é sucedâneo daquele.

The Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia was founded in 1894, by Emílio Goeldi, and the first volume was issued in 1896. The present *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* is the successor to this publication.

Apoio concedido neste número:

SCT/CNPq/FINEP-Programa de Apoio a Publicações Científicas

A JUTA NA AGRICULTURA DE VÁRZEA NA ÁREA DE SANTARÉM – MÉDIO AMAZONAS ¹

Janete Marília Lobato Gentil ²

RESUMO – Este trabalho pretende estudar o processo de transformação da Várzea de Santarém, enquanto espaço agrícola, na medida em que esta área vem sendo atingida pelas frentes de modernização que também atuam na Amazônia como um todo, como parte do processo de expansão capitalista nesta região.

A juticultura constitui o ponto central de análise, por ter sido o produto agrícola que servia como sustentáculo econômico e por se inserirem nessa atividade relações sócio-econômicas explicativas da problemática atual dessa área, já havendo uma tendência de êxodo da população ribeirinha para a região de Terra-Firme (principalmente Santarém, garimpos do Tapajós e áreas de mineração próxima a Oriximiná).

Delineia-se, portanto, uma séria crise na juticultura que pode ser identificada não só pela diminuição na produção da juta a partir de 70, como também pela paralela adoção da pesca comercial como principal atividade do juteiro, em detrimento daquela de caráter artesanal – mantenedora dos mananciais pesqueiros – importante atividade complementar, estreitamente ligada à natureza do varzeiro.

Como elemento de transformação pode-se, ainda, citar a mudança do caráter da pecuária, que deixou seus moldes tradicionais, baseados nas relações de compadrio, para voltar-se ao abastecimento do mercado de carne, e, portanto, adotar a arreação e novas relações de trabalho.

A Várzea de Santarém deixou de ser um espaço anteriormente isolado, passando a ser integrada de forma mais intensa à esfera capitalista pela facilidade proporcionada pela intensificação do transporte fluvial, que a aproxima de Santarém, como pela natureza das relações de produção adotadas por suas atividades.

¹ Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação do prof. Manuel Correia de Andrade. Recife, 1983.

² Universidade Federal do Pará – Departamento de Geografia

PALAVRAS-CHAVE: Juta, Agricultura de Várzea, Várzea Amazônica, Varzeiro, Juteiro.

ABSTRACT – This study treats the transformation of Amazon floodplain agriculture near the city of Santarém, Brazil, as the region has been subject to successive waves of modernization and, like the rest of Amazonia, of capitalist expansion.

The cultivation of jute (*Corchorus capsularis*, also called Indian hemp) is central to the analysis, since this has served as the principal economic activity in the region and since socio-economic relationships bearing on the present problem stem from jute production (for example, there already was in evidence a tendency for the rural riverside populations to migrate to the uplands, principally to Santarém, the gold mines of the Tapajós River, and the bauxite mines near Oriximiná on the Trombetas River).

A serious crisis is seen in jute farming which can be identified not just with falling jute production beginning in the 1970' s, but also with the adoption by the jute farmer of commercial

fishing as a principal economic activity – to the detriment of survival' fishing as a principal economic activity to the detriment of survival fishing, an important activity complementary to jute cultivation and one that is strictly tied to floodplain traditions and nature.

Among the elements of this transformation, one can cite the changing nature of floodplain cattle ranching, which has left its traditional molds based on patronage to become an industrial activity directed at supplying the city's meat demands and, cosequentially, utilizing feeds to supplement grass and evolving new employer-employee relations.

The floodplains of Santarém have ceased to be an isolated space, to become integrated with the capitalist sphere in a strict manner, due to the facilities offered by intensified river transport which draws the region closer to the city of Santarém, and due to the production of agricultural goods for a market economy.

KEY WORDS: Jute Farming, Jute Fiber Industry, Amazon Floodplain Agriculture.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo estudar a agricultura de *Várzea* na área de Santarém. A jiticultura será o ponto central de análise, posto que se constitui no produto agrícola de maior expressão econômica na *Várzea*, e, além disso, no processo da sua produção se estabelecem relações sócio-econômicas capazes de retratar a realidade espacial da *Várzea*, enquanto espaço agrícola.

Considero como *Várzea* da área de Santarém, a área correspondente às terras inundáveis pelas águas do rio Amazonas durante cerca de seis meses no ano, situadas no Município de Santarém, na região do Médio Amazonas Paraense, exatamente nas imediações da foz do rio Tapajós, em frente à cidade de Santarém.

A escolha da *Várzea* do Município de Santarém deve-se ao fato de ser esta um área onde se observam nitidamente mudanças espaciais, causadas por uma série de transformações, ao ser atingida pelas frentes de modernização que a estão incorporando à esfera capitalista, ao mesmo tempo em que possui a pequena produção como representante básica, sobre a qual se sustenta a produção da matéria-prima para as indústrias jiticolas para o mercado interno, e exportação, assim como o fornecimento de produtos alimentares que complementam com a terra-firme (área das Colônias) o abastecimento de Santarém.

Pretendo, no decorrer do trabalho, examinar as transformações que se processaram na área citada, a fim de detectar os fatores que estão levando a produção ribeirinha a sair desta área de solo fértil e se dirigir para a região de terra-firme (Santarém, Colônias do Planalto de Santarém, garimpos do Tapajós ou área de mineração de bauxita próxima a Oriximiná). Dentre essas transformações, deter-me-ei no estudo da crise da jiticultura na área, considerando-a dentro das perspectivas de evolução do capitalismo, procurando fazer as devidas relações do processo nas escalas regional, nacional e mundial, pois parto do princípio de que não se pode seccionar o problema; do contrário, ter-se-ia um entendimento parcial do fenômeno que se efetua a nível mais amplo.

Admito como "crise" na jiticultura, e, conseqüentemente na agricultura da área em questão, não apenas o fato de haver uma agricultura na produção da juta, manifestada a partir dos anos 70, embora apresente alguns saltos com safras maiores, como a supersafra de 1981, quando as condições naturais e o período de distribuição das sementes foram ideais. A crise pode ser entendida como algo muito mais complexo do que isso. Ela é identificada também pelo desestímulo do produtor em continuar cultivando o produto, pois a desvalorização do mesmo comparado com o açúcar, produto que tem

servido tradicionalmente como parâmetro entre este e a juta para o juteiro, revela que o custo de produção e o árduo trabalho gasto no processo produtivo, não são compensados. Como também, a fibra é de má qualidade, não havendo sequer condições para classificação, como dantes, e, principalmente, o juteiro está em situação cada vez mais difícil para sobreviver enquanto produtor de fibra.

O fato de a juta ser o ponto de referência para este estudo, não significa que deixarei de considerar os outros produtos agrícolas da Várzea formadores da agricultura de subsistência básica nesta área e cujo excedente se destina ao abastecimento do mercado de Santarém. Não relegarei também a importância da pecuária e da pesca, atividades em transformação estrutural, possuidoras de elementos que muito se relacionam com a juta, pois anteriormente foram atividades que completavam a economia familiar do *varzeiro* e exatamente eles, indicarão substancialmente, as modificações espaciais nesta área.

Devo esclarecer, inicialmente, a diferença existente entre o *varzeiro* e o *juteiro*, categorias utilizadas ao longo deste trabalho. O *varzeiro*, tal como ele se auto-denomina, é o indivíduo, pequeno produtor, morador da Várzea, que se dedica à agricultura de subsistência, em geral cultiva juta, anteriormente possuía algumas cabeças de gado e pescava para auto-subsistência. A diferença entre ambos consiste no fato de ser todo *juteiro* um *varzeiro*, mas nem todo *varzeiro* é necessariamente *juteiro*.

Devido à área em questão ser muito extensa, apresentando dispersão entre as casas e de difícil acesso, pois a circulação na área é feita através de transporte fluvial como motores, canoas, etc., decidi delimitar o universo de pesquisa, reduzindo a escala do mesmo para o nível de *comunidade*. Assim, utilizando o recurso de Amostragem aleatória, escolhi as *comunidades* de São Joaquim, localizadas na Costa do Tapará e Fátima de Urucurituba, da Ilha do Urucurituba, para aplicar entrevistas e questionários com maior intensidade. A seleção dessas duas comunidades deve-se ao fato de estarem as mesmas situadas em áreas consideradas ainda como produtoras de juta, por possuírem população considerável e possuírem acesso mais facilitado para a execução do levantamento de campo.

A categoria *comunidade* foi muito utilizada pelo Movimento de Educação de Base (MEB) coordenado pela Igreja nos anos 60 no Brasil. Na região de Santarém, especialmente na Várzea, ainda persiste o trabalho do MEB nas comunidades, e é aliás, sobre elas que o MEB estruturou a sua atuação. Para o MEB *comunidade* parece encerrar um critério populacional, constituindo-se num universo populacional e núcleo social, onde as pessoas devem ter objetivos comuns e interesses comuns. Para o estudo, considere *comunidade* uma unidade espacial, uma unidade física com sua respectiva população, onde o cultivo da juta era a atividade econômica mais importante praticada pelo

varzeiro.

A escolha do universo do trabalho foi fundamentada inicialmente pelos Relatórios e Registros de Comunidade feitos pelo MEB, sendo os primeiros anuais e os segundos realizados para 1976/1977, assim como pelos Planos Globais anuais. Utilizei também os roteiros de sanitaristas da SUCAM (Superintendência da Campanha de Saúde Pública) traçados para borrifação suspensa incluída no processo de erradicação da malária, correspondente aos anos de 1981 e 1982. Ambas as fontes forneceram dados populacionais e permitiram a localização das comunidades. Os dados populacionais levantados pela Diocese de Santarém, embora estatísticos e mais recentes, foram fundamentais para efetuar as diversas viagens pela região.

Os dados contidos nos relatórios anuais realizados pelo Sr. Kofei Tuji da FIBRASA, sobre a área produtora de juta, foram também de grande utilidade.

O conhecimento real sobre o que ora se processa na área, foi permitido inicialmente pela reconstituição do processo histórico, pois considero essa fundamentação muito relevante. Assim, os condicionamentos históricos referentes à juta, serão de grande relevância, pois levarei em consideração especialmente o universo temporal a partir dos anos 30, quando a Amazônia recebeu os colonos japoneses que iniciaram o cultivo da juta sob o financiamento do capital japonês; a auto-suficiência a partir de 1953; a fase de grande expansão da produção e a fase mais recente, identificada pela crise.

Para chegar aos condicionamentos históricos que marcaram cada período citado, utilizei a bibliografia referida no final deste trabalho, assim como reconstituições feitas por pessoas que têm certo conhecimento da área, que nela moram, como de levantamento de campo de maneira geral.

O teor das entrevistas e questionários aplicados para juteiros, varzeiros, nos órgãos e indústrias se relacionam com o seguinte:

- dados populacionais: população rural, urbana, êxodo rural etc.;
- produção agrícola, pecuária;
- importação, exportação, produção mundial;
- comercialização, financiamento;
- situação do juiticultor, do varzeiro (dados sobre número de pessoas na família; tamanho da propriedade; condições educacionais; sanitárias, assistência médica; abastecimento alimentar; via de financiamento; atividade, etc.);
- problemas fundiários, invasões de terras;
- força de trabalho (tipo de pagamento, condições de trabalhos, etc.);
- serviço: transporte, comunicação, etc.

Dentre os principais órgãos consultados, bancos, etc, destaco:

- EMATER-PA (Empresa de Assistência e Extensão Rural do Estado do Pará);

- INCRA (Instituto Nacional de Colônização e Reforma Agrária);
 - IFIBRAM (Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia);
 - CFP (Comissão para Financiamento da Produção);
 - CIBRAZEM (Companhia Brasileira de Armazenagem);
 - MEB (Movimento de Educação de Base);
 - SUCAM (Superintendência da Campanha de Saúde Pública);
 - FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística);
 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, Sindicato dos Pescadores - Z-20;
 - Prelazia de Santarém;
 - Prefeitura Municipal de Santarém;
 - SEPLAN-PA (Secretaria de Planejamento do Estado do Pará).
- Dentre as diversas empresas consultadas, as mais importantes foram:
- FIBRASA (Agro-Industrial e Pecuária S/A);
 - JUTASA (Juta do Tapajós Comércio e Indústria S/A);
 - TECEJUTA (Indústria de Tecelagem de Juta S/A);

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Ocupação da Amazônia

O processo de ocupação da Amazônia se realizou inicialmente ao longo dos rios, principalmente de seu grande rio, o Amazonas. Sua extensa rede hidrográfica funcionou como a única via de acesso numa região onde a densa floresta de difícil penetração e os terrenos baixos que margeavam este grande rio, sujeitos às grandes enchentes, constituíram um verdadeiro desafio ao empreendimento colonizador. Para tal empresa, tentou-se implantar a agricultura canavieira, baseada nas experiências anteriores bem sucedidas, principalmente a do litoral brasileiro. Entretanto, as condições adversas de solo e as já citadas, empanaram o sucesso do empreendimento, daí desistir-se do mesmo.

As tentativas realizadas no sentido de colonizar as terras da colônia portuguesa da América eram reflexo da conjuntura européia que passava por uma fase de transição, quando grandes transformações nela inseridas, repercutiriam até os dias atuais, como o que se segue:

A Colonização Moderna constituiu-se numa fase intermediária de desintegração do feudalismo para o modo de produção capitalista, na qual o capital comercial utilizou a Colônia como extensão da acumulação que se processava nas economias centrais, ou seja, como um desdobramento da ex-

pansão comercial que se realizava na Europa. Assim, as colônias funcionariam como instrumentos de acumulação primitiva, no sentido de que fossem superadas as barreiras de toda ordem que se antepusessem à burguesia mercantil para o prosseguimento do ritmo de expansão de suas atividades e ascensão social. As colônias surgiram como apoio externo para esse processo de reprodução e ampliação do capital mercantil e delas se exigiu a produção de excedentes em larga escala, a constituição de mercados para absorver a produção da metrópole e os lucros gerados nessas colônias eram apropriados em sua maior parte pela burguesia metropolitana. Nesse contexto, as colônias teriam uma configuração econômica, de economias complementares à economia metropolitana, assim como sua forma de organização social do trabalho teria que ser necessariamente baseada no trabalho servil ou escravo e conseqüentemente, implantou-se o monopólio do comércio.

Dessa forma, o capital mercantil extrapolou o âmbito da circulação que lhe era peculiar e invadiu a órbita da produção. O desenvolvimento das forças produtivas e as correspondentes relações sociais de produção foram implantadas em seu proveito e para sua reprodução de forma ampliada.

É dentro desse quadro de economia colonial que se insere o Brasil, colônia portuguesa, e, particularmente a Amazônia.

Assim a chamada "conquista" do vale amazônico encontrou nos produtos naturais da própria floresta, os elementos que serviram como sustentáculo da colonização. As "drogas do sertão" - cravo, canela, castanha, salsaparilha, anil, raízes aromática, sementes oleaginosa, madeiras, etc., e, principalmente cacau, eram cobiçadas pelos concorrentes europeus. Convinha, portanto, ocupar efetivamente as terras do Norte da Colônia e estender a fronteira após a conquista das terras localizadas mais para o interior, que segundo o Tratado de Tordesilhas, pertenciam à Espanha.

Esse processo iniciado de maneira efetiva no século XVIII, quando já era intensa a corrida para as minas, retardou-se em virtude da própria forma de como se desenvolveu a colonização no Brasil, ou seja, partindo do litoral e só aos poucos se interiorizando e penetrando pelas calhas dos rios.

Entretanto, ainda no final do século XVI, ingleses e holandeses, interessados nas especiarias que possuíam grande aceitação no mercado europeu, adiantaram-se aos portugueses e penetrando pelos rios Amazonas, atingiram o Xingu. "Os holandeses estabeleceram ali, além de feitorias, casas-fortes que as garantiriam e serviriam mais tarde para as provas de uma soberania que desejavam estabelecer. Os ingleses, ao que parece, atingiram o Tapajós. A respeito, não há muita certeza."³ Os dados encontrados sobre os ingleses no

³ FERREIRA REIS, Arthur Cezar "Santarém: seu desenvolvimento histórico" Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL; Belém, Governo do Estado do Pará, 1979, p. 12-13.

Tapajós são baseados em citações de frei Cristovão de Acuña, cronista da expedição de Pedro Teixeira. Além do mais, se a colônia inglesa tivesse existido, deveria ter sido de pouca duração, pois os indígenas locais teriam-na dizimado.

Ingleses e holandeses, sem encontrar resistência, iam e vinham comercializando largamente e coletando especiarias com a ajuda das tribos locais, também no trecho do litoral amazônico entre o Amazonas e a Guiana.

Os franceses, menos ousados, permaneceram no delta do Tocantins, segundo Ferreira Reis.

A colonização portuguesa assinalou sua ocupação na foz do Amazonas, ao instalar o forte do Presépio, em 1616, onde hoje se encontra a cidade de Belém do Pará. Esse marco foi realmente definitivo e de conotação política, pois efetivou o domínio português e a expulsão de holandeses e ingleses, quando foram destruídas suas feitorias. Para a extração dos produtos naturais encontrou-se mão-de-obra abundante constituída pelos indígenas que por já estarem habituados às tarefas da coleta, caça e pesca, não opuseram grande resistência ao colonizador.

“A infiltração pelo vale, acima do rio Amazonas, iniciou-se francamente na segunda metade do século XVII. Sua vanguarda serão as ordens religiosas, em particular jesuítas e carmelitas.”⁴ Dentre seus controvertidos objetivos, como bem se refere Prado Júnior, estava o de assentar e dirigir um imenso império temporal da Igreja Católica.⁵ Foram os aldeamentos a origem da maioria das cidades amazônicas, onde os missionários preparavam o índio como mão-de-obra para o trabalho organizado em moldes de produção capitalista mercantil.⁶ Dispersos uns dos outros, constituíram-se em importantes empresas comerciais, visto que neles se praticava a agricultura de subsistência, caça, pesca e coleta de especiarias destinadas à exportação. Essas exportações, que proporcionavam a manutenção das missões “deixando saldos apreciáveis que com os de outras procedências, iriam enriquecer consideravelmente as Ordens respectivas e dar-lhes, na primeira parte do século XVIII, grande poder e importância financeira.”⁷

Logo em 1663, entrou em vigor uma Lei Régia que entregava a administração das aldeias a capitães seculares, nomeados pela Câmara, ficando os padres missionários apenas com a tarefa de teor espiritual. Essa mudança causou grande desorganização nas aldeias, aumentando inclusive a escravi-

⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. “*História Econômica do Brasil*”, São Paulo, Editora Brasiliense, 20ª ed., 1977, p. 70.

⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. Op. Cit., p. 70.

⁶ ANDRADE, Manuel Correia de “A Geografia e a produção do espaço no Brasil”. *Bol. Recife de Geog.* 3(6) jun./ago. 1982. p.q.

⁷ PRADO JÚNIOR, Caio Op. Cit., p. 71.

zação do silvícola praticada pelo colono. Os índios fugiam para a mata abandonando as aldeias. Em 1686, os padres jesuítas e franciscanos voltaram a ter suas antigas funções.

Durante o período em que predominou a coleta das “drogas”, os colonos cultivaram a cana e culturas de subsistência, a fim de fornecer alimentos à população da Colônia. Entretanto, essa tentativa agrária não se desenvolveu, tendo pouca expressão.

A história da economia amazônica, após o “ciclo” das “drogas do sertão” passou por um período em que predominavam a experiência agrária, atividades relacionadas à criação de gado e tentativas industriais. Ferreira Reis, denomina essa fase de um “2º ciclo”, um “ciclo agrário”, iniciado com o consulado pombalino. Essa categoria de “ciclo” é bastante discutida, embora seja ainda aceita na historiografia regional. Concordo com Freitas Pinto quando se refere aos “ciclos” no sentido de que “seja definitivamente substituída por categorias de análise que ajudem a compreender o que se passa no âmbito das relações sociais de produção. Dividir e subdividir a história da Amazônia em ciclos de produtos, impede de esclarecermos o principal, ou seja, quais foram as formas de utilização da força de trabalho; de que maneira era incorporada a mão-de-obra aos processos de trabalho utilizados nesses diferentes momentos de incorporação da Região ao processo de acumulação de capital e como as formas de produção anteriores resistiram aos processos de subordinação ao capital comercial.”⁸

No período colonial, o meio natural começa a ser transformado num espaço geográfico, trabalhado pelo colonizador onde a mata original é substituída por plantações.⁹ Os canaviais chegaram a cobrir grandes espaços nas regiões próximas a Belém. Os engenhos foram montados em grande número, gerando o que Ferreira Reis denomina de única nobreza amazônica, constituída pelos senhores de engenho. É provável que Reis querendo enfatizar o surgimento dessa parcela da população colonial que ascendia socialmente, portanto se distinguindo da população miserável do difícil início do desenvolvimento da economia colonial nas proximidades de Belém, usou a denominação “nobreza”. Além do mais, apesar de ter sido uma parcela pequena da população que gozava de privilégios, não se pode compará-la ao prestígio alcançado pelos senhores de engenho do Nordeste.

A política portuguesa evitou que os colonos se dedicassem à exploração mineral para não esvaziar a atividade de coleta das especiarias e da agricultura. Já para a atividade madeireira, como era de interesse do governo e

⁸ FREITAS PINTO, Ernesto Renan M. de. “*Os trabalhadores da Juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no Médio Amazonas*”, 1982, p. 3, onde cita Teixeira (1980:2).

⁹ ANDRADE, Manuel Correia de. Op. cit., p. 9.

de particulares, a montagem de serrarias braçais, era permitida a coleta da madeira. Os estaleiros de Belém se abasteciam com essas madeiras.

A criação de gado foi desenvolvida em pequenas fazendas próximas a Belém, na Ilha do Marajó. Os missionários trouxeram gado do Cabo Verde, quando descobriram as boas pastagens do Marajó. Segundo Ferreira Reis, quando os religiosos foram expulsos, as fazendas foram distribuídas entre os colonos, os quais passaram a formar uma nova nobreza, rival dos senhores de engenho. Daí se teriam criado fazendas-núcleo que se teriam espalhado pelo Baixo Amazonas (zona entre estreitos de Breves no Pará e Parintins, no Amazonas). Novamente este autor usa a denominação nobreza de maneira imprópria ou então bastante enfática, contudo, sem definir seus parâmetros.

Os colonos, com a ajuda do Estado, montaram “feitorias de pesca”, onde o peixe era industrializado segundo processos rudimentares dos nativos, sendo rendoso o negócio, já que se destinava à exportação. Dentre as espécies mais comercializáveis estavam o pirarucu, o peixe-boi e a tartaruga. “As feitorias eram os módulos iniciais dos povoados e vilas posteriores.”¹⁰

Em meados do século XVIII são realizadas as reformas pombalinas. Dentre os vários objetivos dessas modificações um dos mais expressivos era anular o poder temporal dos jesuítas, que já dispunham de grande poder, passando as aldeias para a administração de leigos. Essa lei só entrou em vigor em 1757, época em que Mendonça Furtado era governador do Grão-Pará e Maranhão. Em 1759, Pombal fez vigorar uma lei ainda mais rigorosa, que expulsava os jesuítas dos domínios portugueses, passando os bens da Companhia de Jesus para a Coroa.

Foi abolida a escravidão indígena, quando passaram os silvícolas a receber salário por suas tarefas. O indígena ficava livre dos trabalhos que os missionários lhe dirigiam, entretanto, não se livrava dos abusos que o colono praticaria.

No decorrer do período em que o Marquês de Pombal detinha grande poder, o interesse externo pelo cacau começou a crescer. Durante algum tempo a produção do cacau, café, algodão, cana, etc., visava a atender ao mercado externo. Para atender à nova tendência, é criada a Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão (1755-1778). Os mercados de Belém e Lisboa ficavam assim estreitamente ligados e para tal empresa, introduziu-se o escravo africano na lavoura cacauzeira.

A política agrária implantada estabelecia a concessão de sesmarias, instrumentos e sementes aos colonos. Passou-se, assim, a uma nova etapa de povoamento. Aquela realizada através da dispersão das sesmarias, ocorrendo

¹⁰ FERREIRA REIS, Arthur César. Op. cit., p. 38

também a dispersão agrária.¹¹

Essa política agrária continuou incentivando o cultivo das especiarias e da cana, algodão, arroz, tabaco e café. A mandioca foi a mais cultivada e constituiu a primeira indústria local.

O cacau reforçaria a pauta das exportações até os primeiros anos do século XIX, quando a queda do preço do cacau, a contração do mercado externo e movimentos políticos internos, como a Cabanagem, contribuíram para sua derrocada.

Foi no final do século XVIII e princípios do XIX, que a economia caueira se desarticulou, “possivelmente cedendo lugar à agricultura de subsistência para consumo local – tendência que se acentuaria com as graves perturbações políticas regionais, estas por sua vez, derivadas parcialmente das dificuldades do comércio exterior e do câmbio.”¹²

A Região Amazônica no final do século XIX e primeiros vinte anos deste, passou por uma fase de relativo desenvolvimento econômico, ocasionada pela atividade extrativa da borracha.

A borracha já possuía grande utilidade entre os Omáguas. Os jesuítas quando os catequizaram aprenderam muito sobre uso da borracha. Após muitas tentativas de tornar a goma elástica liquefeita pelos franceses, seguiram-se outras descobertas por franceses e ingleses. Desde a vulcanização descoberta por Goodyear em 1839, a borracha despertou grande interesse industrial, o que passou a incentivar sua produção, principalmente a partir de 1895, quando a indústria automobilística em ascensão começou a empregá-la como pneumático.

A extração do látex realizou-se inicialmente nos seringais paraenses. Em 1853 a borracha do Amazonas passou a ser exportada. O Acre passou a ser área produtora no final do século XIX.

As árvores que produziam o látex, por serem nativas, encontravam-se amplamente dispersas pela floresta, dificultando a extração da matéria-prima. Este fato, assim como as grandes distâncias entre os lugares de extração e os portos de embarque, os precários meios de transporte (no lombo de animais ou embarcações até Belém), além das características marcantes do extrativismo, conferiram características peculiares às relações de produção no processo produtivo da borracha. O surgimento da navegação a vapor em 1853, abriu novas perspectivas para o comércio amazônico e para a valorização da borracha.

Na economia da borracha a natureza se impunha ao homem de forma

¹¹ FERREIRA REIS, Arthur César. Op. cit., p. 30.

¹² SANTOS, Roberto. “História Econômica da Amazônia: 1890–1920”, São Paulo, T. A. Queiroz, 1980, p. 41.

dominadora, pois apesar do cacau ter sido um produto predominantemente extrativo, a borracha faria o seringueiro trabalhar mais duramente ao “sangrar” e recortar as árvores, percorrer grandes distâncias, etc. Nessa natureza em processo de transformação, se inseria uma teia de relações sociais entre o seringueiro e o proprietário, chamado seringalista; e o aviador que fornecia gêneros alimentícios, utensílios e algum dinheiro ao seringalista, para que este os fornecesse ao seringueiro; e ainda com a casa aviadora em Belém e o exportador. Esta cadeia de relações constituiu o chamado sistema de aviamento, cujo mecanismo acionou a economia amazônica na fase da borracha. De forma sintética, esta cadeia mantinha seus elementos dependentes entre si. O crédito era o fator que articulava a cadeia e os mantinha impotentes ao se converter em constante débito. Esta é a característica que constitui o ponto central do capital mercantil manifestado na sua forma mais imediata, como enfatiza Ianni, a que salta aos olhos, visto que toda a produção da borracha visava atender ao capital industrial estrangeiro, que se reproduzia através da indústria de artefatos de borracha, incentivada pela indústria automobilística em plena ascensão na época.¹³

As relações de produção estavam organizadas de uma forma que mantinham o seringueiro como prisioneiro de seu próprio trabalho. A borracha que ele produzia devia ser vendida ao dono do seringal. Por outro lado, o seringalista detinha o monopólio do fornecimento de alimentos e utensílios, armas, bebidas, roupas, etc., ao seringueiro. Este sistema de aviamento baseado no crédito, fortalecia a posição monopolista do seringalista. Assim, estas relações sociais de produção estavam bem estruturadas numa complexa teia, que articulava além do seringueiro, do seringalista, do “aviador” e do exportador; articulava também a força de trabalho do seringueiro solitário no interior da mata com a indústria de artefatos de borracha localizada nos Estados Unidos e na Europa.

Muito embora a distância física entre o centro produtor extrativo e o centro produtor industrial fosse enorme, na verdade esta era completamente relativa, pois a relação entre os dois centros se realizava principalmente através do capital industrial. Aliás, esta característica de proximidade com o mercado *externo* foi uma constante no período colonial em *detrimento* do mercado interno. Belém e Manaus concentravam as firmas exportadoras que monopolizavam o produto. Eram filiais alemãs, inglesas, norte-americanas e francesas que se impunham às firmas brasileiras por estas possuírem menor capital e por não terem articulações comerciais fortes no exterior para concorrer com aquelas.

¹³ IANNI, Octávio. “A luta pela terra”. Petrópolis, Editora Vozes, 1977, p. 51.

Para atender à demanda crescente da borracha, a mão-de-obra nativa disponível na Amazônia não era suficiente, ocorreu a chegada de grandes fluxos migratórios, especialmente nordestinos em 1877 e 1880, acossados pela grande seca e apoiados pelos incentivos do governo do local de destino. A migração maciça que se dirigiu ao Amazonas, penetrando pelo Xingu e Tapajós, depois atingindo o Madeira e o Purus, iniciou um verdadeiro processo de ocupação no interior do Vale, provocando grande modificação no espaço vazio, ocasionado pelo devassamento dos seringais. Craveiro Costa ressaltou o detalhe desse processo no Acre, quando se realizava a produção para a subsistência nos arredores dos núcleos populacionais mais numerosos. Essas áreas produziam arroz, cana, café e ainda possuíam fazendas de gado. Em 1899 o Acre produzia mais de 60% da borracha amazônica.

Nesta fase de crescimento econômico na Amazônia, o comércio se intensificou, aumentou o número de povoados e as cidades cresceram. Em contrapartida, quando ocorreu a queda da produção da borracha entre 1910-1920, os seringais e povoados se esvaziraram. Novos fluxos migratórios nordestinos chegaram durante a II Guerra Mundial, quando a indústria bélica, necessitando de borracha, proporcionou grande incremento na produção do látex. Após a guerra, diminuindo a demanda da borracha, houve novo esvaziamento nos seringais.

A dispersão das seringueiras, que proporcionou constante deslocamento da população, caracterizaria entretanto, uma ocupação de caráter efêmero na "... formação de povoados e pequenos núcleos urbanos, servindo como ponto de apoio comercial à atividade extrativista. Belém e Manaus funcionaram como pontos estratégicos na comercialização e escoamento da borracha." ¹⁴

A economia da borracha entra em colapso a partir de 1911 com a queda dos preços provocada pela concorrência asiática e as crises internacionais. Os novos concorrentes possuíam plantações racionais e capital disponível, condições portanto ideais para eliminar a borracha amazônica.

Nos anos 30, a juta é introduzida na Amazônia por japoneses, especialmente no Médio Amazonas. Esse produto foi cultivado numa fase em que o capital comercial em caráter mais desenvolvido se aliou ao capital industrial, este já bastante articulado com indústrias centralizadas no sudeste do país. O crescimento das indústrias têxteis na década 50-60 levaram à grande demanda da juta, daí sua grande produção.

Na década de 50, surgiu também a pimenta-do-reino no Pará como um dos produtos de caráter comercial. Esta também foi introduzida por japoneses que se concentraram sobretudo na região de Tomé-Açu, no Pará.

¹⁴ CARVALHO, José Alberto Magno de et alli. "Migrações Internas na Amazônia". In: *Amazônia: Desenvolvimento e Ocupação*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979, p. 196-197.

Entretanto, na década de 60, com a abertura da rodovia Belém-Brasília, a Amazônia passou por um novo processo de ocupação de caráter definitivo, refletindo-se nos problemas fundiários que o Sudeste do Pará enfrenta atualmente.

A política de ocupação e integração da Amazônia foi mais intensificada a partir de 1966. Respondia ao processo de expansão capitalista, promovido através da colonização dirigida, executada pelo INCRA, a qual previa assentamento de colonos, oriundos principalmente do Sul, ao longo das grandes rodovias, em especial na Transamazônica. Foram implantados os Projetos Integrados de Colonização (PICs) em Altamira, Marabá e Itaituba, para onde se dirigiu um fluxo migratório bem maior com relação ao planejamento anterior, em virtude dos muitos atrativos oferecidos pelos incentivos fiscais e facilidades creditícias, atraindo, principalmente, as grandes empresas. Diante de interesses distintos em relação à posse da terra, sérios problemas conflitantes surgiram. E aí se concentra o ponto básico sobre o qual se processaria a ocupação da Amazônia num momento histórico mais recente: pequenos produtores, grandes empresas ociosas e a dificuldade de se definir uma política conciliatória diante de uma situação que o próprio governo insistiu em semear.

Como reflexo do quadro acima descrito, está hoje a Amazônia retalhada por imensas glebas pertencentes em geral a grupos de empresários capitalistas do Sul ou Sudeste do país, quando não são grupos de empresas multinacionais. São imensas glebas vinculadas a projetos agropecuários ou de mineração, a maioria deles recebendo incentivos fiscais da SUDAM e o apoio governamental sem reservas. "Associada à grande empresa de mineração, as fazendas que surgiram nas grandes extensões de terras desocupadas da Amazônia criaram quistos empresariais não apenas na estrutura agrária da região mas em todo o seu sistema econômico (impondo, como parece irreversível, um modelo voltado para fora, tanto com seus produtos, como com suas rendas)." ¹⁵

Nos últimos anos, com a crise inflacionária mais agravada, gerando desemprego em massa, assiste-se a uma corrida para as áreas de garimpo, principalmente de Serra Pelada e do Tapajós. São verdadeiras filas com milhares de garimpeiros trabalhando em condições bastante precárias, oriundos de todas as regiões, sendo muitos deles ex-agricultores. O garimpo "...está se transformando numa válvula de escape para impasses fundiários, o que explica o súbito surgimento de 100 mil garimpeiros na Amazônia mais de dois terços são lavradores impelidos para fora de seu 'ramo'." ¹⁶ Nessas regiões

¹⁵ PINTO, Lúcio Flávio, "Amazônia: no rastro do saque", São Paulo, Hucitec, 1980, p. 78.

¹⁶ PINTO, Lúcio Flávio. "Carajás: agora o futuro (os grandes planos e as pequenas realizações: uma estratégia)", editado em "O Liberal" Belém, 15 jun. 82.

de garimpagem onde não há a mínima estrutura de assistência e apoio, e não havendo também uma fiscalização mais regular por parte do governo, o contrabando ainda é uma forma de comercialização bastante difundida.

Assim, com a omissão governamental ou excesso de liberalismo, as riquezas da Amazônia estão sendo extraídas e drenadas em detrimento da região e do próprio país. As multinacionais na área do Carajás, por exemplo, “vão substituindo – quase sem conflito – os garimpos e as empresas nacionais que realizavam a exploração de cassiterita”¹⁷

Ocupação de Santarém

O atual espaço ocupado pela cidade de Santarém, a área de planalto ao sul desta cidade e áreas adjacentes localizadas próximas à foz do Tapajós como Alter do Chão, Arapixuna, margem meridional do Lago Grande de Vila Franca e margem direita do Amazonas entre a entrada daquele lago e a do Arapixuna, foram anteriormente ocupadas pelos Tapajós. Este fato pode ser reconstituído pelo levantamento arqueológico feito por Nimuendajú, que acreditou ter encontrado menos da metade dos sítios arqueológicos tapajônicos existentes na região¹⁸

Os habitantes do Tapajós se concentravam em populosa aldeia conhecida como *Tupaiu*, daí seus habitantes serem chamados *tupaius*. Essa palavra de difícil pronúncia para os estrangeiros teria se definido como Tapajós, ficando essa denominação para o rio e para a tribo que possuía o domínio do mesmo.¹⁹

Segundo historiadores, os Tapajós constituíram uma tribo aguerrida bastante temida pelas tribos vizinhas e respeitada pelos europeus por usarem flechas envenenadas. O contato com a civilização os levou a uma deculturação rápida, a ponto de não ser conhecida sua filiação lingüística. Entretanto, sabe-se que não era Tupi.

Os Tapajós possuíam uma cerâmica que apresenta mais semelhança à dos estilos do Sul da América Central, do que qualquer outra encontrada em território brasileiro, segundo Nimuendajú.

¹⁷ Id. *Ibid.*

¹⁸ Curt Nimuendajú realizou este levantamento durante 1923 e 1926. Os vestígios mais encontrados foram as “terras pretas” (solo descolorido, provavelmente de origem orgânica, localizado principalmente no planalto), estradas retas ligando as manchas de “terra preta” e poços. Ver Curt Nimuendajú, “Os Tapajós”. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, vol. X, 1948, p. 102-105 e Betty J. Meggers, “Amazônia, a ilusão de um paraíso”. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 166.

¹⁹ SANTOS, Paulo Rodrigues dos. “*Tupaiulândia (Santarém)*”, Belém, Grafisa, 2ª ed., 1974, p. 23-24, citado por João Santos, In: Programa de Ação Integrada – Município de Santarém, p. 6.

“Quando o Amazonas foi descoberto, a região do Tapajós era densamente povoada.”²⁰ Frei Gaspar de Carvajal que acompanhou a expedição de Orellana se teria impressionado como registrou, pois “eram tão numerosos os povoados que surgiam e que fãmos divisando nas ditas ilhas que ficamos preocupados.”²¹

É justamente da passagem dessa expedição espanhola em 1542 que se deram os primeiros contatos desta região com a civilização. Entretanto, o descobrimento oficial do Tapajós só passou para os registros quando Pedro Teixeira em 1626, dirigiu uma “tropa de resgate” para o Tapajós.

O processo de ocupação desta área se assemelha ao processo ocorrido na Amazônia de uma maneira geral, ou seja, dominando sempre o “caráter de conquista militar e de conquista espiritual.”²²

Foi sob a direção de uma “tropa de resgate” que Bento Maciel, filho do Governador do Maranhão e Grão-Pará, em 1639, arrasou os índios Tapajó. Os índios eram a mão-de-obra mais numerosa e disponível, ideal para orientar os caminhos no meio da mata e do emaranhado de rios, além de serem exímios caçadores e pescadores. Ninguém melhor para o empreendimento da coleta das “drogas do sertão”. Entretanto, nem sempre estavam dispostos a cooperar e a se sujeitar, sendo comum as fugas como demonstração de rebeldia.

Os colonizadores teriam continuado esse processo de escravização, principalmente no auge do ciclo das “drogas” quando se fazia necessário maior quantidade de mão-de-obra. O governo interessado no comércio lucrativo das “drogas” dava seu apoio principalmente quando o preço dos escravos africanos se elevava.

A escravidão indígena se realizava também entre os indígenas, quando resgatar índios significava comprar ou barganhar prisioneiros (índios) por motivo de guerra entre as tribos vizinhas ou em traiçoeiras caçadas. “Dessa forma, o termo “resgate” era um simples e cruel eufemismo que em verdade, significava “escravizar” de novo.”²³ As “tropas de resgate” foram criadas para livrar indígenas da escravidão indígena, entretanto, não os livraria da escravidão que o colono branco impunha.

Os Tapajó também se tornaram escravizadores, pois indicavam índios para escravizar e ajudavam a capturar tribos vizinhas, alegando serem “seus escravos fugidos.”²⁴ É provável que tenham utilizado esse recurso para

20 MEGGERS, Betty J “*Amazônia, a ilusão de um paraíso*”. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 165.

21 Id. *Ibid.*, p. 165, citando Gaspar de Carvajal, 1934, p. 218.

22 FERREIRA REIS, Arthur César. *Op. cit.*, 36.

23 SANTOS, Paulo Rodrigues dos. *Op. cit.*, p. 24.

24 NIMUENDAJÚ, Curt. *Op. cit.*, p. 94.

evitar sua própria escravidão, da qual não eram favoráveis. O colonizador utilizou largamente o estímulo às rivalidades tribais para explorar em seu benefício as alianças e parentescos das tribos.

A Companhia de Jesus chegou ao Tapajós em 1659, quando iniciou seu trabalho de catequese, dirigido pelo Pe. Antônio Vieira.

Em 1661, o Pe. Bettendorf estabeleceu a Missão de Nossa Senhora da Conceição. Bettendorf foi indicado pelo Pe. Vieira para dirigir a Missão do Tapajós "O sistema que o missionário empregava era descer o índio da mata e aldeá-lo na Missão. Com este sistema procurava transformar o índio no elemento disponível para a colonização..."²⁵ O poder temporal e espiritual ficava concentrado nas mãos do missionário. Entretanto, com as leis régias que anulavam o poder temporal dos missionários já em 1663, provocando desorganização nas aldeias, incentivou-se a exploração do índio praticada pelo colono. As missões ficaram praticamente esvaziadas. Em 1680, inclusive a dos Tapajós. Em 1686, as missões se restabeleceram com a volta dos missionários.

"A aldeia dos Tapajós, transformada em sede de missão católica, passava a servir de cabeça-de-ponte para a penetração a longa distância. Significava, pois, marca política para a expansão que, sendo espiritual, não deixava, também, de ser política. A missão possuía, é de ver-se, uma importância especial."²⁶ O objetivo de estender a fronteira em direção às missões espanholas era um dos mais importantes, muito embora este ficasse um pouco ofuscado sob a bandeira da catequese.

Para realizar o povoamento, Portugal não possuía população suficiente, daí a vinda dos colonos e para complementar o processo, a concessão especial dada a miscigenação com o índio.

Os colonos aqui chegados, quiseram logo utilizar o índio como escravo, o que gerou grande desacordo entre os missionários, defensores dos indígenas e os colonos. Para solucionar esses desentendimentos, foi introduzido o escravo africano também em Santarém, o que ocorreu em meados do século XVIII, através da companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

"Santarém possuiu uma sociedade escravista bem articulada, estruturada, na cultura cacauzeira que foi o sustentáculo da economia municipal no século XIX."²⁷ Até 1677 a produção do cacau se baseou nos pés nativos, entretanto, a partir de 1734 ele passou a ser cultivado para atender à demanda externa. Plantações de cacau foram estabelecidas na Várzea ocasionando a formação de uma pequena aristocracia rural, constituída de portugueses e descendentes que se impôs como classe dominante.

²⁵ SANTOS, João. In: *Programa de Ação Integrada - Santarém*, p. 7.

²⁶ FERREIRA REIS, Arthur César. Op. cit., p. 31, citado por Wilson Fonseca, "A fundação e Santarém", editado em "A Província do Pará", dez. 179.

²⁷ SANTOS, João. "Escravos", editado no "Jornal de Santarém", nº 191, de 05/02/83.

A missão de Nossa Senhora da Conceição foi elevada à categoria de vila em 1758, quando passou a se chamar Santarém. “A vila de Santarém progrediu e no fim do século XVIII se apresentava como uma das mais importantes do Estado...”²⁸ O cacau era seu principal produto e se plantava arroz, milho e mandioca para subsistência. Para complementar a alimentação havia peixe em abundância, caça e o gado que começava a se dispersar pela área.

A ocupação do espaço santareno começou a se processar de maneira efetiva, através das plantações de cacau na Várzea. As chamadas *fazendas* se localizavam especialmente no Tapará, Taperinha (Ituqui), Carariacá, Arapixuna e lago Grande de Vila Franca. Estas foram as áreas de maior representação na economia cacauaieira.²⁹ A grande enchente de 1855 destruiu os cacauais e causou grandes perdas nos rebanhos de gado. Já antes desta enchente, a criação de gado vinha se expandindo, concentrando-se principalmente no Taperinha e área do Lago Grande. À medida em que o cacau deixou de ser exportado, os cacauais eram substituídos pela criação de gado na Várzea.

Quando se encaminhou o processo para a emancipação política da Colônia, Santarém ofereceu grande resistência em virtude dos fiéis partidários da dependência de Portugal constituírem maioria. Em consequência da forte oposição dos reinóis que constituíam também a elite dominante, a violência do movimento cabano se manifestou através da forte resistência que este sustentou após a adesão do Pará à Independência, quando o poder continuava nas mãos dos reinóis. E foi assim que a população oprimida, formada pelo índio e pelo caboclo, revoltada pelos abusos dos reinóis - poderosos senhores do cacau, portugueses ou descendentes, detentores do poder político-econômico - se organizaram e se armaram formando o “exército” cabano. Os cabanos acampavam nas proximidades de Santarém, em Ecuipiranga e de lá prepararam o ataque à vila, quando puseram em fuga a representação do poder dominante: o vigário, o juiz e componentes do Senado, da Câmara, além de outros que foram se refugiar em Prainha. Quando as tropas legalistas tomaram o poder da vila aos cabanos, as autoridades constituídas retornaram, mas antes que isso acontecesse, muitos reinóis foram mortos. A Cabanagem em Santarém, como parte do movimento pela emancipação da Colônia que se realizava em Belém, representou um momento de posicionamento da população diante do excesso de poder manifestado pelo colonizador.

Em 1833, Santarém se tornou a sede da Comarca do Baixo Amazonas e em 1848 foi elevada à categoria de cidade.

Com a decadência do cacau, a borracha entrou em cena. Entretanto, Santarém não possuía seringais, era apenas um entreposto comercial que comprava borracha do Alto Tapajós e exportava, como exportava também

²⁸ SANTOS, João. Op. cit., p. 19.

²⁹ Dados inéditos concedidos pelo historiador João Santos em abril de 1983.

cacau em pequena escala e gado. Importava farinha, arroz e feijão. Santarém se tornou importante entreposto comercial em virtude de sua privilegiada posição geográfica.

Segundo João Santos, os jornais da época se referem ao esvaziamento de Santarém quando sua população se dirigiu para seringais do Alto Tapajós, ocasionando também um esvaziamento na agricultura.

Em 1867 chegaram a Santarém os imigrantes norte-americanos estabelecendo a primeira Colônia agrícola de Santarém. Estes receberam grande apoio do Governo Imperial e Provincial. O primeiro concedeu muitas facilidades como mil braças de terras na região do planalto, especialmente no Piquiatuba e Dimantino, isenções alfandegárias e do serviço militar, empréstimos para passagens e ajuda de custo por seis meses. Estabeleceram-se ainda em Ypanema, Mararu e Taperinha, esta última, na Várzea.

Os imigrantes reanimaram a agricultura com algum capital trazido, com novos métodos de cultivo, como o uso do arado e outros instrumentos modernos, e sementes selecionadas de fumo da Virgínia. Muitos deles se associaram ao Barão de Santarém e montaram engenhos movidos a água e por animais, para a fabricação de aguardente, serrarias e estaleiros. Acossados pelas conseqüências da Guerra da Secessão, os chamados confederados chegaram esperançosos de reconstruir vida nova. Os que tinham tradição agrícola e se empenharam na atividade agrícola, permaneceram em Santarém, deixando descendentes. Entretanto, de maneira geral, a colônia americana não foi bem sucedida. Os norte-americanos plantaram cana inicialmente e depois culturas de subsistência, cacau, algodão e em menor escala, abóbora, batata inglesa, ervilha, tomate, tabaco, café e fruteiras.

O comércio da Província do Pará foi impulsionado pela navegação a vapor, que mereceu atenção especial do Governo Imperial.

O Governo Imperial, em 1866, abriu o Rio Amazonas ao comércio exterior, medida que só vigorou em 1867 sob a pressão do capital comercial.

Outra colônia agrícola se instalou em Santarém na região do planalto em 1877. Eram nordestinos, principalmente cearenses que instalaram inicialmente o Núcleo Colonial de Bom Gosto a 12 Km de Santarém. "A colônia iniciou com 85 famílias e até 1879 haviam chegado a Santarém 600 imigrantes, sendo que poucos foram para "Bom Gosto" a maioria tomou rumo dos rios Tapajós e Arapiuns." ³⁰ A instalação dessa colônia contribuiu para a expansão do povoamento no planalto e foi marco significativo da presença do nordestino no processo agrícola de Santarém.

Os nordestinos plantaram seringueiras antes dos plantios racionais de Ford. Plantaram também culturas alimentares. Com a decadência da borracha, muitos voltaram dos seringais do Alto Tapajós e dos afluentes do Ama-

³⁰ SANTOS, João. Op. cit., p. 22.

zonas, realizando o povoamento da Província do Pará. O Governo Provincial (1913-1918) através de seu apoio, incentivou a plantação de algodão. Nessa época as fazendas de gado já estavam solidificadas, começando a se acentuar o interesse europeu pelas madeiras.

A região do rio Arapiuns era a maior região produtora de madeira. Entretanto, este produto não foi produzido em tão alta escala, muito embora a indústria naval e as serrarias da época também tenham-se abastecido com as madeiras do Arapiuns.

A salga do peixe foi uma atividade muito desenvolvida principalmente para exportação neste período. A principal zona exportadora era a do Lago Grande de Vila Franca, onde existiam depósitos que armazenavam o peixe salgado, especialmente o pirarucu.

A partir de 1928, Henry Ford promoveu um rápido plantio de seringueiras inicialmente em Fordlândia se expandindo depois para Belterra. Santarém como entreposto comercial fornecia produtos alimentares como ovos, aves, carne bovina, beneficiando-se como centro abastecedor.

O incremento na atividade comercial gerou o aparecimento de uma classe dominante – os comerciantes, enquanto na política o *bacharel* substituiu o *coronel*, oriundo da aristocracia cacauera.

O comércio se solidificou, especialmente o varejista. Anteriormente só existia o atacadista atuando em Santarém com seus armazéns e *regatões* (comerciantes que levavam mercadorias nacionais ou estrangeiras para vendê-las a dinheiro ou trocá-las por produtos, percorrendo toda a Várzea, inicialmente de canoa, depois de motor).

É dessa época a ampliação do cultivo do arroz, que a partir daí passou a ser um dos principais produtos de exportação

O algodão teve novo surto em 1933, quando a exportação da madeira já era decadente, sendo instalada uma usina de beneficiamento de algodão com incentivos governamentais. A produção algodoeira do Nordeste já tinha sua grande expressão quando a amazônica começou a cair. Daí passar a produzir arroz e mandioca para atender ao mercado interno.

A economia municipal, na década de 40, passou por uma nova fase ao se instalar o primeiro estabelecimento bacário em Santarém, dando-se portanto sua inserção no universo do capital bancário. As atividades agropecuárias e as comerciais poderiam ser respaldadas por financiamentos, criando novas perspectivas.

Nessa época é introduzida a juta em Santarém, produto comercial que sustentou a economia municipal até recentemente. A impossibilidade de impor a juta indiana durante a II Guerra, quando os jutais indianos foram destruídos, incentivou a Amazônia a se especializar como zona produtora de juta, fornecendo matéria-prima para as indústrias têxteis. Assim unidades prensadoras e uma fábrica foram montadas para industrializar o produto.

A abertura das grandes rodovias está estreitamente relacionada com a política de ocupação e integração da Amazônia, mais acelerada a partir de 1966, que tinha por objetivo, atender às exigências do capitalismo em ascensão. O fato de ser o Brasil uma zona periférica e dependente da economia dos países centros (Estados Unidos e alguns europeus), principalmente dos Estados Unidos, tornou-o um mercado consumidor da indústria automobilística em franca expansão nos anos 20 naquele país e após a II Guerra Mundial. Daí então, ter-se providenciado muito depois, “ grandes investimento (52 bilhões de cruzeiros até 1979) para desenvolver a pecuária, a mineração, a atividade madeireira e algumas culturas agrícolas comerciais de exportação ” ³¹, alocados na Terra-Firme, especialmente na área de colonização, provendo assim, recursos para o desenvolvimento dessa área, em detrimento da Várzea.

Santarém também participou da “febre rodoviária” dos anos 70. Ao serem construídas a Transamazônica e a Santarém-Cuiabá, Santarém ficou com sua distância física reduzida em relação ao centro-sul do país. Aliás, no aspecto relativo, Santarém se aproximou mais do centro de acumulação capitalista, localizado nas regiões Sul-Sudeste, do que do restante da região, até mesmo de Belém.

Nos últimos anos se assiste ao aparelhamento de Santarém, no que se refere à criação de uma infra-estrutura para prepará-la para uma nova demanda. A abertura das rodovias, a instalação da hidrelétrica de Curuá-Una (a primeira do Estado) e a construção do Porto com seus modernos equipamentos e estrategicamente localizado no início da Santarém-Cuiabá se constituíram em grandes investimentos equipando o município para uma etapa de desenvolvimento futuro, provavelmente uma etapa industrial sonhada. Essa tendência pode ser constatada ao ser planejada e montada a capacidade da hidrelétrica muito acima da demanda. Entretanto, Santarém não ingressou nessa fase de industrialização. O único setor industrial que progrediu foi o madeireiro, pois até mesmo o da construção naval que apresentou grande incremento no período da borracha, não tem evoluído tanto. O que se tem fortalecido em Santarém é o seu comércio, que sempre constituiu a atividade econômica de maior representatividade em virtude de sua antiga função de entreposto comercial. Santarém agora estendeu sua área de influência para além dos municípios próximos como: Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Monte Alegre, Prainha, (Figura 1), atingindo ao todo treze municípios sob sua influência. Dentre outros estão: Juriti, Itaituba e Aveiro (estes dois últimos no Tapajós) e Altamira (no Xingu).

³¹ PINTO, Lúcio Flávio. “Amazônia, o anteato da destruição”, p. 339.

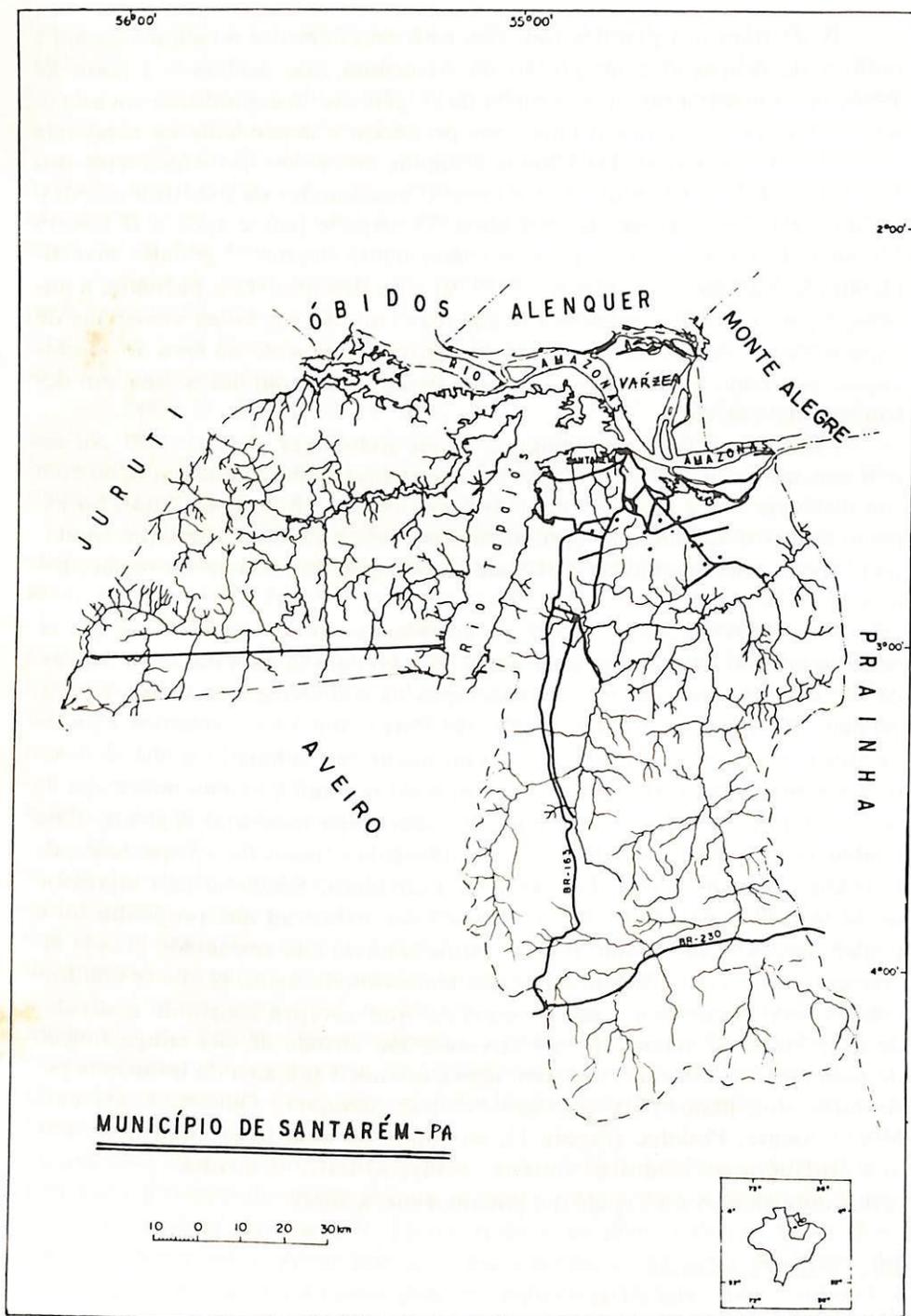


Figura 1 – Município de Santarém e seus municípios fronteiriços

Os garimpos próximos localizados no Tapajós drenam recursos para a cidade, mobilizando os setores bancário e comercial, o que se reflete no setor social, observando-se o crescimento e o fortalecimento da classe média, principalmente de uma camada representada por investidores no garimpo. Já que a agricultura de Santarém não é tão expressiva, é natural o garimpo drenar recursos para a cidade constituindo-se a mais importante força motriz da economia santarena.

Santarém tem tido um crescimento urbano acentuado. A taxa de crescimento na década de 50 foi de 86,88%, na de 60, 74,23%, na de 70, 108,21% (dados dos Censos) e na de 80, 106,29%. Este crescimento espacial urbano se deu de forma desordenada. O centro da cidade e bairros mais centrais possuem os equipamentos urbanos básicos, o que não ocorre com os bairros periféricos mais recentes e que têm tido cada vez mais acréscimo de população.

Tabela 1 – População Rural e Urbana dos Distritos de Santarém

Município e Distritos	1950		1960		1970		1980	
	Popul. Rural	Popul. Urbano	Popul. Rural	Popul. Urbano	Popul. Rural	Popul. Urbano	Popul. Rural	Popul. Urbano
Santarém	14.061	21.294	24.924	35.636	41.170	51.009	45.175	102.181
Alter do Chão	372	4.951	768	6.366	640	4.504	682	5.783
Arapixuna*	—	—	—	—	589	4.191	310	5.420
Aveiro**	190	147	191	502	—	—	—	—
Belterra	3.556	3.670	3.467	5.347	3.083	5.394	3.140	3.619
Boim	479	2.982	657	3.505	890	3.037	615	3.415
Curuai	555	7.972	728	11.060	965	16.337	1.254	16.419
Mojuf dos Campos*	—	—	—	—	1.277	2.129	977	2.996
Santarém Total	19.213	41.016	32.615	60.536	61.616	73.499	80.293	111.657

* Criados após o Censo de 1960; ** Elevado a Município depois do Censo de 1960.

Fonte: IBGE – Dados obtidos das tabelas referentes à População Residente para os respectivos anos, dos Censos Demográficos, FIBGE.

Com relação aos crescimentos rural e urbano dos Distritos, pode-se compará-los desde a década de 50 a 80, conforme a tabela acima.

No Distrito de Santarém, a área de concentração de interesse, é a área correspondente à Várzea. Inicialmente salta aos olhos a discrepância entre este e os outros distritos com relação às populações rural e urbana. Observa-se nitidamente o salto do crescimento da população urbana deste Distrito na última década, em detrimento do crescimento rural, aliás, a população rural não cresceu nesta década, como vinha crescendo, embora tivesse discreto crescimento.

A abertura das rodovias, sem dúvida alguma, trouxe grandes alterações espaciais em Santarém. O comércio teve novo ímpeto e inclusive as mercadorias que antes da existência das rodovias chegavam por via fluvial, agora chegam através da via rodoviária que é muito mais rápida, entretanto, encaixea mais a mercadoria.

Produção do Espaço na Várzea de Santarém

A Várzea de Santarém, como unidade espacial, foi ocupada inicialmente pelos Tapajó, tribo bastante numerosa até a época do descobrimento do Amazonas. Segundo Nimuendajú, a tribo teria chegado da América Central, não se sabendo que percurso teria tomado antes de atingir o Tapajós.

Os Tapajó pareciam entender as propriedades que os recursos naturais da Várzea podiam proporcionar-lhes. A linguagem natural de ambiente tão complexo que é a Várzea para eles foi de fácil assimilação e adaptação. Assim, "...o principal problema de adaptação é, pois, o prolongamento da fatura no tempo da escassez. Isto pode ser conseguido de duas maneiras: (1) conservando e armazenando alimentos vegetais e animais para consumo posterior; (2) desenvolvendo uma divisão ocupacional do trabalho nas atividades de subsistência, de modo que os alimentos simultaneamente existentes venham a ser explorados de forma intensiva." ³²

Carvajal, citado por Meggers, refere-se à grande capacidade de previsão e conservação dos alimentos adotada pelos Tapajó até o momento da colheita seguinte. Estes guardavam os alimentos no sótão ou em lugares bem acima do solo, como milho, biscoitos (de milho e mandioca), grande quantidade de peixe assado, moqueado, ou conservado em potes com óleo de peixe-boi, ou de ovos de tartaruga, peixe-boi e carne de caça. Como o milho era sua principal colheita, era plantado em grandes roçados na Várzea, e depois armazenado em cestas que enterravam na cinza para protegê-lo contra o gorgulho. Capturavam, ainda, tartarugas e mantinham-nas em currais para o período de escassez durante a cheia. O arroz selvagem existia em grande quantidade nos lagos da Várzea e constituía uma fonte de alimento muito importante, sendo usado para fazer pão e bebida.

³² MEGGERS, Betty J. Op. cit., p. 172

Nos meses de agosto e setembro, quando o nível da água baixa, os índios abandonavam suas casas numa migração sazonal e iam para os acampamentos provisórios de pesca às margens dos lagos de Várzea.

“Embora o padrão cultural indígena da Várzea possua muitas características da Terra-Firme, dela difere de forma importante. As semelhanças dizem respeito aos traços que tornam os complexos da Várzea uma parte integrante da área cultural da floresta úmida. Tais semelhanças incluem as culturas básicas para a alimentação... As diferenças se manifestam nas armas, na organização social e política, e nas práticas religiosas...”³³

Com a intensificação da colonização que provocou o extermínio dos antigos habitantes da Várzea, os canaviais se estenderam por seus domínios, quando se montaram engenhos movidos a tração animal ou a água. Quando a demanda externa incentivou sua produção, os cacauais se estenderam pela Várzea. Barata até comenta a existência de um Cacaual Imperial nas proximidades de Óbidos na época.³⁴ Existia também grande plantação nas proximidades de Monte Alegre denominada Cacaual Grande. As grandes enchentes, como a de 1855, que levaram à destruição total das plantações, assim como a redução da demanda externa, contribuíram para sua queda.

Em Santarém, as chamadas *fazendas*, já referidas, representaram o esteio da economia local, no período da grande produção cacauaieira antes de 1855.

Os registros de comunidades, realizados em 1980 pelo MEB, reconstituem os antecedentes históricos das comunidades em que este órgão atua, trazendo dados da presença de portugueses na Várzea a partir de 1840. A maioria das comunidades citam 1860 como início da reconstituição de sua memória histórica, sempre com referência à presença dos portugueses nos engenhos e em seguida nos cacauais. Infelizmente não há fontes disponíveis para reconstituir com maiores detalhes o processo de ocupação realizado na Várzea.

Em 1860, a Várzea já era ocupada por portugueses, senhores de escravos. Estes trabalhavam na lavoura cacauaieira e em tarefas domésticas. Nesse período também já existia a criação de gado. Esta atividade se acentuou a partir de 1900, como por exemplo, na região do Tapará, quando a área dos campos localizados no fundo cresceu com o decorrer da sedimentação provocada pelas enchentes.

As fazendas de gado foram aos poucos substituindo os cacauais, muito embora desde a introdução da cana já existisse gado nos campos-de-várzea e

³³ MEGGERS, Betty J. Op. cit., p. 171

³⁴ Rui Barata possui dados inéditos a respeito, comentados por João Santos em dados não publicados.

na área do Lago Grande de Vila Franca. Desta última o gado era exportado a fim de abastecer Belém e Manaus.

Até os dias atuais a Várzea é a grande fornecedora de gado para abastecer Santarém. Atualmente a pecuária se encontra bastante solidificada na Várzea, encontrando-se áreas como o Ituqui, onde já se percebe grande concentração de fazendas para criação de gado e concomitantemente o desaparecimento da juta.

Portanto, o espaço amazônico, por ser um espaço subdesenvolvido, seu aspecto natural ainda é predominante, apesar das transformações provocadas pelo homem pelas quais tem passado.

É sob este ponto de vista, que se distinguem nitidamente quatro informações naturais bastante diversificadas quanto ao relevo, à natureza do solo, à vegetação, à possibilidade agrícola e à ocupação espacial. A Várzea, a Terra-Firme, os Igapós e os Campos Naturais são, portanto, unidades espaciais no contexto amazônico, sem serem necessariamente estanques. A Várzea e a Terra-Firme, por exemplo, são as mais opostas, entretanto, complementares e dependentes entre si.

A inter-relação entre as duas áreas é bastante estreita no que se refere ao abastecimento de frutas, verduras e legumes da feira na cidade. Essa complementação se dá de acordo com as estações, pois quando numa área há fartura, na outra há escassez. A respeito disso Maria Emília Pacheco estruturou o calendário de fornecimento desses produtos para as duas áreas, como segue:

- a) no *inverno* (época das cheias), os gêneros procedem da Colônia e da área do PIC:
 - janeiro: banana e manga;
 - fevereiro em diante: jaca, limão, milho verde, feijão, maxixe, tomate e pupunha;
 - final do *inverno* (abril/maio/junho): laranja, tangerina e lima;
- b) no *verão* (vazante) os produtos vêm sobretudo da Várzea:
 - final de junho/julho até novembro/dezembro: melancia, melão, tomate, jerimum, pepino, cebola, alface, couve, etc.³⁵

Além destes alimentos citados por Maria Emília, a Várzea ainda fornece: peixe, farinha de mandioca, milho, feijão, maxixe, quiabo, laranja, banana e outras frutas e verduras em menor quantidade para abastecer a cidade. A Terra-Firme também contribui com outros produtos como: arroz (seu principal produto em termos de quantidade produzida e valor de produção) e farinha de mandioca.

³⁵ PACHECO, Maria Emília Lisboa. "Pequena produção sob o domínio do capital comercial e usurário". Rio de Janeiro, Museu Nacional-UFRJ, 1980, p. 71

A complementação entre as duas áreas ainda se dá no fornecimento de mão-de-obra durante as principais etapas do processo produtivo que requeiram maior quantidade de braços. Durante o corte da juta costuma ser frequente o deslocamento de agricultores da Terra-Firme para a Várzea, especialmente daquelas áreas imediatamente contínuas, atrás do rio Tapará, nas proximidades do Município de Monte Alegre; no Curuai (próximo ao Lago Grande da Franca) e nas proximidades de Patos e Santana (rio Ituqui). O contato dessas áreas com a Várzea é mais intenso devido ao fato do acesso ser mais fácil. O *varzeiro* da região de "dentro" do Tapará pode caminhar algumas horas para chegar à Terra-Firme, assim como o *varzeiro* do Ituqui pode ir comprar farinha na Terra-Firme.

Nessas áreas de contato, costuma haver comercialização da juta, onde às vezes havia patrões que financiavam certo número de *juteiros*.

Os pastos da Terra-Firme são utilizados para o gado da Várzea durante o período culminante nas grandes cheias. Muitas vezes até nas cheias regulares, ou no caso das águas terem crescido pouco, não proporcionando o crescimento suficiente do capim natural dos campos-de-várzea no baixar das águas, quando se faz necessário transferir o gado para aquela área. Da mesma forma, o gado da Terra-Firme pasta na Várzea quando a água baixa o suficiente. Essa complementariedade na utilização dos pastos destas áreas em diferentes períodos é muito importante, tendo em vista que os excelentes capins da Várzea engordam mais o gado do que aqueles de Terra-Firme, comparados por um mesmo período de tempo, além desta área servir de abrigo para o gado, salvando-o das cheias, já que o uso de *marombas* (currais suspensos sobre estacas ou flutuantes) já é muito pouco utilizado devido a seu alto custo.

A Várzea amazônica, unidade espacial de interesse, é a denominação mais usada para a planície de inundação que possui uma área de aproximadamente 64.400 km², cerca de 1,5% da Amazônia segundo Castro Soares.³⁶ Sua largura é bastante variável ao longo do curso do rio Amazonas e seus afluentes de água barrenta ou "água branca", correspondendo àqueles que possuem várzeas mais extensas e mais densamente povoadas.

No Médio Amazonas a planície se alarga, como em Parintins, atingindo 50 km. Estreita-se ao chegar no Pará, onde em Óbidos alcança 33 km e em Santarém, 24. A partir de Santarém ela vai se afinando, permanecendo assim no Baixo Amazonas. Ao atingir a foz, especialmente nas ilhas que formam o arquipélago de Marajó, atinge as maiores extensões. Muitas vezes a Várzea desaparece, estando nesse caso, o rio encaixado na Terra-Firme do Terciário.

³⁶ SOARES, Lúcio de Castro, "Hidrografia". In: *Geografia do Brasil: Região Norte*, Rio de Janeiro, vol. 1, IBGE, 1977, p. 135.

Na Várzea o regime de subida e descida das águas do rio é um fator determinante sobre a vida animal e vegetal, afetando diretamente a vida do homem.

A oscilação do nível do rio define a conformação hidrográfica, caracterizando a Várzea como um meio-ambiente complexo, heterogêneo e instável. São drásticas e periódicas as mudanças que se processam no sistema terrestre para o aquático ou vice-versa, de tal forma que a fauna aquática desenvolveu uma série de adaptações para suportar as baixas concentrações de oxigênio por ocasião da subida, assim como a flora também desenvolveu estratégias para garantir a sobrevivência das espécies.³⁷

As condições ecológicas na Várzea são altamente complexas, e se fossem profundamente estudadas poderiam ser evitados desequilíbrios na intensa correlação entre os sistemas terrestre e aquático. A manutenção harmoniosa desses sistemas é fundamental para a manutenção do homem ribeirinho, cuja alimentação básica é o peixe, obtido nos lagos e no rio. Infelizmente os mecanismos de adaptação dos organismos entre a fase aquática e terrestre na várzea amazônica ainda são pouco estudados. Os estudos mais recentes vêm sendo realizados pelo INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia) nesse sentido.

Durante as cheias, as águas do rio inundam grandes extensões, entretanto, só atingem sua extensão total nas cheias excepcionais como as de 1953 e 1982. A subida das águas se caracteriza por um período de escassez de alimentos, para o qual os Tapajó desenvolveram diversos métodos para conservar e armazenar alimentos, dando verdadeira lição de sobrevivência, dentre as quais: guardar, no sótão ou sobre estacas bem acima do solo, milho, biscoitos, peixe assado, peixe-boi e carne de caça; armazenar o milho misturado com cinza em cestos debaixo da terra; manter tartarugas em currais; conservar carne e peixe em potes com óleo de peixe-boi, moqueados ou secos ao sol.³⁸

A escassez se dá principalmente em virtude dos lagos centrais aumentarem bastante de volume, proporcionando a migração dos peixes para áreas mais abertas, dificultando a pesca. A atividade agrícolá é bastante reduzida, a não ser com a cultura da juta, a partir do corte (março/abril) quando o trabalho se intensifica e mobiliza a população ribeirinha. As atividades que se seguem após o corte, como a maceração, decorticação, lavagem e enfardamento, realizadas ainda no período em que o nível do rio permanece elevado, também demandam intenso trabalho para conclusão do processo produtivo.

³⁷ A esse respeito, Wolfgang Junk escreveu um artigo denominado "Áreas inundáveis", onde se refere especificamente sobre a Várzea Amazônica. In: *Acta Amazônica*, Manaus, INPA, 1982.

³⁸ MEGGERS, Betty J. "Amazônia, a ilusão de um paraíso". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, onde se detalha sobre a adaptação dos Tapajó na Várzea.

Quando o nível do rio baixa (julho/dezembro) a água fica aprisionada nas depressões, configurando um espaço mais definido, apresentando uma drenagem mais ordenada, quando se delimitam lagos, igarapés (cursos d'água de pouca extensão e largura), paranás (braço extenso e largo de um grande rio que forma uma grande ilha), paranás-mirins (mirim significa pequeno; estes comunicam entre si os lagos-de-várzea), furos (canais de ligação entre o rio principal e seu afluente mais próximo). Gilberto Osório de Andrade (1956) considera os igarapés mais como elementos de drenagem da Terra-Firme (Platô Terciário) do que da Várzea.

Já o período de vazante é marcado pela abundância de alimentos e atividade agrícola, pois é época de preparar o terreno para o plantio do milho, mandioca e juta. Há grande variedade de peixes, aves, ovos de tartaruga e frutas.

A limitação do tempo das atividades agrícolas imposta pelo regime do rio condiciona o varzeiro a estabelecer uma divisão de trabalho de maneira organizada e eficaz, pois do contrário, qualquer atraso no plantio acarretará colheita tardia, significando perda, que reduzirá suas condições de sobrevivência abaixo do nível para manter-se como produtor.

O fator tempo é ainda mais vital, quando o juteiro tem que fazer duas safras de juta, a "planta da lama" ou "juta da lama" e a normal. A imprevisão do regime das águas muitas vezes lhe causa surpresas desagradáveis, como por exemplo, se a subida da água for muito veloz, não encontrando a juta em fase adiantada de crescimento, quase madura para o corte, colocará a safra em risco. Além do mais, cada ano apresenta oscilação de nível diferente, da do ano anterior, independente até da direção para onde está crescendo a corne da lua nova, que segundo os antigos determinava a amplitude das enchentes. O varzeiro fica sem condições de previsão, pois não tem elementos para tal, tendo que arriscar sua sobrevivência na Várzea, caso queira nela permanecer.

A SUDAM possui um projeto de Hidrologia e Climatologia da Amazônia para controle das enchentes. Entretanto, até agora não se teve qualquer resultado promissor a respeito. Não há interesse por parte dos órgãos governamentais em fornecer as mínimas condições de segurança à população ribeirinha da Várzea a fim de permitir sua permanência nesta área.

O regime do rio se manifesta de forma complexa, em virtude da grande extensão de sua bacia, possuindo tributários nos dois hemisférios, e apresentando precipitação em diferentes períodos; além da precipitação e do degelo primaveril provenientes dos Andes, embora a contribuição deste último seja pequena.

O deslocamento da massa Equatorial Continental provoca precipitações durante o verão austral (outubro ou novembro até março) na parte sul da Bacia Amazônica, que é cerca de seis vezes maior que a porção norte. En-

quanto isto, os afluentes da margem esquerda estão no período de vazante. Já no verão boreal (abril/maio até julho) as precipitações são abundantes nos tributários da parte setentrional, quando deve estar ocorrendo o inverno nos rios do sul da bacia. As águas das precipitações dos tributários da margem esquerda se encontram no Amazonas com aquelas provenientes das enchentes dos afluentes da margem direita geralmente em junho ou julho. A esse encontro de águas oriundas de cheias alternadas, denomina-se “interferência”, quando o Amazonas alcança seu nível máximo.

Segundo Castro Soares, é a alternância dos períodos chuvosos nas partes norte e sul da bacia que garante o relativo equilíbrio do nível do rio durante o ano, pois enchentes maiores ocorreriam se o rio Amazonas fosse subordinado a um único regime pluvial e em uma só ocasião.

A vazante do Amazonas tem início geralmente na segunda quinzena de junho e a cota mínima é atingida em outubro ou novembro com mais frequência.

Na área de Santarém, o nível máximo do Amazonas ocorre em maio, provocado pela cheia do Tapajós, que atinge seu nível máximo em abril e maio em virtude das fortes chuvas que ocorrem em abril, sendo reforçado pelo escoamento das águas das cheias dos afluentes do Amazonas (Trombetas, Cuminá, Curuá e Maicuru), cujas máximas são alcançadas no mesmo período. Daí a enchente no Baixo Amazonas atingir cotas máximas com um mês de antecedência em relação ao Médio Amazonas.

A Várzea apresenta alguns aspectos que refletem sua evolução como: a várzea baixa, os diques marginais e a várzea alta. A várzea baixa corresponde à planície inundada durante parte do ano, que passa por intensa sedimentação, apresentando uma floresta, denominada mata-de-várzea. Esta mata ciliar tem o papel muito importante de frear a correnteza e reter os sedimentos. Ela apresenta características distintas no estuário, onde predominam as palmeiras. É a partir do rio Madeira até a foz que predominam árvores altas como a Sumauma, o Pau-Mulato, Embaúba, Tachi, etc. A mata-de-várzea não se limita a constituir a “pesta” que acompanha o rio. Ela se interioriza também, muito embora no fundo predomine os campos naturais que às vezes são interrompidos por grupos de árvores e arbustos dando “... o aspecto de paisagem de parque.”³⁹ Os diques marginais são conhecidos localmente como “restingas”. São formados por sedimentos trazidos pelo rio. São nas “restingas” mais altas que os jaticultores plantam juta. Finalmente, a Várzea alta corresponde ao estágio mais antigo e mais elevado. Nela as árvores possuem maior porte, já se misturando com a vegetação de Terra-Firme. É nesta parte que a mata-de-várzea se desenvolve mais, apresentando características próprias, diferentes da floresta de Terra-Firme e da floresta de Igapó (Figura 2).

³⁹ SIOLI, Harald. Op. cit., p. 11

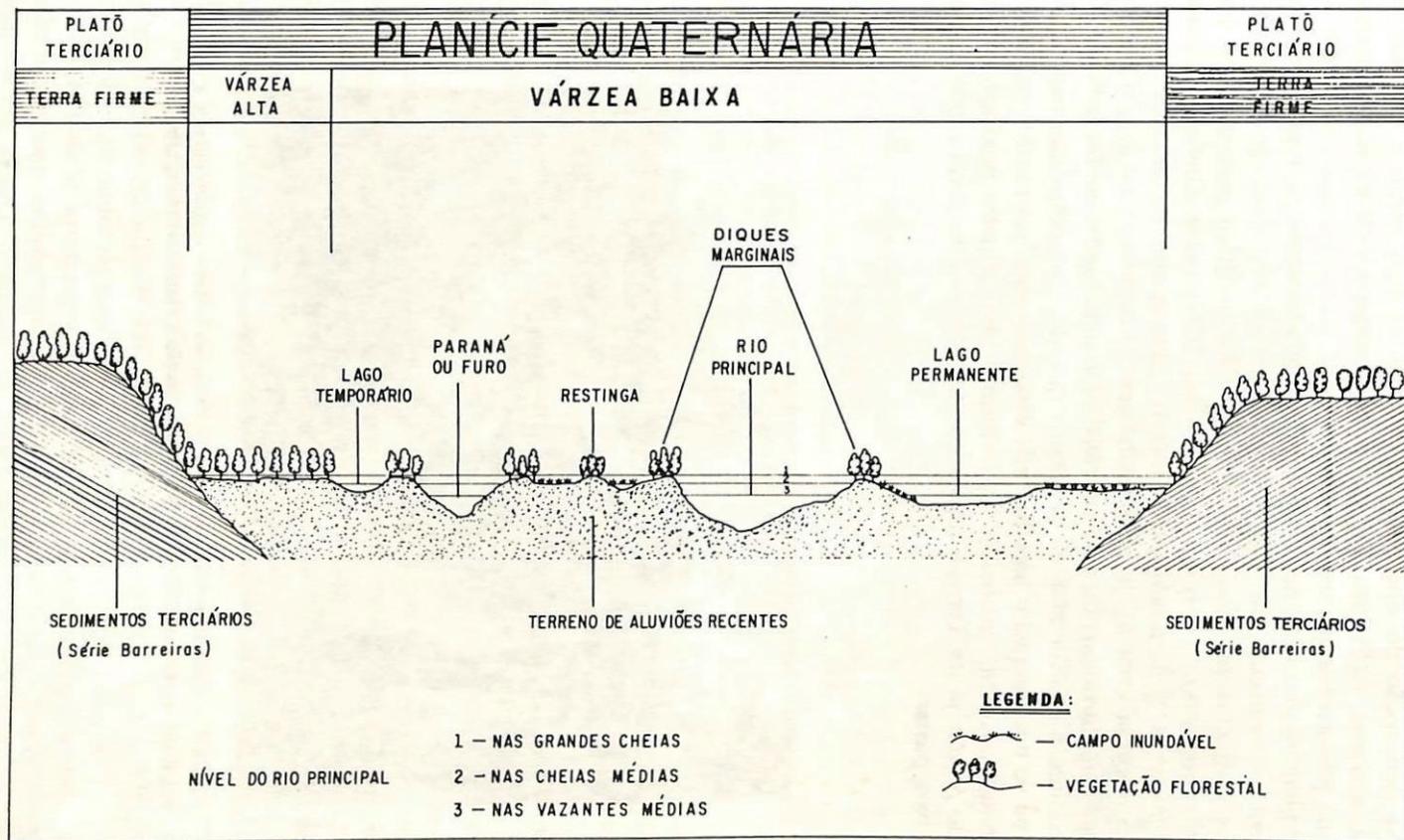


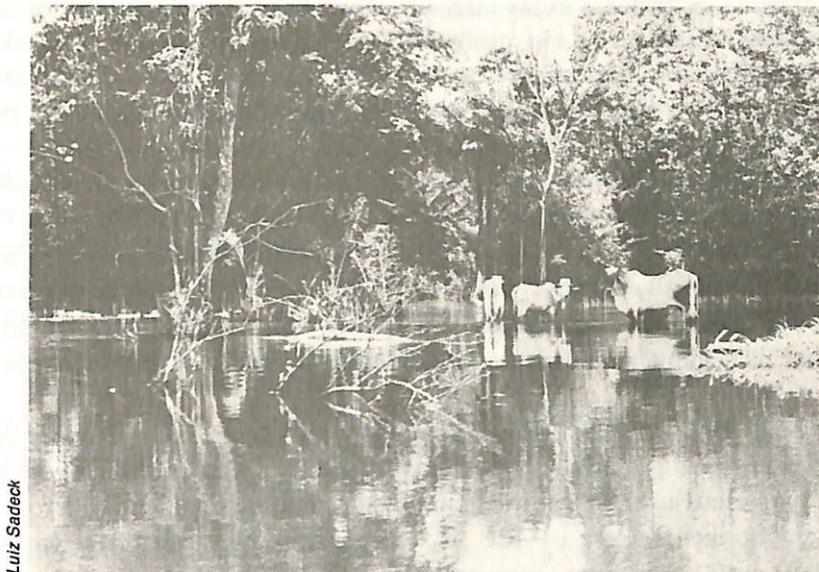
Figura 2 – Perfil Estrutural ideal da Várzea Amazônica, elaborado segundo Lúcio de Castro Soares, 1977.

Na concepção do ribeirinho há duas partes mais gerais e distintas na Várzea: a *frente*, (Figura 3) que possui terrenos mais elevados, correspondente provavelmente aos diques marginais ou várzea alta, onde além da juta se plantam outras culturas como milho, feijão, mandioca, tomate, melancia e em menor escala, melão e jerimum. Atrás da *frente* seguem os campos naturais formados por gramíneas de alto valor nutritivo para o gado, que constituem o *fundo*, (Figura 4), parte mais baixa (várzea baixa), utilizada para a pecuária. É no *fundo* que se localiza grande número de lagos que podem transbordar com as grandes enchentes. Quando isto ocorre, o gado é colocado em *marombas* ou então é transferido para pastos na Terra-Firme. O mais comum é ocorrer aluguel de pastos quando o produtor não possui nenhum ou se um compadre não lhe cede espaço no seu. Os médios e grandes pecuaristas possuem pastos na Terra-Firme. Muitos deles possuem pastos atrás do *fundo*, já na Terra-Firme, para onde dirigem seus rebanhos diariamente para pastar.



Luiz Sadeck

Figura 3 – Casa de moradia do varzeiro. Paisagem bastante comum durante a enchente, quando a água do rio avança em direção à mata-de-várzea, atingindo-a.



Luiz Sadeck

Figura 4 – Nesta foto observa-se o domínio do rio durante a enchente, onde se vê o gado pastando junto à floresta à procura de capim.

Os solos de Várzea são constituídos por um limo muito fino, argila, areia fina, matéria orgânica e ácido húmico em solução, sedimentos recentes que constituem os solos mais férteis da Amazônia segundo Sioli, juntamente com as ilhas próximas à foz do Amazonas. Esses sedimentos são resultantes da decomposição das terras que margeiam o grande rio e seus afluentes de água barrenta, como também da carga de detritos sólidos, dissolvidos, transportados nos leitos ou em suspensão. É Sioli também que chama atenção para o material em suspensão que provém dos Andes, onde a decomposição geológica causada pelas condições climáticas, acentuada erosão ocasionada pelo tipo de solo, morfologia do terreno e grande precipitação, condiciona o transporte dos sedimentos até a Várzea. Esse material, ao ser depositado, sedimenta lagos, constrói a várzea baixa e “restingas” e solda estas últimas.

São nesses férteis solos que o ribeirinho desenvolve o cultivo da juta, milho, feijão, mandioca e culturas menores. Este assunto será abordado mais adiante.

Aproveitando as condições que o meio lhe oferece como por exemplo, fartura de peixe na baixada das águas, o ribeirinho pesca durante o ano todo, sendo também criador de gado, embora seu rebanho seja reduzido.

A atividade artesanal desenvolvida em algumas comunidades, serve como importante complemento à economia doméstica. A produção de cuias e cerâmica constituem o artesanato mais conhecido e difundido na cidade,

principalmente as famosas cuias com suas variedades de coloridos e formas nos desenhos. Essas cuias são produzidas no Aritapera (área de Várzea) e são muito procuradas por turistas. Nas atividades artesanais deve-se destacar o papel da mulher como mão-de-obra especializada e que muito contribui para a complementação do orçamento familiar.

Na Várzea, a distribuição da população é bastante irregular de maneira geral, sendo grande a dispersão das casas. Talvez pela dificuldade em se estabelecer um critério para classificar os núcleos populacionais, os órgãos governamentais adotam diferentes critérios, de acordo com o trabalho que executam. A SUDAM, que faz borrição suspensa para erradicação da malária, reconhece as seguintes unidades populacionais: fazendas, sítios, povoados e vilas.

O MEB de Santarém, órgão mais atuante na Várzea, muito embora sua atuação tenha diminuído, adota o critério *comunidade*, como unidade básica na Várzea para efetivação de seu trabalho no setor educacional, como já foi referido anteriormente. Para o MEB as comunidades que trabalham têm em média 250 a 400 habitantes, apresentando taxa de natalidade de 60%, e de mortalidade de 20%. O êxodo rural corresponde a 45% na faixa de 15 a 45 anos.⁴⁰ Comunidades são concentrações de habitações, onde em geral há uma igreja, o salão paroquial de festas, um campo de futebol e *bodegas* (tabernas ou mercearias), onde sempre ao lado delas há mesas de bilharito. Essa concentração normalmente ocorre na beira do rio em virtude da facilidade de comunicação e na obtenção do pescado. Essas concentrações lembram os *bairros rurais* citados por Queiroz⁴¹ e Candido.⁴² A primeira concebe *bairros rurais* como bairros compostos por famílias conjugais, autônomas, autárquicas, independentes quanto às decisões sobre as roças. Dependiam do auxílio dos vizinhos, daí realizarem *mutirões* e troca de dias de serviço e outras formas de ajuda mútua para solucionar a escassez de mão-de-obra. Além do mais "... o bairro apresentava as formas mais elementares de sociabilidade da vida rústica, que se alargavam em diferentes graus a partir dele, na seguinte escala: a) relações familiares; b) relações de vizinhança; c) relações dos bairros entre si; d) relações com a região; e) relações com o exterior (isto é, com tudo que ultrapasse a região)." Para o segundo, o *bairro rural* se identificava pelo agrupamento de algumas ou muitas famílias, "... mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas

⁴⁰ Esses dados inéditos obtidos no MEB-Santarém são referentes ao ano de 1982.

⁴¹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Bairros Rurais Paulistas". São Paulo, Duas Cidades, 1973, p. 4.

⁴² CANDIDO, Antônio. "Os parceiros do Rio Bonito". São Paulo, Duas Cidades, 1979, p. 62.

práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas.” As habitações são próximas ou podem estar afastadas, dependendo da vida sócio-cultural, no caso de ser mais rica pode favorecer a convergência dos vizinhos.

A EMATER-PA (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará) também utiliza a unidade comunidade, muito embora sua atuação seja quase inexistente, a não ser no período da liberação do crédito rural ou para liberação do seguro ao agricultor, quando técnicos deste órgão fazem visitas de fiscalização aos juteiros.

A denominação *comunidade* é a mais utilizada em Santarém, mas não é usada com frequência pela população ribeirinha, quando se refere ao lugar em que mora. Para eles a noção espacial de moradia está estreitamente relacionada a rio, paranás, furos, enfim, aos caminhos aquáticos. Por exemplo, se alguém pergunta: “Onde você mora?” A resposta será: “Na boca de cima do Aritaperá” ou “na Costa do Tapará”, “no paraná tal”, “no Tapará por dentro”, etc. Esse fato é muito compreensível pois está relacionado ao domínio das águas na Várzea, o que é marcante para o ribeirinho. Ao percorrer o emaranhado de “entradas” e “bocas” bastante semelhantes, o *varzeiro* o faz com segurança, enquanto que para o habitante da cidade ou da Colônia é bastante confuso e complicado o labirinto aquático.

A vida na comunidade está estreitamente ligada ao regime das águas do rio, pois dele dependem as atividades econômicas e sócio-culturais. Além das primeiras que serão referidas mais adiante, as segundas se realizam quando o nível do rio está baixo. As escolas, por exemplo, só funcionam nessa condição e de acordo com as etapas do processo produtivo da juta. No período do corte e lavagem, as escolas não funcionam em virtude de as crianças integrarem também a força de trabalho que produz a fibra de juta. As festividades religiosas também se realizam sob as mesmas condições. São organizados bailes nos “barracões” (salão paroquial) e torneios de futebol entre times de comunidades vizinhas denominados de *festival*, culminando com festas dançantes nas quais muitas vezes costumam tocar conjuntos da cidade, dependendo das condições e prestígio da comunidade. Normalmente os convites são feitos através da Rádio Rural, convidando as comunidades vizinhas, quando sempre são oferecidos prêmios para a comunidade que levar maior número de damas para os bailes.

Numa região tão dispersa, os meios de comunicação são de vital importância. O motor-de-linha como meio de transporte, mantém estreita ligação entre a Várzea e a cidade (Santarém), pois transporta passageiros em dias certos da cidade para a Várzea, voltando no mesmo dia. Os motores-de-linha costumam sair pela manhã do cais na cidade, nas proximidades do mercado municipal. O passageiro pode levar a bagagem que quiser, não havendo controle de peso/pessoal. O passageiro viaja sentado em bancos dispostos na parede do motor. As passagens são caras em geral. Da cidade para

o Tapará, por exemplo, distante 3 a 4 horas de viagem de Santarém, o custo da passagem é de Cr\$ 1.000,00. Caso o passageiro vá até a ilha de Saracura, o custo representa menos da metade da passagem. Através dos motores-de-linha são enviadas encomendas e cartas aos familiares e conhecidos que moram na cidade e vice-versa, funcionando como verdadeiro correio. As notícias entre a cidade, a Várzea e os garimpos circulam através das pessoas que transitam nos motores-de-linha, assim como pelas *mensagens* enviadas a destinatários no garimpo ou na Várzea. Estas são transmitidas por dois programas diários, um ao meio-dia e outro às 18 horas, denominados "Correspondente Rural"; e são realizados pela Rádio Rural de Santarém, pertencente à Prelazia de Santarém. Essas mensagens são como telegramas, pelas quais são pagas pequenas taxas e são enviadas em forma de avisos ou recados, usando expressões peculiares ou linguagem coloquial, como por exemplo:

"Atenção M. M. R. no garimpo do Amaná, ou onde estiver, M. avisa que está sem dinheiro. Venha urgente pois os meninos estão doentes. Procure carta que está com V. Assina sua esposa M. R. C."⁴³

Nesta mensagem se manteve apenas as iniciais dos nomes das pessoas por conveniência.

É através da Rádio Rural que são transmitidas aulas radiofônicas especialmente destinadas às comunidades da Várzea, assim como alguns programas especiais.

Nos últimos anos, com a introdução da televisão em Santarém, especialmente a partir deste ano quando começou a transmissão direta, grande influência exercerá sobre a população da Várzea pouco informada. Como lá não existe rede de energia elétrica, só há televisão nas casas daqueles que possuem motor de luz movido a diesel, naturalmente, pessoas em melhores condições de vida.

O habitante da Várzea que se autodenomina de *varzeiro* é o legítimo caboclo amazônida, diferente do habitante da Terra-Firme que é predominantemente o cearense ou descendente deste elemento. O *varzeiro* possui no seu modo de falar e de viver, as características ainda relativamente puras que o identificam como o homem do interior da Amazônia, anteriormente isolado das frentes de modernização. O ribeirinho está muito ligado ao meio em que vive, estando acostumado a lidar com a enchente, sabendo como dela tirar proveito e sobreviver às grandes cheias, quando os alimentos escasseiam

⁴³ SANTOS, Antônio Maria Souza. "Aritapera: uma comunidade de pequenos produtores na Várzea Amazônica (Santarém-PA)", *Bol. do Mus. Para. Emílio Goeldi*, (83), Belém, maio/1982, p. 21

Podem-se distinguir certas características étnicas na população da Várzea. Há comunidades em que predominam descendentes do negro africano que trabalhou como mão-de-obra nas plantações de cacau. Por outro lado, os descendentes de portugueses também são predominantes em algumas comunidades como no Aritapera, onde os nomes das famílias são de origem genuinamente portuguesa. Entretanto, o elemento mais encontrado é aquele que possui as características étnicas do indígena.

O ribeirinho não dispõe, na Várzea, de nenhuma estrutura médico-hospitalar. Procura resolver seus problemas de saúde com recursos de que dispõe, ou seja, remédios caseiros, chás, parteiras. Só recorre ao hospital do SESP ou médico particular, ambos na cidade, em casos mais graves.

O setor educacional é bastante deficiente. A Prefeitura de Santarém mantém algumas escolas em funcionamento precário no máximo até o 4º ano primário, sendo casos raros. O normal é funcionar até o 2º ano. As professoras em geral são leigas, sendo raras aquelas diplomadas. Não existe supervisão nas escolas. As professoras recebem orientação quando vêm à cidade. Há periodicamente cursos de atualização pedagógica ministrados pelo MEB. A dificuldade de locomoção que os alunos têm que enfrentar devido às grandes distâncias, assim como o fato de as crianças constituírem parte da mão-de-obra utilizada nas roças (plantação de mandioca) e roçados (plantação de milho, feijão, juta, etc.), agravados pela pouca atenção dirigida aos problemas de ordem infra-estrutural na Várzea, são os principais empecilhos ao desenvolvimento de uma rede escolar. O MEB dá sua contribuição nesse setor, com as Escolas Radiofônicas, mas enfrenta problemas semelhantes, além do êxodo rural e problemas financeiros. A atuação do MEB é muito importante no que se refere à orientação religiosa e política. Nas comunidades em que trabalha é treinada uma equipe de catequistas para orientar as atividades religiosas. É estimulada a formação de clubes de mães, de jovens, de esporte e outros, assim como conselhos comunitários que representam grande evolução na organização comunitária. Esses conselhos coordenam todas as atividades na comunidade, pois deles fazem parte seus líderes. Num trabalho mais amplo, são formadas as *comissões de área*, oriundas das lideranças das comunidades das áreas como: Aritapera, Ituqui, Taparará, Lago Grande, Arapiuns, etc. Essas comissões se reúnem com o MEB e órgãos afins de acordo com o tipo de problema a resolver, quando são feitos planos anuais de trabalho.

A orientação e assistência técnica agrícola na Várzea é inexistente, tendo o agricultor que desenvolver métodos rudimentares de cultivo, sendo ajudado pela fertilidade natural do solo. O uso correto do solo poderia aumentar a produtividade do mesmo, o que garantiria maior rentabilidade ao final de cada safra.

As condições sanitárias são bastante precárias. As famílias em grande parte não fazem tratamento de água para beber, motivo pelo qual é grande o

número de casos de infecção intestinal, verminoses e outras doenças. O uso de poços artesianos não é possível na Várzea devido à oscilação do nível do rio, o que acentua a proliferação de doença, principalmente durante as cheias. As doenças endêmicas como malária e hepatite são frequentes em virtude da afluência de pessoas para os garimpos que ao contraírem essas doenças retornam à Várzea, expondo os ribeirinho a contraí-las.

O abastecimento alimentar é muito dificultado, pois grande parte dos alimentos e gêneros de primeira necessidade como açúcar, café, sal, sabão e querosene são adquiridos na cidade, onde são mais baratos. Entretanto, há passagem a ser paga, quando o indivíduo não possui motor próprio, o que é bastante generalizado. Em geral a vinda à cidade é esparsada e se faz quando há outros problemas para resolver, como vacinação às crianças e compra de remédios. Muitas vezes a vinda à cidade é solucionada pelo envio de gêneros por familiares residentes na cidade. A remessa de alimentos por parte daqueles que ficaram na Várzea para seus familiares na cidade também é intensa. Aliás, a saída de membros da família para vender sua força de trabalho na cidade, significa uma forma de resistência, de sobrevivência da pequena produção, através da complementação dos rendimentos da economia doméstica pela remessa, principalmente de alimentos e/ou parte dos salários.

Dentro de todo esse quadro descrito que constitui a Várzea como uma "unidade" espacial, "unidade" que como se pode entender é uma diversidade, devido a complexidade do meio, nela se incluiu o *varzeiro* como a personagem que se identifica com as características espaciais em que vive, embora muitas vezes essas características sejam adversas e ele lá permaneça por falta de outra alternativa. É frequente a adoção de formas de resistência enquanto *varzeiro*, como o caso de familiares virem trabalhar na cidade ou irem para os garimpos, a fim de complementar a subsistência da família juteira, ou ainda aumentar a área do jotal, desenvolvendo assim esforços a ponto de exaustão de sua capacidade, enquanto pequeno produtor. Assim, dentre as diversas concepções de espaço, admito como Milton Santos, que o espaço é selecionado por dois tipos de capital: "...um capital novo, valorizado, que escolhe lugares privilegiados onde, ajudado pelo Estado, pode reproduzir-se melhor e mais rapidamente; e um capital desvalorizado, velho, que deve se refugiar nas atividades menos rentáveis, prejudicado ainda pela má qualidade ou mesmo pela inexistência de infra-estrutura."⁴⁴ A Várzea de Santarém parece se encaixar neste segundo caso, em virtude das características de sua economia e pela deficiência na sua infra-estrutura espacial, como já foi descrito acima.

⁴⁴ SANTOS, Milton. "Economia Espacial". São Paulo, HUCITEC, 1979, p. 115.

Apresento a seguir, algumas das principais localidades (comunidades) da Várzea de Santarém, distribuídas segundo as diferentes áreas geográficas classificadas localmente pela população ribeirinha e usada pelo MEB. É uma classificação que se baseia principalmente nos acidentes geográficos mais comuns na Várzea, como as ilhas e os lagos, sendo esta classificação a mais conhecida e antiga. (Figura 5).

LOCALIDADES DA VÁRZEA DE SANTARÉM (COMUNIDADES)

1 – RIO ITUQUI:

Santarém-Mirim
Fé em Deus
Santana
Ilha de Marajó
Santa Inez
Conceição
São Benedito
São José
São Raimundo
Nova Vista
Aracampina

2 – ILHA DA SARACURA:

Saracura
Palhão
Igarapé da Praia

3 – ILHA DO TAPARÁ:

Tapará
Cabeceira do Tapará

4 – COSTA DO TAPARÁ:

Pixuna
Tapará
Tapará-Mirim
São Joaquim
Barreira do Tapará

5 – ILHA DO URUCURITUBA:

Igarapé do Costa
São Ciríaco
Arapemã
Urucurituba
Fátima de Urucurituba

6 – ILHA DO ARITAPERA:

Piracãoera
Santa Terezinha
Carapanatuba
Água Preta
Costa do Aritapera
Boca de Cima do Aritapera
Ponta do Surubiú-Açu
Cabeça d'Onça
Mato Alto
Surubiú-Açu

7 – ILHA DO BOM VENTO:

Bom Vento

8 – ARAPIXUNA:

Pinduri
Tucumatuba
Jari
Alto Jari
Jari do Socorro

9 – ILHA DO MIRITITUBA:

Miritituba

Vai-Quem-Quer

10 – LAGO GRANDE: (A Várzea se estende até a Vila Socorro, sendo mais para Oeste o domínio da Terra Firme).

Bom Jesus

Araci

Vila Socorro. (Figura 5 – Várzea do Município de Santarém.)

(Elaborada segundo mapas do IBGE e SUCAM, realizada em julho de 1981).

A PRODUÇÃO DA JUTA E A VÁRZEA

O processo produtivo da juta

A juta pertence ao gênero *Corchorus* da família Tiliacea, na qual existem cerca de 50 espécies. Entretanto, em relação à produção de fibra as mais importantes são as *Corchorus capsularis* L. e *Corchorus olitorius* L.

A *Corchorus capsularis* é a espécie cultivada na Amazônia. Sua resistência ao calor, à seca e às enchentes, assim como o maior comprimento de suas hastes e a qualidade superior das fibras, tornaram-na a mais indicada. Sua altura varia de 2 a 4m em média.

Embora seu ciclo vegetativo seja de 6 meses, ao juiticultor interessa esperar em média 3 meses pela floração, quando ela é cortada.

Segundo Lisbonati, as variedades desta espécie cultivadas na Amazônia são:

- a) Solimões (chamada Bambu);
- b) Branca (denominada Oyama ou Verde);
- c) Roxa;
- d) Lisa.

A juta encontrou na Amazônia as condições ideais de clima e solo, semelhantes àsquelas encontradas na Índia onde o clima quente e úmido condiciona seu crescimento ideal.

O excesso de água durante os primeiros dias do cultivo é prejudicial. Estando seu crescimento iniciado não lhe causará danos.

Na Amazônia, a juta é cultivada exclusivamente nas várzeas do Baixo e Médio Amazonas e seus afluentes de água barrenta para produção de fibras e nas manchas da terra roxa do Município de Alenquer para a produção de sementes. Esse plantio é realizado na Base Física do Ministério da Agricultura, no Km 6 da Rodovia Óbidos-Alenquer. É este posto que controla a distribuição de sementes de juta para toda a Amazônia.

A juta tem sido economicamente cultivada nas terras de Várzea marginais mais altas (várzeas altas) denominadas "restingas". Essas faixas marginais são constituídas de aluviões fluviais recentes do Quaternário, fertilizadas naturalmente com a subida e descida da água do rio. Esse processo acarreta a sedimentação e também a erosão do solo na faixa marginal mais baixa. Aliás, esse processo é constante e mais intenso durante as grandes enchentes. Daí ser a Várzea um espaço em constante modificação. À medida em que a erosão destrói a faixa de terra em contato com o rio, provocando o avanço das águas em direção às plantações e currais, a sedimentação constrói restingas, que fazem crescer as terras baixas marginais e as terras interiores, denominadas de *fundo*. Muitas vezes, verdadeiras ilhas são construídas, como também, tempos depois, podem desaparecer.

A juta pode ser cultivada também nas várzeas altas do estuário do Amazonas e do rio Pará. Experiências realizadas pelo IAN nas margens do rio Guamá, nos trechos de várzea do estuário, comprovaram essa possibilidade como se refere Lisbonati.⁴⁵

O processo de produção da juta consiste nas seguintes operações:

1) Preparo do Terreno

Nas faixas marginais mais altas onde é plantada a juta, encontra-se a mata-de-várzea. Esta mata tem características diferentes da mata-de-terra firme e da de igapó, como se encontra em Sioli.⁴⁶ As matas-de-várzea do Baixo Amazonas possuem árvores de grande e médio porte como: Açacu, Pau-Mulato, Munguba, Taxi e outras. Daí ser necessário operações de broca e de derruba.

– Broca e Derruba

A broca consiste na retirada dos cipós, arbustos e árvores de pequeno porte para facilitar a etapa seguinte, a derruba. Esta segunda operação é realizada cerca de 20 dias após a broca, quando a ramagem derrubada deve estar seca para facilitar a queima.

– Queima e Encoivramento

Dias após a derruba, quando o material já está seco, realiza-se a queima. O encoivramento é a próxima etapa a ser realizada, quando se juntam os troncos e se retira o excesso, só deixando o necessário que será utilizado como peso para os feixes a serem macerados dentro d'água.

O preparo do terreno nas várzeas do Baixo Amazonas e afluentes tem início no verão (setembro e outubro), época em que a Várzea está descoberta pelas águas.

Todas as etapas de preparo do terreno são feitas manualmente, sendo utilizados como instrumentos o mínimo necessário como o terçado, a foice e o machado.

⁴⁵ LISBONATI, Virgílio. "A juta na Amazônia". Belém, *Bol. Téc. IAN*, (nº 34), 1958, p. 15-16.

⁴⁶ SIOLI, Harald, *Op. cit.*, p. 11.

Quando o plantio se realiza em áreas de Várzea já ocupadas por capoeiras que substituam a mata primitiva, as operações de preparo do terreno são menos demoradas. As várzeas de Santarém aliás, se incluem neste caso, pois não possuem mais a mata primitiva. Dessa forma, o preparo do terreno se realiza em outubro e novembro, dependendo do comportamento de subida da água do rio, época em que é feito o roçado a fim de preparar o terreno para o plantio.

Na Várzea de Santarém e do Baixo Amazonas, em geral, é comum cultivar-se a juta durante 3 ou 4 anos no mesmo terreno, deixando-se a terra em pousio pelo mesmo período, quando ao final desse tempo, terá nascido a capoeira.

2) Plantio

Na operação do plantio, o juiticultor deve levar em consideração o nível de subida das águas do rio e o período das chuvas. Em geral as chuvas são esperadas em outubro/novembro para que o desenvolvimento das sementes seja ideal, estando a juta já em crescimento, quando o nível das águas começar a subir. Caso coincida a queda das chuvas com a enchente em marcha acelerada, encontrando a juta ainda germinando ou muito pequena, esta se perderá. Entender e aproveitar esse equilíbrio constitui um verdadeiro desafio para o juiticultor.

O plantio pode ser realizado de duas maneiras: a lanco ou através de semeadeiras manuais denominadas "tico-tico", fabricadas na própria região.

O processo de semear usando o "tico-tico" é mais vantajoso porque se utiliza menor quantidade de sementes; o espaçamento entre as covas se realiza regularmente, sendo que as menores distâncias dão hastes finas, facilitando a colheita e o beneficiamento, dão fibras mais finas e de excelentes qualidade. Do contrário, se as hastes forem grossas, onerarão as despesas de colheita e transporte, pelo maior peso e produzem fibras mais grosseiras de menor valor comercial. Além disso, as sementes ficam bem protegidas nas covas, sendo mais difícil a perda por enxurradas, como também, poupa trabalho.

Esse detalhe no método do plantio é muito importante, pois dele depende a qualidade da fibra. A juta amazônica em geral é semeada com espaçamento de 30 x 30 cm o que provavelmente seja um dos fatores do depreciação de sua qualidade.

O plantio de juta é realizado a partir de outubro principalmente, novembro e dezembro. Às vezes, até janeiro, dependendo dos fatores acima referidos. Seu tempo de duração varia de acordo com o tamanho da área a ser plantada, mas em geral 1ha. precisa de 3 a 5 dias para ser efetuado seu plantio.

Entretanto, nas terras mais baixas da Várzea deve-se semear nos meses de agosto e setembro e nas restingas (terras mais altas) em novembro e de-

zembro. A jicultura na Amazônia deve seguir estas normas, caso contrário, colocará em risco a colheita.

3) Tratos Culturais

– *Desbaste*

A cultura da juta não exige muitos tratos no decorrer de sua maturação. As sementes germinam dentro de 2 a 3 dias, a partir de quando se deve observar se houve germinação de várias sementes numa mesma cova, o que em geral acontece, sendo necessário o desbaste. Este consiste na eliminação dos pés excedentes, seguindo-se um critério de selecionamento, de maneira que os pés menos robustos sejam os eliminados. Costumam-se deixar na cova 2 a 4 pés de planta.

O desbaste é realizado à mão, aproximadamente um mês após o plantio. É uma operação muito importante pois seu objetivo é de uniformizar a cultura, contribuindo para um melhor desenvolvimento das plantas e maior rendimento em fibras.

– *Capina*

Quando começam a cair as chuvas surgem ervas daninhas de rápido crescimento, devendo-se, então, realizar a capina. Como em geral os juteais são plantados em áreas de capoeiras ou de plantios anteriores, o número de capinas varia de 2 a 3.

O espaçamento tem influência sobre o desbaste, pois quanto menor ele tiver sido, maior a possibilidade de fechamento, não havendo muita chance para as ervas daninhas, daí ser necessário apenas uma capina.

– *Adubação*

O desenvolvimento vegetativo da juta exige grande quantidade de sais minerais e água para a formação das folhas, hastes e flores.

As várzeas amazônicas não necessitam de adubação pois este processo é realizado naturalmente pela deposição de substâncias orgânicas e sais minerais contidos nas partículas em suspensão deixadas pelo rio.

Segundo Sioli, “A várzea e estas ilhas (da boca do Amazonas) possuem os solos mais férteis de toda a Região Amazônica, o que é compreensível, pelo fato de se tratar de sedimentos recentes, produtos de decomposição recente da crosta terrestre, sempre com fresca superfície exposta nos Andes, e que as inundações periódicas anualmente depositam na várzea, como camada nova de solo fresco.

Atualmente, a várzea é a zona mais importante para uma agricultura racional no vale amazônico, e sua importância para tal fim tende a crescer no futuro, cada vez mais.”⁴⁷

⁴⁷ SIOLI, Harald. Op. cit., p. 16-17

A adubação não seria economicamente viável, em todo caso as terras de várzea não necessitam de adubação, desde que fiquem em descanso pelo tempo necessário. Lisbonati comenta a esse respeito que “A quantidade de substâncias orgânicas e minerais retiradas por um cultivo deve ser maior que a anualmente fornecida pelo rio, de modo que a tendência é haver um decréscimo não brusco da fertilidade, mas que se acentua à medida que o número de cultivos efetuados em uma mesma área aumenta. Conseqüentemente, haverá um limite de fertilidade da várzea que assegure uma produção econômica, depois de um número ainda não determinado de cultivos consecutivos.”⁴⁸ E ainda sugere que para evitar a exaustão na Várzea se adote um sistema de rodízio, a fim de que haja recuperação natural de sua fertilidade. Rodízio este que poderia ser realizado entre um período de cultivo e outro de repouso.

– *Inimigos Naturais*

A juta possui vários inimigos naturais, mas nenhum é capaz de causar grandes danos. Os mais comuns são as lagartas, que atacam as folhas, prejudicando a fisiologia da planta. Há um coleóptero que broca o caule da juta e se não for eliminado a tempo, poderá causar sérios danos.

Quanto às doenças, a “mancha preta” é uma das mais perigosas. Ataca o caule, folhas e sementes, causando a necrose da planta.

4) Colheita ou Corte

O corte deve ser feito entre a floração e a frutificação, quando as plantas apresentam as condições ideais exigidas.

É a operação em que se corta a haste da planta cerca de 0,20 m do solo com auxílio do terçado ou com a foice de cortar juta. Esta última é mais usada quando o corte se processa dentro d'água.

À medida que se vão cortando as hastes, elas são reunidas e amarradas em feixes de 3 a 4 palmos de diâmetro, pesando cerca de 15 a 20 kg. Estes feixes são mergulhados imediatamente quando o corte é feito em terreno alagado. Caso contrário são levados para um local de maceração, entretanto, o transporte causa perda de peso pois o comprimento da fibra cortada é de 2,50 m a 3,50 m.

5) Beneficiamento

O beneficiamento é a etapa do processo produtivo que consiste no processamento do produto. Corresponde às etapas finais do processo produtivo, etapas mais árduas que exigem intensificação de trabalho e mão-de-obra. Consiste das seguintes etapas:

⁴⁸ LISBONATI, Virgílio F. Op. cit., p. 28.

– *Maceração*

O Processo de maceração consiste em se afogar as hastes, quando facilitada pela fermentação anaeróbica e estimulada a partir do momento em que elas entram em contato com a água dos lagos ou igarapés, permanecem de molho durante 8 a 10 dias. Ocorrendo então o amolecimento das hastes, para facilitar a decorticação.

A maceração pode ser feita em água estagnada ou em água corrente. No primeiro caso, constroem-se tanques. No segundo caso, os feixes são colocados às margens de paranás, igarapés, lagos ou rios.

Sobre os feixes são colocados paus que ficaram no roçado por ocasião do encoivramento, a fim de impedir que os feixes, devido a seu pequeno peso, flutuem. É imprescindível que os feixes submersos fiquem a uma profundidade mínima de um palmo.

A maceração não deve ser prolongada, pois seu prosseguimento poderá acarretar uma diminuição na resistência da fibra. Desde que se reconheça como suficientemente maceradas, deve-se imediatamente processar à separação e lavagem das fibras.

– *Decorticação e Lavagem*

O decorticoamento é sem dúvida a etapa mais cara de todo o processo de produção. Procede-se da seguinte maneira: retiram-se os feixes mergulhados para a superfície, desatando-os. As hastes, em certo número, são sacudidas várias vezes dentro d'água, a fim de livrá-las da casca escura. Em seguida separam-se as fibras, haste por haste, juntando-se uma quantidade de hastes prende-se as mesmas, puxando-se com cuidado. O problema é eliminar a casca escura e outros materiais, deixando-se as fibras limpas.

A decorticação também pode ser feita através de processamento mecânico, neste caso é utilizado o Decortificador Baproma, de firma norte-americana, de grande utilidade e de baixo custo para culturas extensas, contínuas e de solo não alagável, onde possa haver livre movimentação. Para nossa região, o uso deste processo mecânico se torna inviável pois as condições são impróprias à sua utilização: pequenos juais, descontínuos e alagáveis.

Como se observa, o processo de extração da fibra da juta é bastante insalubre e oneroso. A população envolvida no processo de produção, especialmente nas etapas do corte, maceração, decorticação e lavagem está sujeita à insalubridade do trabalho, visto que nessas etapas ele é realizado dentro d'água, não sendo usado, em geral, nenhuma proteção para o corpo, como botas e roupas impermeáveis. Muitas vezes, o trabalhador da juta executa o trabalho com água pela cintura, o que lhe provoca grande desgaste físico, assim como reumatismo, febres, dores-de-cabeça, ferradas de arraia, etc.

O trabalho desgastante provoca um envelhecimento precoce da população ribeirinha que trabalha com a juta. Ainda assim esta população não dis-



Figura 6 – Aspecto da juta secando nos varais próximos à casa do juteiro. Cena muito comum no período da safra. À medida que a juta vai sendo cortada, é colocada para secar.

põe de assistência médico-hospitalar na Várzea.

Após o decorticamento e lavagem das fibras, realiza-se o transporte para o varal e a secagem.

- *Secagem.*

A Secagem das fibras se dá após a lavagem, quando então elas são colocadas no varal para secar. Os varais localizam-se próximos ao local de maceração (Figura 6).

Os varais são construídos com varas fixadas verticalmente e outras horizontalmente sobre estas. Nas proximidades deve haver um depósito ou barraca para se colocar as varas com as fibras durante a noite e para o caso de chuvas, como também para servir de armazenagem da fibra seca.

A fibra deve permanecer ao sol de 2 a 4 dias, até secar completamente, não se devendo expô-la muito, pois muita incidência dos raios solares poderá influir na elasticidade e coloração das mesmas.

- *Enfardamento*

Estando secas, as fibras são reunidas em fardos de 60 a 70kg, em média, para serem levadas aos compradores, depois de serem classificadas serão prensadas.

Até a etapa do enfardamento, o trabalho se realiza próximo à área de cultivo, ou seja, ainda na Várzea. Já a classificação e prensagem são feitas na cidade. As firmas prensadoras são uma espécie de posto de processa-

mento de indústrias de Belém, como a CATA, a YOLANDA de Recife, algumas de São Paulo, ou mesmo a TECEJUTA, indústria local.

A juta tem caído de qualidade, sendo praticamente inútil a classificação, como se praticava, especialmente na CIBRAZÉM (armazenadora de juta para o Banco do Brasil e BASA), em todo caso, mesmo numa classificação a grosso modo, são levados em consideração: a resistência, coloração, maciez, flexibilidade, brilho e umidade. Anteriormente os tipos 1, 3 e 5 eram os de melhor qualidade para serem comercializados, havendo ainda os tipos 7 e 9.

A juta amazônica em geral é classificada nos tipos 5, 7 e 9 e A/P, sendo a 3 muito rara nos últimos anos.

Problemas de ordem técnica como espaçamento entre as covas, época do corte, tempo de maceração, lavagem, secagem e armazenamento, enfim, todas as etapas do processo de produção não sendo feitas no devido tempo e com certo critério, acarretam uma fibra de baixa qualidade. O fato dos compradores pagarem o produto em função do peso, independente da classificação, leva os juteiros a não se preocuparem com a qualidade do produto no momento em que realizam as etapas do processo produtivo, assim como o preço é completamente desestimulante.

A força de trabalho empregada no processo produtivo da juta até o enfiamento, que antecede o processamento industrial, é essencialmente familiar, quando a família é numerosa e possui membros adultos e também se a extensão do jotal for de até 2 ha. Muitas vezes mesmo dentro dessas condições é necessária a contratação de uma força de trabalho extra. Normalmente são diaristas ou empreiteiros que em geral são também juiticultores ou familiares destes. Em função das grandes distâncias entre o local onde se realiza a produção e as habitações dos trabalhadores, o dono da produção costuma oferecer café, almoço e a merenda da tarde para eles.

É muito comum na Várzea de Santarém o sistema de trabalho chamado *troca de dia*. A *troca de dia* consiste no acerto com certa antecedência entre juiticultores, no qual um juiticultor deve trabalhar durante um dia no jotal ou etapas posteriores para o outro e depois efetuam o revezamento, ou seja, este último deve trabalhar para o primeiro. Outras vezes é realizado o *puxirum*, mas este é mais usado quando se trata de executar uma tarefa em benefício da comunidade do lugar, quando todos trabalham um pouco.

A força de trabalho disponível na Várzea é pouco numerosa, como também o pequeno produtor não possui capital. Dessa forma torna-se dispendioso o pagamento de força de trabalho complementar, como em geral ele tem que utilizar. Não é o caso dos trabalhadores que constituem a força de trabalho envolvido nas tarefas, cobrarem (Cr\$ 1.000,00 a diária este ano), diante da insalubridade que caracteriza as tarefas dentro d'água, muitas vezes com chuva. O que questiono é a falta de recursos financeiros do produtor que tem de utilizar recursos que seriam os de reserva para os tempos difíceis.

Em geral a pesca e a banana são complementos importantes para a renda do pequeno produtor, assim como a juta no início da produção já vai refinanciando as despesas finais do processo produtivo até mesmo a decorticação e a lavagem. A venda de alguns fardos inicialmente, segundo os produtores “vai dando para aguentar”. Esse recurso é utilizado até para os que são financiados pelo Banco.

– *Prensagem*

A prensagem da fibra da juta é realizada na cidade, em virtude dos *juiteiros* serem pequenos produtores, portanto descapitalizados, sem condições de terem uma prensadora para efetuar esta etapa de beneficiamento do produto. Este fato contribui para que as prensadoras se privilegiem dessa situação, pois o monopólio destas é fortalecido ainda mais por serem poucas e por manterem a cotação do preço da fibra de acordo com seus interesses e oferta do produto. Este ano (1983), por exemplo, o produto estava a Cr\$ 110,00 no início da safra (março/abril), já para o final da mesma, quando existe apenas um saldo, muitas vezes guardado por produtores que esperaram por melhor preço, estará em torno de Cr\$ 180,00 a Cr\$ 190,00, podendo chegar a Cr\$ 200,00.

A etapa da prensagem como se vê, já se inclui no universo da comercialização do produto, pois as firmas prensadoras são, com exceção da TECEJUTA, filiais, funcionando como intermediárias das indústrias de sacaria e aniagem já citadas, localizadas fora do município como a FIBRASA - Agro-Indústrial e Pecuária S/A que envia sua produção para a CATA - “Companhia Amazônica Têxtil de Aniagem” de Belém ou quando há excesso de fibra, vende para indústrias de São Paulo; a JUTASA - “Juta do Tapajós Comércio e Indústria S/A.” fornece matéria-prima para a “Companhia Fábrica Yolanda” de Recife.

A grosso modo, toda a produção de fibra do Município de Santarém e de alguns municípios vizinhos é prensada em Santarém, com exceção daqueles que possuem prensas nas suas sedes, como é o caso de Óbidos, Alenquer, Juruti, mas ainda assim boa parte da fibra vem para ser prensado em Santarém. Isto depende da compra do produto, pois se ele for comprado pelas firmas prensadoras já citadas acima, com exceção da JUTASA, que possui prensa em Juruti, independente do município de origem da produção, ela é prensada em Santarém.

A fibra é enviada para Belém, Recife ou São Paulo após ser prensada, quando são feitos os fardos de 200 kg.

Antes da juta ser prensada, ela passa por um processo de classificação. Muito embora não seja um processo rigoroso, pois atualmente a qualidade da fibra caiu tanto, que não há distinção rigorosa de tipos. Isto se deve à falta de incentivo por parte do prensador, cujo interesse maior se concentra no peso da fibra. No processo classificatório é utilizado, em geral, a força de trabalho feminina.

O financiamento da produção e a comercialização da juta: a redefinição da patronagem.

A ausência de técnicas mais eficientes no processo de produção da juta, perdura desde a época da introdução de seu cultivo na Amazônia. Nesses quarenta e nove anos em que a juta é produzida, somente a utilização do tico-tico, semeadeira manual fabricada em Santarém, foi o único implemento mais técnico adotado, embora de simples fabricação.

Esse fator contribui para que seu custo de produção se torne bastante elevado em virtude de ele ter que ser compensado por intenso e árduo trabalho exigido durante seu processo produtivo. O fato de o produtor não possuir capital nesse processo, concorre para a predominância dos pequenos juteiros com 2,0 ha. em média. Dessa forma, os rendimentos brutos por unidade produtiva são baixos e não cobrem o custo da produção, proporcionando um mínimo poder de barganha ao juteiro.

Os juteiros, em geral, não possuem documentação com relação à terra que lhes garanta a concessão do crédito bancário. Os que possuem alguma documentação conseguem o crédito de custeio, mas geralmente, a maioria se sujeita a receber financiamento de particulares.

Foi dessa forma, ou seja, sob condições propícias, que na área de Várzea, especialmente o processo de produção da juta se organizou baseado nas relações de *patronagem*, onde os comerciantes mais fortes financiavam certo número de agricultores conhecidos deles que em geral moravam nas proximidades. Esses comerciantes eram denominados de *patrões* e o agricultor de *freguês*. Esse sistema que estruturou as relações básicas de comercialização, portanto, já inclui o financiamento da produção, cujas origens remontam ao tradicional sistema de *aviamento*.

Na Amazônia, o *aviamento* se identificou mais expressivamente no período da borracha e tem sido estudado por muitos autores. Dentre eles, Santos que em sua análise do "ciclo" da borracha, chega à conclusão de que o *aviamento* poderá se repetir em determinada área econômica onde predominem as seguintes características: "a) base de recursos naturais espacialmente ampla e de difícil acesso; b) atraso das técnicas de produção; c) índice de participação do dinheiro nas trocas nulo ou muito baixo; d) presença de lideranças mercantis locais – autóctones ou estrangeiras – ou de agentes capazes de virem a exercê-las; e) ligação dessas lideranças com um mercado monetizado em pleno funcionamento e que, de fora, subministra crédito; f) demanda externa ativa sobre um ou mais produtos dessa área."⁴⁹

⁴⁹ SANTOS, Roberto Araújo de O. "História Econômica da Amazônia (1800-1920)". São Paulo, T. A Queiroz Editor Ltda., 1980, p. 115

Para a articulação da cadeia de relações do sistema de *patronagem*, o financiamento era o elemento impulsionador desta cadeia. Consistia na concessão de crédito em mercadorias variadas, principalmente alimentos, que o *patrão*, “aviava” para a família do *juteiro*, desde o período da preparação do terreno para o plantio, até a entrega da produção. Nos períodos em que se fazia necessário maior intensificação de trabalho, como por ocasião das capinas, corte e lavagem da juta e que para isso o produtor contratava força de trabalho complementar à família, o que ainda hoje persiste, o *patrão* fornecia nessa ocasião, adiantamento em dinheiro para que o juteicultor pudesse pagar aos diaristas e lhes dar as refeições durante o dia, desde o café da manhã à merenda da tarde, como é costume na área.

Dentro do acordo entre *patrão-freguês* se incluía o fornecimento de sementes pelo *patrão* ao *freguês*, como também o primeiro, sob a forma de aviamento, fornecia medicamentos, bebidas, roupas, utensílios, etc de sua mercearia (*taberna*). Nos casos de doenças graves o *patrão* se dispunha a colocar seu motor à disposição do *freguês*, caso este não possuísse o seu próprio para trazer o doente à cidade.

As relações sociais entre *patrão* – *freguês* eram em geral, relações de *compadrio*. O comerciante (*patrão*) possuía um grande número de afilhados, o que é muito comum, como também é freqüente nas áreas rurais da Amazônia. Nessas relações sociais, o *freguês* devia gratidão ao *patrão* por este lhe fornecer crédito, o que para aquele era uma necessidade de sobrevivência. Entretanto, por trás desse aparente laço de solidariedade, o *patrão* cobrava bem mais caro por suas mercadorias em relação ao preço da cidade, assim como o preço que acertava pela juta do *freguês* era o preço mais baixo possível, ou seja, mais baixo do que aquele que poderia obter se vendesse diretamente na cidade, sem intermediação, entretanto, pagaria o frete da mercadoria.

O *marreteiro* é outro personagem desse período dominado pelo capital comercial. Na Amazônia o *marreteiro* corresponde ao vendedor varejista, em geral ambulante, que se encontra nas feiras livres, zonas de comércio das cidades e nas praças durante os *arraiais* (festas religiosas em homenagem a um padroeiro)

Na Várzea, o *marreteiro* assume característica adaptadas às condições do meio, ou seja, o *marreteiro* leva grande variedade de mercadorias de motor para a Várzea a fim de vender ou trocar por juta. Muitos deles são bastante conhecidos nas áreas em que atuam e muitas vezes possuem atribui-

ções do *regatão*⁵⁰ e do *patrão*.⁵¹ Dentre elas a de financiamento da produção. Em muitos casos o *marreteiro* funcionava como agente intermediário das indústrias ou prensadoras de Santarém ou lá sediadas. Aliás, este é o único tipo de *marreteiro*, se é que assim se pode chamar a intermediário, que sobrevive até os dias de hoje, muito embora ele já não conserve as características originais do *marreteiro*. O *marreteiro* tradicional já é praticamente inexistente, pois era o elemento estranho à região, que percorria a Várzea toda. Muitos desciam desde o Solimões e voltavam com seus motores abarrotados de mercadorias, como juta, pirarucu, etc.

Os *marreteiros* vendiam suas mercadorias mais baratas que as dos comerciantes-patrões e em geral, trocavam a juta por mercadorias que traziam. Dando melhores preços do que aqueles dados pelos *patrões*, acentuou a ocorrência, culminando com o enfraquecimento destes últimos.⁵²

Estas transformações ocorridas na Várzea responderam a estímulos externos, ou seja, inicialmente, para ser zona produtora de juta, e, mais recentemente, para se tornar uma zona de pecuária e fornecer também pescado para indústrias de São Paulo ou para exportação. Mesmo sendo um espaço isolado, caracteriza-se por um processo atual mais intenso de anexação à expansão capitalista, onde em todos os setores se observa um avanço das frentes de modernização, que durante algum tempo se mantiveram afastadas dessa área.

Assim, o enfraquecimento do *patrão* desarticulou o sistema de financiamento da produção nos moldes tradicionais. Enquanto o capitalismo se manifestava na sua fase mercantil, esse mecanismo de financiamento da produção atendia às exigências do momento histórico. O *patrão* ao vender produtos por elevados preços em relação aos da cidade, iniciava o processo denominado de acumulação primitiva, quando ao acumular esse excedente reaplicava no seu comércio ou às vezes aumentava seu jital ou seu rebanho bovino. Como também ao comprar a produção de fibra do *freguês* rebaixava o preço, resultando numa desvalorização do trabalho do produtor, consumado e incorporado no produto em forma de fibra. Nesse duplo processo de exploração a que se submetia o produtor, muitas vezes este se deixava explorar tendo consciência do fato, entretanto, não tinha outra alternativa.

Esse sistema de *patronagem* até alguns anos atrás, manteve a produção

50 O *regatão* segundo Tavares Bastos é o traficante que levava de canoa mercadorias nacionais ou estrangeiras e as vendia ou as permutava por outros produtos. No interior do Amazonas predominavam as trocas (1975: 200).

51 SOUZA SANTOS, Antônio Maria de. "Aritapera: uma Comunidade de Pequenos Produtores na Várzea Amazônica (Santarém-PA)". *Bol. do Mus. Para. Emílio Goeldi*, (83), Belém, maio/1982, p. 51.

52 SONDOTÉCNICA. *Plano de Desenvolvimento Integrado dos Vales dos rios Xingu e Tapajós*, v. III-A, Belém, 1973/74, p. 220.

sob seu controle através de relações determinadas pelo capital comercial, quando não se fazia necessária a presença do crédito oficial e o crédito fornecido por particulares satisfazia às necessidades produtivas.

O crédito oficial, bancário, para atender ao financiamento da produção da fibra de juta surgiu na Amazônia na década de 60. Essa providência tomada, fundamentou-se no fato de a juta estar integrada a uma economia de mercado, com demanda certa e preços mínimos favoráveis na época. É evidente também que a instalação de unidades fabris jutícolas na região, nos anos 50, e, principalmente 60, foi o estímulo principal ao surgimento do capital bancário. O capital industrial, já bastante desenvolvido no Sul-Sudeste do país, estruturou-se nesta fase posterior na Amazônia, região periférica em relação ao referido centro de acumulação capitalista localizado no Brasil que se tornaria uma área de aplicação daquele capital.

O crédito agrícola em geral é concedido perante os seguintes requisitos para aceitação da proposta: a) o proponente tem que provar que é agricultor; b) o proponente deve apresentar Licença de Ocupação concedida pelo INCRA ou Título de Aforamento dado pela Prefeitura Municipal de Santarém. Este segundo documento é mais freqüente.

O banco fornece o financiamento em três parcelas, sendo a primeira para o preparo do terreno, equivalendo a 25% do montante total; a segunda tem a mesma porcentagem e a terceira equivale a 50% do total. Os produtores consideram o montante insuficiente para efetuar as etapas produtivas. Nos últimos anos, foi criado o PROAGRO, seguro reservado aos casos de perda por motivo de seca ou enchente, quando o agricultor não pode quitar o financiamento. Este seguro cobre a dívida junto ao banco, ou seja, este seguro é descontado no empréstimo adquirido pelo mutuário, sendo dificilmente liberado, do que se conclui que é um saldo favorável ao banco.

Atualmente tem reduzido o número de produtores de juta financiados pelo banco. Muitos deles se queixam dos altos juros (35%) e do fato de não serem beneficiados pelo seguro a que têm direito, como foi citado acima. Os juteiros já estão conscientizados de que o crédito bancário não lhes traz a tranqüilidade que gostariam de ter, pois nos casos de perdas pelas enchentes, eles têm que ressarcir o banco, além do montante emprestado ser pequeno e seus juros elevados. Preferem então "dar duro" sozinhos ou receber empréstimos de particulares, pois com estes, apesar de juros altos também, não ouvirão o chamado do banco pelo rádio e não ficarão tão comprometidos, o que os deixa moralmente em má situação. Em geral, isto provavelmente os intimida, daí a maioria recorrer aos fornecedores das prensadoras, que possuem financiamento certo para repassar para uma grande lista de pequenos juteiros, até completar sua quota de fibra para a prensadora e até sobrar fibra estocada.

Instaladas as indústrias e o crédito oficial, as duas forças se uniram e se transformaram à medida em que estão ambos mais estruturados e que respondem a uma expansão capitalista realizada a nível nacional, atendendo por sua vez a impulsos de uma tendência já solidificada em escala mundial. Portanto, o capital financeiro, atualmente numa fase mais evoluída, fase hegemônica sobre a produção, delinea-se com a necessidade crescente dos industriais por maiores somas de investimento, quando o capital industrial passa a ter grande dependência dos financiamentos para se expandir. A vice-versa também é uma conseqüência fatal, pois o capital financeiro para se reproduzir depende das aplicações crescentes do capital industrial. Dessa forma são manifestadas as contradições intrínsecas do capitalismo.

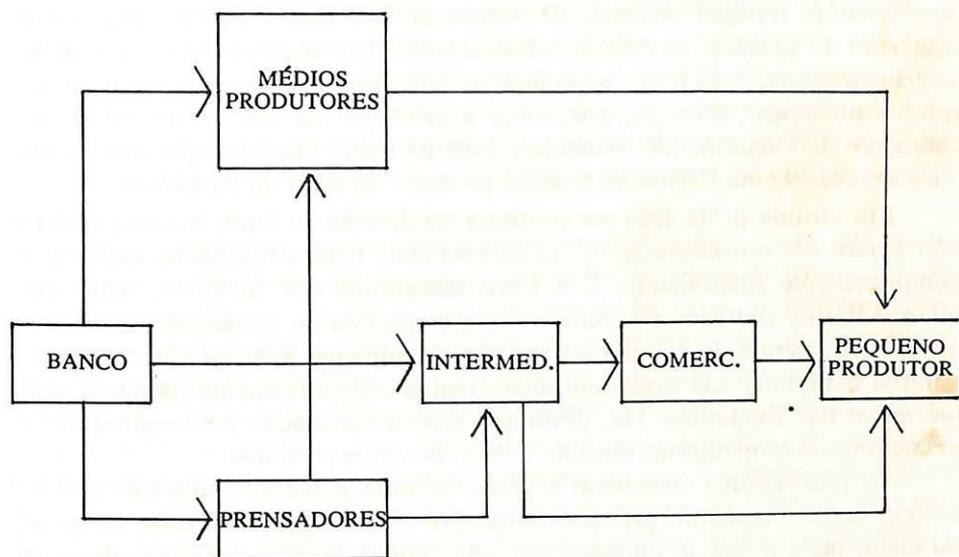
O capital financeiro para atuar mais eficientemente no controle da produção, utilizou como respaldo deixado pelo caro capital comercial, relações mantidas no sistema de *patronagem* e de maneira artificiosa, redefine este sistema tradicional.

Enquanto capital bancário, o crédito era fornecido a fortes comerciantes (*patrões*) que repassavam o financiamento aos produtores, em geral a um grande número daqueles que não podiam ter acesso direto ao crédito oficial. Isto já ocorreu mais recentemente, quando os *patrões* enfraquecidos, não possuíam um montante de recursos próprios, suficientes para financiar a produção, como também esse enfraquecimento é um reflexo da inflação que já se manifestava. Os *patrões* funcionavam como fornecedores de fibra para as prensadoras situadas na cidade, garantindo assim uma produção de matéria-prima comprometida para as indústrias de fiação e tecelagem da fibra.

A *patronagem* redefinida, de nova "roupagem" se realiza, portanto, da seguinte maneira:

O prensador – intermediário das indústrias já referidas – recebe grande volume de financiamento através do banco e repassa a seus fornecedores, que são intermediários – a maioria produtores de fibra ou comerciantes que arrendam suas terras para produtores menores para os quais financiam suas produções. Às vezes essa cadeia pode-se estender para mais um nível de intermediação, quando o prensador financia um comerciante (intermediário), este refina o produto para outro pequeno comerciante, em geral o que possui mercearia na localidade e este drena recursos para pequenos produtores. Ainda pode encurtar-se a cadeia de repasses, quando os produtores recebem crédito diretamente do banco, ou quando os produtores recebem financiamento dos prensadores e se interrompe aí a cadeia. Esquemáticamente ter-se-ia a cadeia a seguir representada.

Como se pode visualizar, o esquema da atual intermediação pode ser bastante flexível, havendo ainda outras variações não descritas ou esquematizadas aqui. É importante ressaltar o papel do banco como agente financiador, que através das prensadoras canaliza recursos para financiar a produção



e que o papel do antigo *patrão* foi desarticulado pelo poder do capital financeiro. O *marreteiro* que servia também de intermediário praticamente desapareceu da área.

O papel do intermediário é o de fornecer fibra às prensadoras e repassar o crédito aos elementos da cadeia. Os beneficiados são antigos conhecidos e costumam receber o financiamento todos os anos, constituindo-se um sistema de crédito renovado quase que automaticamente. Os prensadores têm sempre assegurada a atuação dos intermediários pois estes se encarregam de arranjar grande número de produtores menores, os quais comprometem sua produção para o intermediário.

Os prensadores têm importante papel na complementação do financiamento aos agricultores, pois em virtude da insuficiência de crédito, tanto em relação ao montante, quanto em relação ao volume das operações realizadas pelo banco se faz necessária na sua atuação. Esta se impõe mais ainda pela falta de documentação dos agricultores que por isto não podem obter financiamento bancário. A importância desse papel chega a ponto de o volume financiado pelas prensadoras serem maiores do que aquele via banco, direto ao produtor. As firmas prensadoras, em geral, recebem grande volume de fi-

nanciamento através do banco, apesar de que no auge da safra, estas recebem também repasse semanal de verbas de sus matrizes para assegurar a aquisição do produto através de adiantamento. Isto se dá também em virtude da concorrência, pois todas as indústrias jutícolas que são em número de dezenove no Brasil, têm que barganhar a produção na área produtora, especialmente de Parintins até Santarém, onde há maior concentração dos juitais, mais expressiva em Parintins, o maior produtor da fibra da Amazônia.

Em virtude desta área ser contínua em direção ao Pará, os compradores não levam em consideração o limite estadual. Essa delimitação espacial é completamente relativizada. É a fibra assegurada que interessa, tanto que intermediários sediados no Pará vão comprar fibra no Amazonas, assim como intermediários de lá vêm ao Pará, especialmente a Juruti e à Zona Bragantina completar sua quota em juta e malva respectivamente para o consumo anual das indústrias. Há, portanto, intensa circulação de compradores e vendedores-intermediários durante a safra dos dois produtos.

Os prensadores concedem o financiamento parcelado, antes de se efetuarem certas etapas do processo produtivo como o plantio, corte, lavagem, tal como fazia o *patrão* antigamente, pois o produtor tem que pagar diaristas que contrata nessas etapas de intensificação do trabalho. O repasse adiantado dos recursos para os produtores tem papel fundamental para a realização da produção e reprodução do juteiro enquanto pequeno produtor, como também permite a circulação dos bens nesta área. Dessa forma, mantém o produtor dependente, atado ao crédito. Para que a produção seja assegurada para o prensador, como já foi dito, este tem que conceder adiantamentos proporcionais ao volume de produção compromissada e de acordo com a atividade que está sendo praticada.

O intermediário-comercializador é o elemento que tem acesso aos mercados, aos bancos, às prensadoras e na maioria das vezes, eliminam as distâncias com seus próprios motores. O pequeno produtor tem pouco ou quase nenhum acesso a essas fontes por não possuir poder de barganha, por razões já referidas. O acesso às fontes de financiamento por parte do primeiro se dá em face deste possuir maior relacionamento com os mecanismos bancários e as garantias necessárias para obter crédito. Ultimamente o pequeno produtor já é mais informado e alguns deles conseguiram comprar sua embarcação (motor) através do crediário fornecido por uma loja denominada "Souza Arnaud", em Santarém.

Os produtores à medida que colhem, vão trazendo a fibra aos prensadores na cidade, ou então estes mandam pegar a fibra no local da produção. Os prensadores deverão fazer grandes estoques, o maior que puderem para aproveitar o preço e também a fim de atenderem ao consumo anual dos juti-fícios a que estão vinculados, devendo se prevenir ainda para a imprevisão da safra próxima.

Como se pode entender, o sistema de financiamento da produção no modelo tradicional da *patronagem* ou nos moldes atuais, envolve também o circuito da comercialização. Aliás, o financiamento da produção é um pré-requisito que se faz necessário para assegurar a comercialização da fibra, pois os produtores de juta que entram num acordo com determinado intermediário, somente a este deverão entregar a produção correspondente ao valor combinado, quando este último já se comprometeu com o prensador a entregar a fibra.

Deve-se ressaltar que os custos de comercialização da juta são muito elevados, maiores do que os da malva, grande parte destes custos de comercialização são absorvidos pelos custos de transferência, ou seja, fretes e taxas. Seria possível operacionalizar esses custos de transferência em virtude da extensa rede de intermediação, mas sabe-se que esses custos são deduzidos do preço da fibra pago ao produtor, quando este traz o produto, sendo, este, portanto, o elemento mais prejudicado de toda a cadeia. O prensador costuma assegurar o preço mínimo ao produtor ou intermediário pois alguns deles ainda têm outras despesas com o transporte para as matrizes no Nordeste (Recife), Sul, Sudeste ou mesmo Belém. Quando aumenta a pressão da demanda, o que é freqüente no auge das safras, o preço costuma subir, mas esses aumentos não chegam ao produtor, ficam a nível de intermediários (comerciantes) que conseguem estocar o produto.

O *marreteiro* tradicional, portanto, era aquele que concedia empréstimo a curto prazo. Era o elemento que menos se arriscava a perder parte de seu capital empregado no financiamento aos produtores, porque possuía rápida reposição de sua aplicação ao vender a juta resultante da troca de mercadorias e não tinha contas a acertar com ninguém. Já o intermediário, em geral, está a serviço das indústrias de aniagem. É como se fosse um funcionário das mesmas e às vezes trabalha para essas firmas. Este comerciante e refinanciador, corre mais riscos, pois adianta o dinheiro que recebeu através do crédito bancário, isto muito raramente, pois o mais comum é ele receber direto o capital da indústria a que está vinculado, e pode não receber todo o valor em fibra caso o *juteiro* tenha perdido parte da produção ou toda ela, e ainda lhe sobra o compromisso com o banco.

Entender o mecanismo de funcionamento da produção que mobiliza o circuito da comercialização é peça muito importante para se entender a organização do processo de produção da juta. O capital financeiro articula de tal forma os elementos participantes da cadeia - o banco, o industrial, o intermediário, e o produtor - que os mantém dependentes entre si. Enfim, se encerra um círculo vicioso de dependência, onde não só o pequeno produtor como os outros elementos de intermediação dependem do prensador-industrial, como este por sua vez depende daqueles para adquirir a matéria-prima para movimentar sua indústria. O grau de dependência dos elementos não

capitalizados, portanto, mais expostos, acentua-se em relação àqueles mais potencialmente capitalizados.

Portanto, o mecanismo de financiamento e comercialização da juta, sendo uma extensão das condições já referidas em que se realiza a produção, redefiniu o sistema de *patronagem* através da intensificação da expansão capitalista na área, que no caso, para tornar esse processo efetivo, sutilmente aproveitou as relações já existentes. A *patronagem* mudou de "roupagem" para atender às tendências da "moda" capitalista, adotada pelo momento histórico, sem mudar entretanto sua essência.

Essa mudança no sistema tradicional inclui novas relações, com novos elementos; elementos mais estruturados e capitalizados como o banco e as indústrias que precisaram do apoio dado pelo Estado, para atuarem mais eficientemente no controle da produção. Os órgãos oficiais acionados para efetivarem o apoio aos elementos mais fortalecidos pelo capital e pelo Estado, são controlados de certa forma por este último. A CFP, por exemplo, ao fixar anualmente o valor monetário que serve de parâmetro à operação para as empresas que trabalham com o banco, operadoras no ramo de fibras, controla a atuação destas. Surge então, uma série de mecanismos onde muitas vezes o Estado acaba cedendo com a pressão da força industrial, principalmente por estes serem responsáveis pela produção da embalagem dos principais produtos agrícolas de exportação. Estas indústrias estão associadas no IFIBRAM para melhor se estruturarem, principalmente aquelas que têm suas matrizes localizadas fora da região, ou seja, assim podem se manter bem informadas a respeito do período exato em que começa a safra; das áreas específicas onde elas surgem; dos menores preços; do comportamento das águas do rio, etc. O apoio aos industriais ainda se dá pelo fato de eles serem, ainda, os grandes detentores do capital no Brasil, daí usufruírem de grande poder político.

Dentre essas concessões de apoio, tem-se a política de crédito bancário executada pelo Banco do Brasil, agente financiador da CFP, que protege o industrial, elemento capitalizado. Ao utilizar o sistema EGF (Empréstimos do Governo Federal), o industrial tinha a possibilidade de fazer um penhor mercantil em fibra junto ao banco, como garantia do financiamento, que acabava sendo para o industrial-prensador, uma espécie de excedente de fibra adquirido, guardado em lugar seguro. Dessa forma, a fibra penhorada permitir ao empresário possuir um capital de giro assegurado, podendo ainda conseguir melhores preços por esta fibra depositada, quando o penhor ficasse liberado, provavelmente, no momento em que o produto se tornasse escasso. Entretanto, a CFP, mais recentemente, permitiu às indústrias a substituição do penhor em fibra pela sacaria, o que lhes garante margem maior de segurança, permitindo aos empresários operar mesmo com mercado não muito favorável para a sacaria.

Assiste-se, assim, à participação do Estado, através da atuação de seus órgãos, aliando-se ao capital. A CFP, com a política de Preços Mínimos direcionada ao produtor, executa essa política que não se aproxima dos valores reais dos custos de produção da juta, como também não acompanha o ritmo inflacionário. No que concerne ao procedimento do banco referente ao crédito agrícola, esta limita o desempenho do produtor, pois o crédito de custeio é o único a ele concedido, em virtude de não poder adquirir Título de Propriedade Definitivo nas terras de Várzea e pelo seu inexistente poder de barganha. Portanto, como acontece no Amazonas, “o capital financeiro especializa a produção local, na medida em que limita aos produtores diretos, apenas a agricultura temporária.”⁵³ No Pará essa especialização dá-se da mesma forma, aliás, é apenas uma extensão do mesmo processo, não se levando em consideração o limite estadual estabelecido.

A juta e sua articulação com os mercados nacional e internacional

– Origem da juta

É inegável, atualmente, a divulgação do conhecimento e da amplitude de utilização da fibra da juta. Segundo James Dempsey ela foi considerada de origem chinesa. Para Lisbonati é originária do Sudão Anglo-Egípcio.⁵⁴ Sua espécie mais cultivada, inclusive no Brasil, a *Corchorus capsularis*, possivelmente é de origem indiana. Já em 1575 a.C., encontram-se referências sobre a utilização de sacos feitos de juta na literatura bengali.

Durante a colonização britânica na Índia, os ingleses levaram juta em estado bruto para tentar sua industrialização. As primeiras experiências foram realizadas em 1820 em Dundee, na Escócia, mas não foram bem sucedidas. Em 1838, obteve-se sucesso quando as máquinas foram modificadas, aperfeiçoadas para o tecido de juta, numa tentativa de substituição ao cânhamo e ao linho.

A Guerra da Crimeia (1853/1856), interrompendo o fornecimento de cânhamo e linho da Rússia, provocou grande incentivo na industrialização da juta em Dundee, repercutindo no grande aumento da produção na Índia.

A confecção de tecidos de juta para saco de embalagem do café deu-se em 1851, na Índia. A partir daí as unidades fabris se expandiram naquele país.

⁵³ FREITAS PINTO, Ernesto Renan M. de. “Os trabalhadores da juta: estudo sobre a Constituição da Produção Mercantil no Médio Amazonas”, UFRS, Porto Alegre, 1982, p. 145

⁵⁴ LISBONATI, Virgílio F. Op. cit., p. 9.

Mais tarde, o declínio na produção da borracha na Amazônia levou a uma grande crise em 1912. Os seringueiros começaram a liberar mão-de-obra, levando à formação da reserva da força de trabalho que foi mobilizada para os juteiros nos fins da década de 30.⁵⁵

A interrupção das importações da juta indiana para os centros consumidores da Europa e América durante a I Guerra Mundial, funcionou como grande incentivo para a indústria têxtil brasileira. Sob essa condição de necessidade de matéria-prima é que são feitas as primeiras experiências para a introdução do cultivo da juta. Inicialmente, na década de 20 elas se realizaram em São Paulo, sem resultados positivos. A partir de 1929, a Companhia Industrial Amazonense S. A. (Amazonia Sangyo Kabushiki Kaisha) composta de colonos japoneses e por capital japonês, realizou as primeiras tentativas na Amazônia, no Município de Parintins (Médio Amazonas).

Os resultados satisfatórios só foram alcançados em 1934, pelo japonês Ryota Oyama, no Município de Parintins, quando se obteve uma variedade semelhante às ancestrais indianas, denominada de juta branca ou "oyama". A partir desses resultados, a produção da fibra passou a ter constante aumento. Até 1952, o Brasil era um dos grandes importadores dessa fibra, pois sua produção não era suficiente para abastecer as indústrias de aniagem brasileiras. Fazia-se necessária a importação, que se realizava numa média de 20 mil ton/ano.⁵⁶ A auto-suficiência ocorreu a partir de 1953, chegando-se inclusive a exportar pequena quantidade do produto manufaturado.

O governo amazonense estabeleceu uma série de medidas para o cultivo da juta, especialmente para a Companhia Industrial Amazonense S.A., que havia organizado a estrutura de produção para a juta.

Do Município de Parintins, o plantio de juta se expandiu para o Médio Amazonas Paraense, para os Municípios de Santarém, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Juruti. Depois, essa expansão se deu subindo o curso do rio Amazonas. A expansão para o Pará se realizou quando Kotaro Tuji, da Companhia Industrial Amazonense S.A., passando por Belém, em 1938, incentivou o governador sobre a possibilidade do cultivo de juta no Pará.

O crescimento da produção se realizou em virtude do grande incremento na indústria de aniagem, principalmente na década de 60, como resposta ao estímulo de se produzir para abastecer o mercado interno promissor, orientado por diretrizes traçadas pelo modelo de substituição de importações, iniciado nos anos 30 e que após a II Guerra Mundial levou a indústria brasileira à franca expansão.

⁵⁵ SANTOS, Roberto Araújo de O. Op. cit., 268.

⁵⁶ HOMMA, A. O. & REIS A. da S. Análise do comportamento dos preços médios da fibra de juta no mercado internacional. Belém, EMBRAPA/CPATU, 1978, p. 1.

“As medidas de ordem governamental, como a criação do Grupo Executivo da Juta, o Decreto nº 395 de 21/12/1961 que dispõe sobre a comercialização de sementes de juta e dá outras providências, assim como as de fixação de preços mínimos, levam à conclusão de um certo interesse do Governo em desenvolver uma política de assistência à produção de juta, tendo em vista que se torna absolutamente necessário abastecer o parque nacional de anigem.”⁵⁷

Esta preocupação do governo brasileiro em proteger e incentivar a produção de juta, reflete o período da crescente demanda nacional na década de 60 e 70. Em 1966, por exemplo, o consumo nacional chegava a aproximadamente 60 a 80 mil toneladas.⁵⁸

Novo corte na importação da juta indiana causado pela II Guerra Mundial condicionou o aumento da produção brasileira. A participação do Japão neste conflito acarretou a suspensão da aplicação do capital comercial japonês na Companhia Industrial Amazonense. S.A. Para substituir sua função, assumiu sua posição a Companhia Brasileira de Fibras de capital paulista.

A partir daí, as indústrias localizadas em São Paulo e as de Belém pressionaram o Governo Federal para atender aos seus interesses, assim como controlaram a produção de longe, também de acordo com seus interesses, através de filiais, exercendo o monopólio da produção.

A primeira indústria de juta do Amazonas entrou em funcionamento em 1954. A primeira indústrias do Pará também foi dessa década. Em Santarém a TECEJUTA (primeira e única), foi financiada parcialmente por capital federal e de pequenos acionistas locais, fundada em 1954, porém somente em 1967 entrou em funcionamento.

Em 1967, a indústria têxtil de sacaria atingiu a produção de 80,3 mil toneladas, das quais 50% eram provenientes da Amazônia. Em 1977, a produção alcançava 126.000 toneladas.

Deve-se ressaltar que as indústrias de sacaria e aniagem utilizam juta e malva para a confecção de sacos. Em geral, utilizam 60 a 70% de malva e o restante de juta. Esta porcentagem varia conforme a disponibilidade de estoque de ambos os produtos. Com a dosagem das duas fibras, a sacaria adquire resistência e flexibilidade.

A malva vem sendo plantada há bastante tempo no Pará. Quando as primeiras experiências bem sucedidas se realizavam com a juta já se tinha

⁵⁷ LISBONATI, Virgílio F. Op. cit., p. 1.

⁵⁸ Id. Ibid., p. 1.

uma produção de malva de 270 toneladas em 1935, por exemplo.⁵⁹ O Amazonas iniciou o cultivo da malva somente em 1970, e, mais recentemente, em 1974, houve uma expansão para o Noroeste do Maranhão. O Pará sempre foi o maior produtor de malva, concentrando sua zona produtora principalmente nas regiões Guajarina e Bragantina e em segundo plano, no planalto de Santarém e várzea alta do Médio Amazonas Paraense (Juruti, Oriximiná, Prainha). Há ainda outras fibras como o rami e o Knaf, semelhantes à juta e à malva, utilizadas em pequena escala nas indústrias do sul do país.

A produção de fibra de juta está estreitamente relacionada com a demanda dos mercados regional e nacional, e naturalmente que estes por sua vez, são articulados com o mercado internacional. Essa articulação se dá sob a forma de imposição, de tal maneira que as decisões referentes à produção são tomadas fora do local de produção pelos importadores ou pelas indústrias nacionais, determinando, em grande parte, o volume de produção. Nenhum poder de decisão nesse sentido é reservado ao produtor, o juteiro. Seu poder de barganha é inexistente para se impor diante das decisões dos industriais, detentores do capital necessário para movimentar a engrenagem da produção que funciona desde o momento do repasse do financiamento feito pelas indústrias aos produtores da fibra. Este repasse se dá através dos *fornecedores*, como são chamados os intermediários, na maioria deles, produtores de fibra também. Como são poucos os juteiros que são financiados diretamente pelo banco ou aqueles auto-suficientes, logo se vê como se efetua o controle da produção pelas indústrias através do financiamento, o que cria um elo de dependência dos produtores em relação às prensadoras (fornecedoras-intermediárias das indústrias já citadas). Quando por algum problema não se efetiva o repasse suficiente dos recursos necessários para os produtores, como ocorreu em 1977, quando os recursos foram reduzidos, ocorrem grandes perdas. Sem o costumeiro financiamento, a juta não pode ser cortada no tempo certo, pois o produtor não possui recursos, sendo então surpreendida pela enchente.

As indústrias, por outro lado, dependem da matéria-prima para funcionar, principalmente agora, quando a fibra já não é tão abundante como na década de 60. Cria-se, portanto, um círculo vicioso de dependência entre produtores e industriais. Esse mecanismo será mais explorado no capítulo seguinte.

Em todo caso, a questão da Amazônia ter-ser tornado uma região especializada na produção da fibra de juta, matéria-prima necessária à indústria de sacaria e aniagem brasileira, da qual apenas 52% da capacidade desse ti-

⁵⁹ Dados obtidos no IFIBRAM em 1982, de publicações avulsas.

po de indústria está instalada na Amazônia e o restante no Sudeste, Nordeste e Sul do país, faz lembrar Francisco de Oliveira, quando ao discutir o conceito de “região” diz o seguinte:

“Tratando-se de espaços econômicos que nasceram ou foram inseridos na divisão internacional do trabalho do capitalismo mercantil como reservas e produtores de acumulação primitiva e que, posteriormente, continuaram subjugados à divisão internacional do trabalho do capitalismo imperialista, a existência de ‘regiões’... é uma evidência histórica irrefutável.”⁶⁰

As indústrias de tecelagem de juta devem estar atentas aos resultados anuais das safras dos produtos agrícolas de exportação, principalmente aqueles que por exigência dos importadores devem ser ensacados exclusivamente em sacos de juta, como café, o açúcar demerara, a soja, o algodão em caroço e o cacau. O comportamento do mercado internacional em relação a esses produtos, assim como aos concorrentes na produção da fibra também devem ser alvos de interesse devido sua parcela de influência sobre a produção industrial. Qualquer quebra de safra sobre os principais produtos agrícolas exportados, já citados, acarretará conseqüências drásticas sobre a produção no parque industrial jutícola, como tem acontecido. Em 1974, por exemplo, as indústrias tinham uma grande produção, em virtude do mercado de sacaria na época estar com boas perspectivas, quando se atingiu a produção de cerca de 90 milhões de sacos para o café e açúcar. Entretanto, em 1975, os jutifícios passaram por uma experiência inversa, tendo que reduzir sua produção para 61 milhões de sacos, momento em que a oferta da sacaria era de 207 milhões.⁶¹ O consumo nacional das indústrias jutícolas o ano passado (1982) estava em torno de 82 mil toneladas e para 1983 estima-se aproximadamente 84.500 mil toneladas.⁶²

Os produtos exportados em menor escala são: pimenta-do-reino, amendoim, batata inglesa, milho, feijão, mamona, etc. Dentre os produtos acondicionados na embalagem de juta para serem consumidos internamente destacam-se: café, arroz, milho, feijão, batata inglesa e algodão.

O controle da produção a nível internacional se realiza de maneira mais indireta. O preço da juta é cotado pelo mercado de Londres. As variações de preços ditadas por este mercado, definem o período ideal de se efetuarem as importações e exportações. As importações se realizam idealmente quando a produção nacional não atende ao consumo dos jutifícios, devendo ser reali-

⁶⁰ OLIVEIRA, Francisco de. “Elegia para uma Re(li)gião”. São Paulo, Paz e Terra, 1978, p. 28.

⁶¹ IFIBRAM, 1978, p. 21.

⁶² IFIBRAM, 1983, dados inéditos.

zadas no período de junho a outubro, junto aos países asiáticos, quando a cotação de preço é baixa, propícia para importação. O Brasil importa juta principalmente de Bangladesch (ex-Paquistão-Oriental), Burma e Índia. Além destes, são produtores da fibra: Taiwan, Nepal, Birmânia, Tailândia, Iran, Camboja, Vietnam e Japão. No período de importação, empresários asiáticos circulam por Belém e Manaus a fim de facilitarem os contatos para os acordos.

Os principais países compradores do produto nacional em forma de sacaria ou tela são: Argentina, Chile, Uruguai.

As importações e exportações devem ser realizadas após a previsão da safra para toda a Amazônia. Em geral, esta é determinada nos meses de abril, maio ou junho, quando está sendo realizada colheita da safra normal (*juta de safra*) e já se tem o resultado da safra da *juta da lama* que se realiza de outubro a novembro, quando o nível das águas está baixando, ou seja, antes do plantio da safra regular. Já tendo por base o comportamento da enchente e das safras, poderão ser feitas as previsões para a distribuição de sementes para o ano seguinte, como também solicitar a importação da fibra, caso haja necessidade para complementação do consumo industrial.

Em 1974, vinte e sete indústrias de aniagem se associaram para fundar o IFIBRAM. Este órgão que tem sua sede em Belém, foi criado com o objetivo de incentivar a produção em todos os seus setores, inclusive o de beneficiamento. Há seis anos o IFIBRAM vem desenvolvendo através do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo), pesquisas para o aperfeiçoamento de uma máquina de decorticação para juta e malva, para o qual tem aplicado uma verba de aproximadamente 100 milhões de cruzeiros até agora. Esse projeto tem-se desenvolvido nas proximidades de Belém, na região Bragantina, área produtora de malva.

O IFIBRAM tem outra importante função por ser o órgão que recolhe informações de toda a área produtora de juta e malva. Inclusive ao fazer isto, não leva em conta a fronteira que separa o Pará do Amazonas; seu principal interesse é ter idéia aproximada do volume da produção para manter as indústrias informadas a fim de que estas estabeleçam seus planos de consumo, de acordo com suas necessidades e interesses. A CFP consulta as informações do IFIBRAM e também faz suas previsões a fim de estabelecer o volume de sementes a ser distribuído para as áreas produtoras da Amazônia. A CFP orienta seu agente financiador, o Banco do Brasil, para este definir o volume de crédito de custeio a ser liberado aos mutuários. A CFP, por sua vez, envia de Belém, via Ministério da Agricultura, sementes registradas e certificadas para a Base Física deste Ministério, em Alenquer, para serem distribuídas entre os intermediários das indústrias, ou seja, para os prensadores localizados na área produtora, inclusive Santarém, para então estes efetuem a redistribuição aos pequenos produtores, financiados seus.

A industrialização da juta tem-se diversificado nos últimos anos. Seu principal produto ainda é a sacaria para embalagem de produtos agrícolas, especialmente de grãos. A fibra de juta vem sendo utilizada na tessitura de tapetes de lã e "nylon", como também para forros de tapetes, substituindo o feltro e o algodão. É grande sua utilização como barbante, fios para usos comerciais e industriais, assim como cabos para se amarrar embarcações. Na fase atual de sofisticação do consumo, ela tem sido empregada como tecido para cortinas decorativas de grande resistência e boa aceitação no mercado. O setor de confecção ditado pela moda atual, tem utilizado a juta como detalhes em roupas, bolsas, etc.

Entretanto, o desenvolvimento da petroquímica proporcionou o surgimento de produtos têxteis sintéticos que têm afetado o mercado da fibra natural. A partir de 1960, as fibras poliolefínicas, principalmente as de polipropileno passaram a ser utilizadas como sacaria, substituindo cada vez mais a juta na fabricação deste produto. O produto sintético desfrutava de vantagens de preço, além do fato da produção não depender de variações climáticas. Portanto, somando vantagens em relação ao produto natural. Entretanto, a elevação do preço do petróleo se refletiu no custo da matéria-prima sintética, assim como a racionalização mundial do consumo de petróleo acarretou uma diminuição na produção industrial sintética.

No Brasil, as importações do produto sintético vêm-se realizando desde a década de 60, com nítido aumento nos anos 70. Em 1973, passava para 26 mil toneladas.⁶³ As embalagens sintéticas possuem algumas desvantagens de utilização, pois não conservam o produto com a mesma durabilidade como o saco de juta/malva conserva, não permitindo segurança nos empilhamentos em fileiras altas na armazenagem ou transporte, pois escorregam facilmente, reduzindo o aproveitamento da capacidade nos armazéns e transporte. Além do mais, os sacos de fibra natural não são poluentes e podem ser reaproveitados até três ou cinco vezes.

Em 1975, cresceu a concorrência dos sacos de papel para a estocagem e transporte a granel, o que muito afetou o mercado da sacaria de juta. A reutilização do saco de algodão para a embalagem do açúcar cristal e mascavo e a progressiva tendência do manuseio mecânico para o uso do granel, reduzindo os custos de transporte, tem-se estendido para o milho, soja e trigo. Até o momento, o arroz, o feijão e o café ainda são considerados resistentes quanto à tendência de abandonar as embalagens de juta.

Apesar da ameaça de produtos concorrentes e do uso do granel é provável que ainda perdure por algum tempo a utilização da sacaria para acondicionamento dos produtos em grãos em virtude da exigência dos países im-

⁶³ IFIBRAM, 1978, p. 18.

portadores. Inclusive, poderia ser de interesse nacional o incentivo à industrialização da fibra natural pois os produtos agrícolas são muito importantes na pauta de exportação, especialmente quando as atenções governamentais estão voltadas para o aumento das quotas exportadas como saída alternativa para saldar a dívida externa que tem afetado o país.

AS RELAÇÕES AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

As próprias características naturais da Várzea já referidas, ou seja, a especialização natural de seu espaço em dois setores específicos – um próprio à agricultura, com nível de terreno mais alto, um pouco mais livre das enchentes e de grande fertilidade (a várzea alta) e o outro, caracterizado por seus excelentes campos naturais inundáveis, que correspondem a aproximadamente 10 milhões de hectares no total para a Amazônia,⁶⁴ dão condições ideais para a pecuária. Estas duas atividades econômicas sempre foram as atividades fundamentais nesta área, e, desde o período colonial têm convivido paralelamente, ambas constituindo-se na fonte de recursos para a manutenção do ribeirinho como pequeno produtor na Várzea. Aliás, é este o tipo de agricultor que caracteriza essencialmente a pequena produção existente na Várzea, especializada na produção de fibra de juta, muito embora plante outros produtos, principalmente para subsistência, e ao mesmo tempo, seja pescador e criador de algumas cabeças de gado, por ele denominadas de “gadinho”

Defino aqui como pequeno produtor, o indivíduo que possui um jatal de pequena extensão (em geral cerca de 2,0 ha), cultiva outras culturas como milho, feijão, mandioca, e em escala bem menor, jerimum, tomate e maxixe, destinando-se principalmente para subsistência, sendo pequena a parcela de excedente que consegue obter para vender na cidade. A pesca é sua atividade fundamental relacionada com a alimentação. Este ainda possui algumas cabeças de gado como uma espécie de fundo de reserva, recurso complementar para os casos de “precisão”. O produtor tem a família como unidade básica da produção e só utiliza força de trabalho adicional para o corte e lavagem da juta. Entretanto, isto se torna possível através do adiantamento que recebe do intermediário-prensador para o qual compromete a produção da fibra.

Essa categoria já muito utilizada, foi adotada num estudo recente de Freitas Pinto, ao usar a denominação produção mercantil simples na Várzea do Médio Amazonas, especificamente na região do Manacapuru (Amazonas),

⁶⁴ NASCIMENTO, C. N. & LOURENÇO JÚNIOR. *Criação de búfalos na Amazônia*. Belém, EM-BRAPA/CPATU, 1979, p. 2.

de forma muito apropriada em relação ao que denomino de pequena produção.⁶⁵ É provável que a familiaridade com as características das categorias de análise se dê em virtude daquela área de estudo se localizar também em região de Várzea, onde a juta é a principal cultura, em torno da qual se desenrolam ambos os estudos.

A pequena produção fundamentada na família produz juta exclusivamente com objetivos comerciais, com a expectativa de ser obtido algum saldo. O milho, a farinha de mandioca e o feijão servem para subsistência, sendo o excedente vendido na feira da praia, na cidade. Assim como, tomate, maxixe, jerimum, melancia e banana, em geral, em pequenas quantidades, são produtos que complementam a economia doméstica ao serem vendidos. Dentre estes, o peixe é o produto mais vendido no cômputo total. Esses produtos eram baseados em relações de troca desiguais, pois ao comprar produtos dos quais necessitam como, arroz, açúcar, café, sabão e querosene, não lhes sobra saldo, em virtude de venderem seus produtos por baixo preço e comprarem os que basicamente necessitam por preços mais elevados.

Há uma descompensação no valor dos produtos do circuito de compra e venda entre os produtos da Várzea, no caso, dos naturais e daqueles adquiridos na cidade, beneficiados ou industrializados. É assim que se realiza uma das formas de penetração do capitalismo na Várzea, como uma área que está sendo atingida pelas frentes de modernização, onde as relações de troca de mercadorias por produtos naturais, a venda a crédito, denominada *fiado*, praticada pelos *patrões* e por *taberneiros* (comerciantes pequenos, possuidores de uma *taberna*), já se tornaram raras. Os *patrões* se queixam que não podem mais vender *fiado*, a não ser em raras exceções, em casos de muita "precisão". O preço dos produtos que ele compra aumenta rapidamente em virtude da inflação, não podendo assim esperar que o *freguês* tenha condições de liquidar seu débito, mesmo atualizando o preço, como era de costume proceder.

Em virtude da fertilidade do solo, renovado anualmente, o produtor utiliza o mesmo terreno durante três anos consecutivos, quando então o deixa em pousio. Os métodos de cultivo utilizados são rudimentares, inclusive, prejudiciais à matéria orgânica, como a queimada, por exemplo. O potencial que o solo de várzea oferece, não é devidamente utilizado, pois se se utilizasse o sistema de irrigação devidamente orientado ao agricultor e se fosse

⁶⁵ No sentido usado por Freitas Pinto, a produção dos pequenos produtores é mercantil simples, na medida em que sua produção é realizada a partir da subordinação desta ao mercado capitalista, que de forma oligopsônica, especializa a produção regional, processo esse que Shanin denomina de 'agriculturação', que se realiza através de um "ajuste camponês na sociedade comercializada mais ampla, se refletem na especialização da agricultura camponesa, sua agriculturação na medida que um crescente número de tarefas não agrícolas recaem em ocupações e indústrias especializadas.", apud Shanin, 1976, p. 44; citado por Freitas Pinto, op. cit., p. 109.

adaptado um sistema de financiamento especial de acordo com suas possibilidades financeiras reduzidas, o período de utilização do solo poderia ser mais prolongado durante o ano, como poderiam ser introduzidas outras culturas como o arroz. A produtividade seria aumentada, enfim, podendo gerar uma melhoria na qualidade de vida do ribeirinho.

Idealmente, a distribuição espacial dos elementos componentes existentes na base física da pequena produção se ocorre da seguinte maneira:

A *barraca* – sua casa de moradia, feita de madeira ou de *palha* (folha de palmeiras injá ou bacaba) e coberta de *palha*; *cavaco* (lascas retangulares de madeira), ou de telha de barro. A cobertura com telhas de barro é mais freqüente nessa área específica, assim como no Ituqui, Urucurituba. Ao lado da *barraca*, como a denomina seu próprio morador, ou imediatamente atrás, localizam-se os *jiraus* (canteiro de madeira suspenso sobre estacas, adubado com estrume de gado) e as *fruteiras* (árvores que produzem frutas, localizadas no quintal). Mais ou menos paralelos ao rio se situam a *roça* e o *roçado*. Para o lado oposto da *roça* e do *roçado* estão o curral e a *caiçara* (curral pequeno de madeira, situado próximo ao rio, que possui uma parte estreita denominada “manga” para desembarcar ou embarcar o gado). Muitas vezes, como seqüência da *caiçara* segue o curral mais para dentro. Ao fundo, situam-se os campos naturais com os bebedouros naturais (lagos-de-várzea) para o gado.

Os *jiraus* são indispensáveis, pois eles têm papel muito importante para a economia doméstica do pequeno produtor, no sentido de conservar uma relativa economia. Nos *jiraus* há especialização de plantas. Há o *jirau* com as ervas e plantas medicinais como: erva-cidreira, matroz, mangaratai, mastrus, etc. Essas plantas e muitas outras servem para uma infinidade de doenças e banhos. Os remédios industrializados só são usados em casos mais graves, quando os remédios caseiros não resolvem o problema, sendo aqueles receitados por médico da cidade. Há também o *jirau* com as plantas que servem para tempero da comida destacando-se: chicória, alfavaca, cheiro-verde, pimenta-de-cheiro, pimentão, couve, etc. Às vezes também as “plantas de enfeite” (decorativas) possuem um *jirau* ou ficam plantadas no chão, na frente da casa.

As *fruteiras* também complementam a economia doméstica da pequena produção. As árvores mais comuns encontradas são mangueiras, goiabeiras, pupunheiras, bananeiras, etc. A banana, ultimamente, tem sido plantada em grande quantidade, próxima ao rio, devido ao bom preço do mercado e sua venda contribui para aliviar o orçamento familiar. As pessoas contactadas durante o trabalho de campo se referem à grande variedade de frutas que existia há alguns anos atrás.

Como já foi referido, a pesca é uma das atividades que nos últimos anos tem-se transformado. A população ribeirinha sempre adotou a pesca

artesanal, utilizando seu conhecimento sem adotar características predatórias, observando os períodos de desova, de migração dos cardumes, a fim de preservar, principalmente, os mananciais piscosos existentes nos lagos, no baixar das águas. Entretanto, já há alguns anos, a pesca se transformou numa atividade lucrativa comercial, que poderá substituir a juta em importância econômica. Já se nota grande tendência dos juteiros para deixar a juta ou reduzi-la bastante, a fim de se dedicarem mais intensamente à pesca. O retorno imediato que obtêm com a venda de pescado aos frigoríficos na cidade, exportando para São Paulo, ou também, vendendo diretamente na feira da praia, é outro estímulo ao desenvolvimento da pesca. Em geral, na feira aparecem os intermediários, que compram o peixe e o revendem por preços mais elevados. É interessante observar-se que quando o nível do rio sobe, a feira não deixa de existir, ela se transfere para os tablados de madeira construídos sobre estacas na praia. Quando o nível sobe demais, desaparecendo a praia, a feira se muda para o calçadão do cais de arrimo na mesma imediação referida.

A nova pesca é predatória, ainda que utilize equipamentos artesanais. São estendidas malhadeiras em grandes extensões, no sentido da largura dos *paraná*s, por exemplo, atingindo cardumes de peixes de todo tamanho, inclusive os pequenos. Do que se conclui que a pesca também passa por grandes transformações na área.

A pecuária, por sua vez se caracterizava na Várzea como uma atividade de caráter extensivo, que se poderia chamar de tradicional. Isto não só pelo tipo de criação, mas também pelas relações mantidas entre os elementos da *sociedade*. A *sociedade* consistia na relação entre os *criadores* que possuíam terras e muitas cabeças de gado e o *juteiro*, este, possuidor de algumas reses. A *sociedade* entre os dois elementos era a mais comum, muito embora no lugar do *criador* pudesse aparecer um comerciante da cidade, o *marchante*, ou um *marreteiro*, desde que possuíssem gado. O *criador* entregava ao *juteiro* algumas vacas, em geral duas, e este se encarregava de cuidar delas. Após quatro anos, as crias das vacas eram divididas entre os membros da *sociedade*. As reses que tinham servido de matrizes, nem sempre eram devolvidas, e nesse caso há uma continuação da *sociedade*, aumentada pelas novilhas. Para o *juteiro* que tem que devolver as reses iniciais, é um negócio desvantajoso. A *sociedade* para ele só lhe resulta em dois mamotes e no trabalho dispendido para criar o gado do seu sócio. Trabalho este que não é levado devidamente em conta no momento da partilha, ou seja, não é devidamente remunerado, adicionado. Dessa forma, é um tipo de sociedade que possui uma conotação diferenciada daquela que costuma ser utilizada entre duas ou mais partes interessadas, onde os lucros são repartidos em igualdade, ou de acordo com maior ou menor participação na sociedade.

Essa pecuária tradicional utilizava os campos naturais como pasto para

o gado, assim como os bebedouros naturais constituídos pelos lagos. Os pastos e bebedouros eram comuns para uso dos vizinhos, pois os terrenos no *fundoe* às vezes na *frente*, não eram cercados, em virtude dos bebedouros não serem extensos, atingindo todos os terrenos, daí a necessidade de não se usar cerca nos mesmos. Essa utilização coletiva era entendida como necessária para a reprodução dos rebanhos, sem prejuízo às plantações localizadas na *frente*, e, por isso, respeitada pelo varzeiro, pequeno criador de algumas “cabeças”.

Transformações lentas se processaram na Várzea ao longo do tempo, sem alterar o equilíbrio entre as duas atividades fundamentais na Várzea: a agricultura e a pecuária. Entretanto, a década de 50, apresentou uma das maiores taxas de crescimento já verificadas no rebanho santareno, cerca de 76,6%, sendo de 63,5% o aumento do número de estabelecimentos segundo Piazza. Esse aumento se relaciona com a crise no abastecimento do mercado de carne de Belém, no início dos anos 50, levando o Pará a importar carne de Goiás e da Baixada Maranhense. Assim, como já existia uma pecuária tradicional na Várzea do Baixo Amazonas, cuja origem data do período colonial, essa área foi estimulada, como também o sul do Pará, a produzir gado para corte. É a partir dessa demanda, que novas relações surgiram, ao ser introduzida esta nova pecuária.

A nova pecuária que se está difundindo na Várzea, apresenta algumas características da pecuária intensiva. Já se observa o aumento do gado de raça e de maior porte, como o Santa Gertrudes e, principalmente, de bubalinos. Estes últimos começaram a ser introduzidos na Amazônia desde 1895, inicialmente na Ilha de Marajó, depois, espalharam-se pela Amazônia, onde só o Pará em 1979, possuía um rebanho de 200 mil cabeças, sendo 150 mil, concentradas no Marajó e o restante no Médio e Baixo Amazonas Paraense.⁶⁶ A expansão dos bubalinos se justifica pelo fato de serem animais criados para produzir carne, sendo secundária a utilização do leite, principalmente para a fabricação de queijo, e também por possuírem excelente capacidade de adaptação aos campos inundáveis das várzeas. A raça predominante é a Mediterrânea que possui aptidão para produção de carne e leite.

Em Santarém é notável a expansão de bubalinos em diversas áreas de várzea, como no Ituqui, Ilha de Saracura, Ilha de São Miguel, Costa do Aritapera, etc. Vale a pena ressaltar que a introdução do gado de raça nos rebanhos é realizada pelos grandes e médios pecuaristas. O “gadinho” do juteio, em geral, é do tipo gado branco ou mestiço, produtor de leite para a família juteira, como importante fonte de alimento, e, como já foi citado, a venda do gado é poupada ao máximo.

⁶⁶ NASCIMENTO, C. N. & LOURENÇO JÚNIOR. Op. cit., p. 4

Em virtude do bom preço da carne no mercado de Santarém, é comum o *marchante* (comprador de gado que utiliza o seu motor) comprar gado do pequeno produtor. O Matadouro do Uruará é o ponto de chegada do gado proveniente da Várzea, ou já negociado anteriormente e trazido para lá ser abatido, ou então negociado no matadouro. Neste local ele é pesado, abatido e dividido em quartos. Os *marchantes* levam os quartos para seus açougues, onde dividem melhor a carne, ficando pronta para ser vendida. No matadouro faz-se também a comercialização entre os próprios *marchantes*, ou entre outros clientes, pois o preço da carne lá adquirida é mais barato, e também, porque é de lá que se faz a distribuição da carne. Portanto, a movimentação é grande no matadouro nos dias de matança.

Os frigoríficos da cidade são numerosos, espalhados pelos bairros, e, em geral, são razoavelmente equipados. Há *marchantes* em Santarém que possuem vários açougues. Há também os pequenos *marchantes*. São no entanto, os grandes que controlam o preço da carne na cidade.

O médio e grande pecuarista que possuem motor próprio para o transporte do gado, denominado *boiadeiro*, ou ainda, os grandes pecuaristas, além dos *boiadeiros*, possuem balsas adaptadas para trazerem o gado de suas terras para a cidade, podendo também comprá-lo no caminho. Em outros casos, levam o gado até os grandes compradores, em Itaituba, por exemplo, mas em geral, o comprador é quem se incumbe de apanhar o gado. Estes às vezes se encarregam de transportar a carne para os garimpos em aviões pequenos. É muito lucrativo o negócio relativo à carne que se destina aos garimpos, pois além de ser um bom mercado, pela constante demanda, seu preço é exorbitante e está em crescente aumento. Esta situação fortalece uma cadeia de grandes pecuaristas, como verdadeiros comerciantes no circuito Santarém-Itaituba-garimpos do Tapajós.

A grande maioria da carne consumida em Santarém é de proveniência da Várzea de Santarém e dos municípios já referidos, sendo muito pequena a contribuição dada pelos rebanhos da Terra Firme.

A nova pecuária introduz novas relações de trabalho com o assalariamento. Enquanto na pecuária tradicional, a mão-de-obra utilizada se concentrava na família juteira, esta pecuária atual, contrata empregados. Nessas novas relações há um distanciamento entre o *patrão* e os empregados. Na *sociedade* o relacionamento entre os sócios era amistoso e ia além de uma relação econômica. Muitas vezes os sócios eram compadres, ou muito conhecidos entre si.

A nova pecuária racionaliza a utilização dos pastos, pois em vez de ter bons pastos somente no baixar das águas, desenvolve plantios de capim colônia para que o gado não fique sem pasto no inverno, ou seja, o gado poderá ter capim nas partes mais altas, no período de enchente, se a água não subir em demasia.

Os pecuaristas que são basicamente pecuaristas, ou pelo menos, que têm a pecuária como sua principal atividade, compram terra dos pequenos produtores, juteiros, ou até alugam terras destes quando seus pastos não são suficientes, principalmente, para colocar parte de seus rebanhos que estão na Terra Firme, a fim de ganhar peso nos pastos nutritivos da Várzea. O Ituqui, por exemplo, que está a duas horas de Santarém, retrata exatamente esse quadro. É uma área que está se especializando na pecuária, em detrimento das áreas anteriormente dedicadas à juta, assim como no Tapará, as áreas de juteiros eram maiores e em muitas áreas da Várzea deste município.

Retomando o mesmo período, ou seja, o período em que a pecuária se incrementa e se moderniza, a cultura da juta também se desenvolvia através da franca expansão dos juteiros, cerca de 50%.⁶⁷ Esse forte incremento na produção da juta, relaciona-se ao fato de as indústrias de tecelagem de juta localizadas na zona de concentração industrial do país, assim como a grande maioria de outros tipos de indústria, como a indústria pesada, pretenderem substituir as importações que se realizavam em grande escala, adotando o procedimento da produção voltada para o mercado interno, como já foi referido no capítulo anterior.

Entretanto, a enchente de 1953, tida como uma das maiores já registradas, causou enormes perdas, ainda hoje comentadas pelas pessoas contactadas mais demoradamente, que se referiram às perdas quase totais nas plantações de juta. Quanto à pecuária, estimaram-se as perdas em cerca de 30%, segundo Piazza.⁶⁸ Inclusive, já houve cheias em que as máximas registradas foram maiores que as de 1953, como por exemplo, as de 1974, 1975, 1976 e 1982. Entretanto, a velocidade de subida das águas daquela de 1953, surpreendeu o ribeirinho, habituado há algum tempo a não ter grandes enchentes.

Após a enchente de 1953, a produção de juta se recuperou da perda sofrida e manteve durante a década de 60 até 66, produções superiores a 10 mil toneladas. A partir daí houve constante decréscimo, com poucas exceções de safras excepcionais como as de 1973 e 1982 e uma intermediária acima de 10 mil toneladas em 1976, conforme tabela 2. Como se vê, estas supersafras verificadas, como está última, possuem intervalos em geral de dois em dois anos, quando as condições ideais de subida e descida das águas foi fator que muito contribuiu para tal.

É importante ressaltar neste momento, a importância das informações obtidas no campo, a respeito de se admitir uma crise na produção de juta, especialmente na área de Santarém, pois se se tomar somente os dados de tabela para análise, toda uma realidade não se configura nesta simples tabela. Há portanto, uma constatação de dados reais que infelizmente não são extra-

⁶⁷ Segundo Relatório feito por Piazza em 1963, p. 13

⁶⁸ Id. *ibid.*, p. 6.

Tabela 2 – Produção Brasileira de Juta e Malva – 1935/1983.

ANO	AMAZONAS		PARÁ		MARANHÃO	TOTAL
	JUTA	MALVA	JUTA	MALVA	MALVA	
1935	–	–	–	270	–	270
1936	–	–	–	350	–	350
1937	12	–	–	720	–	732
1938	55	–	05	1.080	–	1.140
1939	150	–	18	1.500	–	1.668
1940	273	–	52	2.120	–	2.445
1941	658	–	280	2.740	–	3.678
1942	2.770	–	915	3.325	–	7.010
1943	3.344	–	2.199	7.098	–	12.641
1944	4.566	–	3.009	5.917	–	13.492
1945	4.023	–	2.859	2.381	–	9.263
1946	5.346	–	3.492	2.002	–	10.840
1947	3.815	–	2.548	2.871	–	9.234
1948	5.303	–	4.135	2.470	–	11.908
1949	11.091	–	4.924	3.877	–	19.892
1950	8.664	–	5.264	5.489	–	19.417
1951	13.657	–	8.664	11.281	–	33.612
1952	9.134	–	4.920	11.428	–	25.482
1953	13.461	–	7.264	16.304	–	37.029
1954	16.135	–	7.139	13.904	–	37.178
1955	14.506	–	9.930	17.526	–	41.962
1956	20.006	–	11.659	18.583	–	50.248
1957	22.111	–	10.818	17.173	–	50.102
1958	22.222	–	9.018	15.811	–	48.413
1959	23.484	–	8.800	12.980	–	45.264
1960	28.773	–	10.118	9.767	–	48.658
1961	37.202	–	11.017	11.674	–	59.893
1962	33.902	–	13.757	11.432	–	58.909
1963	33.245	–	10.877	11.883	–	56.005
1964	37.565	–	13.670	11.939	–	63.174
1965	47.687	–	13.898	14.249	–	75.834
1966	31.501	–	12.956	15.455	–	59.912
1967	27.290	–	8.102	28.748	–	64.140
1968	32.000	–	8.000	25.000	–	65.000
1969	26.000	–	8.500	18.200	–	52.700
1970	34.800	–	8.200	28.000	–	71.000
1971	26.000	1.750	8.000	24.000	–	59.750
1972	22.000	4.050	6.000	43.000	–	75.050
1973	42.302	6.750	15.210	27.538	–	91.800
1974	25.000	10.800	6.554	22.088	3.358	66.800
1975	22.688	13.500	6.738	30.124	3.938	76.988
1976	20.510	17.000	10.764	30.161	4.765	83.200
1977	22.700	19.800	9.822	28.856	4.200	83.378
1978	11.000	25.000	6.954	28.413	4.490	75.857
1979	20.022	22.111	10.119	26.931	–	79.184
1980	16.830	19.410	8.806	27.729	2.024	74.799
1981	22.316	25.825	14.395	29.410	3.204	95.150
1982	10.327	19.502	4.813	22.683	–	57.325
1983	–	–	*6.000	*22.000	–	–

* Dados previstos para 1983 para juta e malva. FONTE: IFIBRAM, 1983.

polados para tabelas. Nesta constatação, pode-se notar que não é só o fato do preço da juta ser desestimulante, das enchentes serem prejudiciais muitas vezes, mas que isso tudo é ponderado pelo juteiro, assim como adotar uma outra atividade como principal atividade econômica, no caso a pesca, diante do desequilíbrio entre a agricultura e a pecuária. Ainda como alternativa, há os que preferem vir para a cidade, ou, parte da família vem para a cidade, como estratégia de sobrevivência, como já foi abordado.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, procuro levantar a problemática do *varzeiro*, que expressa a crise por que passa a agricultura de várzea na área de Santarém, especialmente no que se refere à juta. A chamada "crise" da juta, não pode ser explicada somente pela desgastada alegação das grandes enchentes, tidas como as responsáveis por tal crise, como também, não deve ser entendida apenas como uma diminuição na produção, sobre a qual, no que se refere a Santarém, infelizmente não há dados estatísticos que revelem este fato, apenas a constatação em campo e a inferência de dados, mostram uma sutil diminuição na produção, apesar da super-safra ocorrida em 1982.

A "crise" da juta, como procuro demonstrar, é revelada pelas transformações que se vêm operando lentamente nesta área, desde os anos 50, com a expansão da pecuária, intensificando-se esse processo nos anos 70.

A pecuária deixou de ser aquela pecuária tradicional, praticada pelo ribeirinho como reserva de recursos, usada somente em casos de grande necessidade. A "nova pecuária", com algumas características de pecuária intensiva, adota novas relações de trabalho, baseadas no assalariamento, e, visa principalmente, a abastecer o mercado de carne de Santarém, Manaus, Itaituba e área dos garimpos do Tapajós. Enquanto a pecuária tradicional convivia sem problemas com o desenvolvimento da agricultura, onde a juta era o produto de maior expressão, a "nova pecuária" rompeu com esta convivência. Observam-se áreas tradicionalmente produtoras de juta, sendo substituídas pela pecuária, inclusive, áreas se especializando nesta atividade, como na Ilha do Ituqui. A expansão de bubalinos e de gado de raça especialmente para corte, obedece à nova tendência visando ao abastecimento do consumo de carne, incentivada pelo crescente aumento de preço e da demanda deste produto.

As transformações se estendem a outros setores que atingem a economia *varzeira*, representada pela pequena produção. A pesca, por exemplo, está perdendo seu objetivo anterior, o qual visava à subsistência do *varzeiro* e quando excedente, completava a renda familiar da unidade produtora. A pesca atual tem caráter comercial. Os *varzeiros* são fornecedores de pescado para firmas frigoríficas instaladas na cidade, que destinam o produto para São Paulo ou o exportam.

O setor de transporte e comunicações também se transforma. O transporte fluvial, o mais importante nesta área entrecortada por caminhos fluviais, tem-se ampliado, e, inclusive, adotado o motor-de-linha com maior intensidade, desempenhando papel fundamental na circulação da produção entre esta área e a cidade. O tráfego é constante, quase diário, para as localidades da Várzea. O funcionamento do "Correspondente Rural" que tornou a comunicação mais eficiente entre a Várzea, a cidade e os garimpos, tem importância vital numa área tão dispersa e de difícil comunicação. A televisão por sua vez, foi a última introdução dos meios de comunicação na Várzea há poucos anos.

As repercussões que a televisão trará à cultura essencialmente cabocla da Várzea, poderão ser desastrosas. A assimilação de elementos estranhos à sua cultura, rapidamente anexados pela forte influência deste meio de comunicação, principalmente à população pouco informada, poderá levar a uma progressiva eliminação das características mais estruturais do *varzeiro*, enquanto caboclo genuinamente amazônico, inclusive, despertando-o para a vida na cidade com o esteriótipo do "ideal urbano" que a televisão incute.

Enfim, essas transformações efeturaram uma reorganização espacial na Várzea. O isolamento relativo da Várzea em relação às frentes de modernização foi rompido. Esta "unidade" espacial foi anexada pelo processo de expansão capitalista, aproximando esta área à região de acumulação capitalista centralizado no Brasil, e ao centro de acumulação a nível exterior, localizado nos países centrais capitalistas.

A anexação analisada a partir da introdução da juta na área, ocorreu de várias maneiras, objetivando a produção. Inicialmente, sob a orientação do capital comercial, onde o *patrão*, ao vender produtos por preços mais elevados que os da cidade, extraía do *freguês* o excedente, e podia acumulá-lo. A produção, à medida que gerava excedente, gerava a acumulação primitiva. Como também, ao comprar a produção de fibra do *freguês*, baixava o preço ao máximo, resultando numa desvalorização do trabalho deste, incorporado ao produto sob a forma de fibra.

Mais tarde, com a instalação das unidades prensadoras, de uma indústria, e com o banco, fortaleceu-se o capital, atuando mais eficientemente no controle da produção. Ao se efetivar a aliança dessas forças, o tradicional sistema de *patronagem*, precisou ser redefinido para atender às novas exigências, dando origem a uma complexa cadeia de intermediação, onde os elementos mais fortes obtêm o lucro, em detrimento do produtor, sobre o qual se sustenta toda a estruturação da cadeia, cuja articulação se dá através do financiamento da produção.

Esta forma de exploração que utiliza relações semelhantes àquelas usadas no sistema de aviação, leva o juteiro aos limites máximos de exaustão de sua capacidade de trabalho, dificultando sua subsistência enquanto pequeno produtor, fornecedor da matéria-prima que abastece o parque fabril juteiro, como exportador e como fornecedor de produtos agrícolas de menor importância ao mercado de Santarém.

Por outro lado, deve-se entender que a Várzea possui características

próprias que a deixam, contraditoriamente, mais exposta à penetração capitalista, em virtude de:

- ser ocupada principalmente pelo pequeno produtor, elemento que não possui capital, sem nenhum poder de barganha;

- a juta não ser produto de exportação de grande importância, devido à concorrência, tornando maior o consumo interno e ironicamente, é essencial para embalar alguns produtos agrícolas de exportação, de importância, como o café, o cacau, o algodão em caroço e a soja, que tanto interessam para saldar as dívidas do país;

- possuir deficiência infra-estrutural nos setores educacional, de saúde, de abastecimento de gêneros alimentícios, vestuário, etc.;

- ter problemas em virtude da indefinição da titulação das terras de Várzea.

Estas características referidas, demonstram a falta de interesse por parte dos órgãos governamentais, no sentido de prover melhores condições de vida ao ribeirinho, e, ao mesmo tempo, revelam a predileção na escolha da Terra Firme como área de concentração das aplicações de incentivos fiscais, crédito agrícola, etc. No que se refere à concessão de recursos para a Várzea, por exemplo, o PROVÁRZEA, projeto em fase de implantação, de experimentação na Várzea da região, reduziu sua aplicação para a Amazônia, região que possui a área de várzea mais extensa, enquanto que outras áreas do Sul e Sudeste do país, ficaram com a maior parte da aplicação.

Assim, a produção de juta/malva pode perdurar, mesmo com toda a crise estrutural que afeta o sistema de produção e industrialização, como reflexos até mesmo da crise econômica brasileira generalizada, pois enquanto ela tiver como suporte, o financiamento da produção, fornecido pelo produtor-industrial, ela poderá se sustentar.

Mesmo com a “crise” rondando as culturas das fibras, a cultura de malva se expandiu para o Noroeste do Maranhão, realizando-se em virtude da falta de alternativas e pelas estrutura oligopsônica do mercado, que usa, o sistema de trocas desiguais, já detalhado no desenvolvimento deste trabalho. Em contrapartida a essa expansão para o Maranhão, dá-se na região tradicionalmente produtora de juta, especialmente no Pará e Município de Santarém, uma diminuição relativa na produção, e nessa área sim, está-se apresentando uma opção para os juteiros: a pesca comercial. Esta atividade muito mais rentável, de retorno monetário imediato, não exige árduo trabalho, como na produção da juta e também não é necessária a aplicação de capital, nem de muitos braços para o empreendimento. Acredito, entretanto, que o *varzeiro* não deixará totalmente o cultivo da juta, pois se os preços do mercado se elevarem, eles poderão se animar para plantar um pouco mais, entretanto não nas mesmas proporções anteriores. A pesca será, por enquanto, a melhor opção, especialmente, no período da vazante, quando ela se torna mais intensa, muito embora, o caráter predatório em que se realiza atualmente, tenha causado decréscimo considerável nos cardumes, mesmo na época em que são esperados.

Do exposto, pode-se concluir que, a expansão capitalista na Várzea, como espaço agrícola, efetiva-se, ao subordinar a utilização da mão-de-obra

no processo de produção, realizado sob condições árduas e insalubres, desgastando a população ribeirinha envolvida nesse processo produtivo, e que, somada às transformações referidas, favorece a saída da população para a cidade, para as colônias do Planalto de Santarém ou garimpos do Tapajós, ao mesmo tempo que renova o Modo de Produção Tradicional.

As opções de destino, entretanto, não correspondem àquilo que é almejado pelos migrantes. Em Santarém a oferta de emprego é insuficiente em relação à demanda. O comércio, sua principal atividade de mão-de-obra, encontra-se saturado, assim como o funcionalismo público. Nesse caso, a população migrante, ocupa a periferia favelada da cidade, tendendo à marginalização, ao subemprego. A que se dirige aos garimpos na ilusão de enriquecer, costuma retornar após a contaminação da malária, e da desilusão do sonho "dourado". A Colônia, região de terra firme, ocupada principalmente pelos nordestinos é a área menos procurada, pois se têm notícias de que as terras já estão ocupadas.

Enquanto espaço agrícola, a várzea retrata portanto, a problemática que atinge outros espaços agrícolas brasileiros, mais acentuada nos anos 60, ou seja, acentuado êxodo rural como causa e consequência da expansão capitalista que não concilia a permanência do pequeno produtor, no caso, o *varzeiro*, potencialmente juteiro, enquanto empata a expansão da pecuária. Por outro lado, insiste em manter a pequena produção, pois ela poderá pelo menos, assegurar as taxas atuais de êxodo rural; fornecer matéria-prima para as indústrias; produzir para exportação, ainda que em pequena margem; abastecer seu atual mercado de alimentos (Santarém), fortalecendo, assim, o mercado interno. O espaço agrícola varzeiro é palco, portanto, das contradições intrínsecas que caracterizam o sistema capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, Samir & VERGOPOULOS, Kostas. 1977. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ANDRADE, Manuel Correia de. 1974. *Cidade e campo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- ANDRADE, Manuel Correia de. 1977. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. São Paulo, Grijalbo.
- ANDRADE, Manuel Correia de. 1977. *Paisagens e problemas do Brasil*. 5. ed. São Paulo, Brasiliense.
- ANDRADE, Manuel Correia de. 1979. *Agricultura e capitalismo*. São Paulo, Editora Ciências Humanas.
- ANDRADE, Manuel Correia de. 1980. *Latifúndio e reforma agrária no Brasil*. São Paulo, Duas Cidades.

- ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO AMAZONAS – ACAR/JAM. 1970. *Cultura da Juta*. Manaus, mar.
- BANCO DA AMAZÔNIA – BASA. 1966. *Desenvolvimento econômico da Amazônia*. Belém, UFPa.
- BATES, Henry W. 1944. *O naturalista do rio Amazonas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional. (Série Brasileira).
- BENCHIMOL, Samuel. 1966. *Estrutura geo-social e econômica da Amazônia*. Manaus, Governo do Estado do Amazonas.
- BRAGA, Okiro de Senna. 1952. *Cultura e beneficiamento da juta*. 2. ed. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura – serviço de Informação Agrícola.
- BUNKER, Stephen G. 1980. Barreiras burocráticas e institucionais à modernização: o caso da Amazônia. *Pesq. e Planej. Econ.* Rio de Janeiro, 10(2), ago.
- CAMARGO, Felisberto C. de. 1948. *Sugestões para o soerguimento econômico do Vale Amazônico*. Belém, IAN.
- CAMARGO, Felisberto C. de. 1948. *Terra e colonização no antigo e novo quaternário da zona da Estrada de Ferro de Bragança, Estado do Pará*. set.
- CANDIDO, Antonio. 1979. *Os parceiros do rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. 1982. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense.
- CARDOSO, Fernando Henrique & MÜLLER, Geraldo. 1977. *Amazônia: Expansão do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense.
- CASTRO SOARES, Lúcio de. 1977. Hidrografia. In: Fundação IBGE, *Geografia do Brasil*. Região Norte. v. 1 Rio de Janeiro, IBGE.
- COSTA, João Craveiro. 1974. *A conquista do deserto ocidental*. 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília, INL.
- COSTA, José Marcelino Monteiro et alii. 1979. *Amazônia, desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro, IPEA. (Série Monográfica).
- COSTA, N.A. da et alii. 1980. *Comportamento produtivo de búfalos da raça carabao para produção de carne em pastagem nativa de terra inundável*. Belém, EMBRAPA/CPATU.
- COUDREAU, Henri. 1977. *Viagem ao Tapajós*. Belo Horizonte, Universidade de São Paulo.
- CRUZ, Ernesto. 1973. *História do Pará*. Belém, Governo do Estado do Pará.

- CRUZ, Ernesto. 1973. *História de Belém*. v. I e II Belém, Universidade Federal do Pará. (Coleção Amazônica-Série José Veríssimo).
- DOBB, Maurice. 1977. *A evolução do capitalismo*. 6. ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- FARIAS, Edilson. 1968. *Comercialização da juta na Amazônia*. Belém, SUDAM, jan.
- FARIAS, Edilson. 1968. *Produção da juta na Amazônia*. Belém, SUDAM.
- FERREIRA REIS, Arthur César. 1960. *Aspectos econômicos da dominação lusitana na Amazônia*. Rio de Janeiro, SPVEA. (Coleção Pedro Teixeira).
- FERREIRA REIS, Arthur César. 1979. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Belém, MEC/Governo do Estado do Pará.
- FREITAS PINTO, Ernesto Renan M. de. 1982. *Os trabalhadores da juta: Estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no médio Amazonas*. Porto Alegre UFRS, (Dissertação de Mestrado).
- FURTADO, Celso. 1977. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- GOUROU, Pierre. 1949. Observações geográficas na Amazônia. *Rev. Bras. Geogr.* Rio de Janeiro, 21 (3):354-408, jul/set.
- GUILHON, Norma de Azevedo. 1979. *Os confederados em Santarém*. Belém, Conselho Estadual de Cultura.
- HÉBETTE, Jean. 1978. *Colonização: articulação ao nível político (a Colônia Agrícola de Gurupi)*. Belém.
- HÉBETTE, Jean. 1977. *Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais*. Belém, NAEA.
- HÉBETTE, Jean & ACEVEDO, Rosa. 1979. *Colonização para quem?* Belém, NAEA/UFPA (Série Pesquisa), v. 1(1).
- HOMMA, A.C. & REIS, A. da S. 1978. *Análise do comportamento dos preços médios da fibra de juta no mercado internacional*. Belém, EMBRAPA/CPATU.
- IANNI, Octávio. 1977. *A luta pela terra*. Petrópolis, Editora Vozes.
- IANNI, Octávio. 1977. *Ditadura e agricultura, o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- IANNI, Octávio. 1979. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, Editora Vozes.

- INSTITUTO DE FOMENTO À PRODUÇÃO DE FIBRAS VEGETAIS DA AMAZÔNIA – IFIBRAM. 1977. *Carta de Not. (1/2,4)* Belém.
- JUNK, Wolfgang. 1982. Áreas inundáveis. *Acta Amazon.* Manaus, INPA.
- JUNQUEIRA, Marçílio Reis Avelar. 1972. *Desarrollo y perspectivas de la estructura económica de yute en Amazonas.* Bogotá, Instituto Interamericano de Desarrollo Rural y Reforma Agrária. (Dissertação de Mestrado).
- LÊNIN, V. I. 1979. *O imperialismo: fase superior do capitalismo.* São Paulo, Global Editora.
- LIMA, Rubens Rodrigues. 1956. A agricultura nas várzeas do estuário do Amazonas. Belém, *Bol. Téc. IAN.*
- LIMA, Vivaldo. 1938. *A juta como riqueza econômica da Amazônia.* Manaus, Imprensa Pública.
- LINS E SILVA, Tatiana. 1977. *Os curupiras foram embora!* (um estudo sobre alimentação e reprodução da força de trabalho entre camponeses paraenses). Rio de Janeiro. Museu Nacional/UFRJ. (Dissertação de Mestrado).
- LISBONATI, Virgílio F. 1958. A juta na Amazônia. Belém, *Bol. Téc. IAN*, Belém (34).
- MARTINS, José de Souza. 1980. *Expropriação e violência: a questão política no campo.* São Paulo, HUCITEC.
- MARX, Karl. 1980. A chamada acumulação primitiva. In: *O Capital*, 4 ed. v. 2, cap. 24. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, (livro 1).
- MARX, Karl. 1975. *Capítulo Inédito d' O Capital.* Porto, publicações Escorpião.
- MARX, Karl. 1981. *Formações econômicas pré-capitalistas.* 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MAURY, Patrick. 1978. *Juticulteurs de Parintins* (Cooperativisme et Planification). Paris, Université de Paris III – Sorbonne Nouvelle, Institut des Hautes Études d'Amérique Latine, (These pour le doctorat).
- MEGGERS, Betty J. 1977. *Amazônia, a ilusão de um paraíso.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MOREIRA, Amélia Alba N. 1977. Relevô. In: Fundação IBGE, *Geografia do Brasil: Região Norte.* v. 1. Rio de Janeiro.
- NASCIMENTO, C.N. et alii. 1979. *Criação de búfalos na Amazônia.* Belém, EMBRAPA/CPTATU.
- NIMUENDAJÚ, Curt. 1948. Os Tapajó. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*, 9: 93-106.

- NOVAIS, Fernando. 1983. *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 2 ed. São Paulo, HUCITEC.
- OLIVEIRA, Francisco de. 1977. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Edição Geral.
- OLIVEIRA, Francisco de. 1978. *Elegia para uma re(li)gião*. 2 ed. São Paulo, Paz e Terra.
- PACHECO, Maria Emília Lisboa. 1980. *Pequena produção sob o domínio do capital comercial e usurário*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, (Dissertação de Mestrado).
- PINTO, Ernesto Renan M. de Freitas. 1982. *Os trabalhadores da juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no Médio Amazonas*. Porto Alegre, UFRS. (Dissertação de Mestrado).
- PINTO, Lúcio Flávio. 1978. *Amazônia: o anteato da destruição*. Belém.
- PINTO, Lúcio Flávio. 1980. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo, HUCITEC.
- PINTO, Lúcio Flávio. 1981. As cidades crescem sugando o interior. *Inf. Amazon*, Belém, 1(8), mar./abr.
- PRADO JÚNIOR, Caio. 1974. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense.
- PRADO JÚNIOR, Caio. 1977. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. 1973. *Bairros rurais paulistas*. São Paulo, Duas Cidades.
- SANDRONI, Paulo. 1980. *Questão agrária e campesinato*. São Paulo, Polis (Coleção Teoria e História, 9).
- SANTOS, Milton. 1979. *Economia espacial, críticas e alternativas*. São Paulo, HUCITEC.
- SANTOS, Milton. 1979. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis, Editora Vozes.
- SANTOS, Paulo Rodrigues dos. 1974. *Tupaiulândia (Santarém)*. 2. ed. Belém.
- SANTOS, Roberto Araújo de O. 1980. *História Econômica da Amazônia(1800-1920)*. São Paulo, T. A. Queiroz Editor.
- SILVA, José Graziano da. 1980. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. 2. ed. São Paulo, HUCITEC.

- SIOLI, Harald. 1951. Alguns resultados e problemas da limnologia amazônica. *Bol. Téc. IAN*, Belém (24) jun.
- SONDOTÉCNICA, 1973/74. *Plano de Desenvolvimento Integrado dos Vales dos rios Xingu e Tapajós*. v. 3-A, (Relatório Final) Belém.
- SOUZA SANTOS, Antônio Maria de. 1982. Aritapera: uma comunidade de pequenos produtores na várzea amazônica (Santarém-PA). *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*, Belém, (83), maio.
- SUDAM. 1976. Projeto Piloto para aproveitamento econômico das várzeas dos rios amazônicos – 1º Relatório Parcial, 1ª parte. Belém, LASA/Engenharia e Prospecções, out.
- TOCANTINS, Leandro. 1961. *O rio comanda a vida*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- TUPIASSU, Amílcar Alves. 1966. Três condicionamentos na vida rural amazônica. Belém, (Datilografado).
- VELHO, Otávio Guilherme. 1979. *Capitalismo autoritário e campesinato*. 2 ed. São Paulo, DIFEL; Rio de Janeiro, Difusão Editorial.
- WAGLEY, Charles. 1977. *Uma comunidade amazônica*. 2. ed. São Paulo, Editora Nacional (Coleção Brasileira).

Recebido em 07.02.89
Aprovado em 17.01.90